

Diário do Legislativo de 12/03/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial para emitir parecer sobre os vetos totais às proposições de lei nºs 13.930, 13.999, 14.027 e 14.068 e à proposição de lei complementar nº 54

Às dez horas e quinze minutos do dia dois de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Andrada, João Paulo e Antônio Júlio, membros da Comissão supracitada. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado João Paulo, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar os relatores dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.930, 13.999, 14.027 e 14.068 e à Proposição de Lei Complementar nº 54. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Antônio Júlio para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos para Presidente o Deputado Antônio Carlos Andrada, e para Vice-Presidente o Deputado João Paulo, ambos com três votos. O Presidente "ad hoc" empossa o Presidente eleito, Deputado Antônio Carlos Andrada, que, assumindo a direção dos trabalhos, empossa o Vice-Presidente, Deputado João Paulo. O Presidente eleito designa relatores dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.930 e 13.999 o Deputado Jorge Eduardo; 14.027, o Deputado Eduardo Daladier, 14.068 e à Proposição de Lei Complementar nº 54, o Deputado Sebastião Costa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos Deputados, convoca-os para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente - Jorge Eduardo de Oliveira - João Paulo - Eduardo Daladier.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL P/ EMITIR PARECERes Sobre os VETOs Totais às proposições de lei nºs 13.995, 14.052 E 14.058 e os vetos parciais às proposições de lei nºs. 13.997, 14.014 e 14.026

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Alberto Bejani e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Glycon Terra Pinto, declara aberta a reunião e informa que esta tem por objetivo eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar os relatores das proposições citadas. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Ermano Batista para atuar como escrutinador. Realizada a votação, são eleitos, respectivamente, os Deputados Glycon Terra Pinto e Alberto Bejani, Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Ato contínuo, o Presidente "ad hoc" empossa o Vice-Presidente, Deputado Alberto Bejani, que, na oportunidade, assume a direção dos trabalhos e empossa o Presidente eleito, Deputado Glycon Terra Pinto. Este retoma os trabalhos da comissão e designa o Deputado Ermano Batista relator dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.995 e 14.052 e dos Vetos Parciais à Proposições de Lei nºs 14.014 e 14.026; e o Deputado Alberto Bejani relator do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058 e do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.997. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece o comparecimento dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Marcelo Gonçalves - Bilac Pinto - Ermano Batista.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da comissão especial nº 1 para emitir parecer sobre os vetos totais às proposições de lei nºs 13.979, 13.987, 13.988, 13.992, 13.994, 14.004, 14.006, 14.008, 14.023 e 14.029

Às dez horas e quinze minutos do dia três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, José Alves Viana (substituindo este ao Deputado Benê Guedes, por indicação da Liderança do PDT) e Ailton Vilela (substituindo o Deputado Amílcar Martins, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado José Henrique, declara abertos os trabalhos e informa não haver ata a ser lida por ser a primeira reunião desta Comissão. O Presidente "ad hoc" suspende a reunião por minutos. Às dez horas e vinte minutos, são reabertos os trabalhos com a presença dos três Deputados citados anteriormente, mais os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Bilac Pinto, também membros da Comissão. A Presidência informa que a finalidade da reunião é eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar os relatores dos vetos totais supracitados. O Presidente determina sejam distribuídas as cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida para atuar como escrutinador o Deputado Bilac Pinto. Procede-se à apuração da votação, e o escrutinador anuncia eleitos para Presidente o Deputado José Henrique e para Vice-Presidente o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, ambos por unanimidade. Tendo sido o Presidente "ad hoc" eleito Presidente, ele dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que, em seguida, empossa o Deputado José Henrique na Presidência da Comissão. Agradecendo a confiança nele depositada, o Presidente, na oportunidade, designa: o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, relator dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.979 e 14.008; o Deputado Paulo Piau, relator dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.987 e 14.023; o Deputado Amílcar Martins, relator dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.988 e 13.994; o Deputado Benê Guedes, relator dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.992 e 14.029; o Deputado José Henrique, relator dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 14.004 e 14.006. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser agendada oportunamente por via de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Paulo Piau - Benê Guedes.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da cpi da cemig

Às onze horas do dia três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Daladier, Antônio Andrade, Bilac Pinto, Chico Rafael e Eduardo Brandão, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Durval Ângelo, José Braga e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e indaga se há alguma matéria a ser apresentada. O Deputado Antônio Andrade apresenta requerimento no qual solicita seja convidado a participar de reunião desta Comissão o Sr. Djalma Moraes, Presidente da CEMIG, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação dessa empresa sob a ótica do processo de alienação das ações. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. A Presidência registra que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Bilac Pinto - Antônio Andrade - Amílcar Martins - Chico Rafael - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras públicas

Às quinze horas do dia três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Arlen Santiago, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro e Wanderley Ávila, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Não havendo correspondência a ser lida, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A Presidência submete a votação o Requerimento nº 8/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, o qual é aprovado, com um voto contrário do Deputado Dinis Pinheiro. A seguir, submete a votação o Requerimento nº 11/99, do Deputado Chico Rafael, o qual é aprovado. Prosseguindo, o Presidente passa a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Arlen Santiago, para apresentar proposição de sua autoria. O Deputado Álvaro Antônio apresenta requerimentos em que solicita seja convidado o Sr. Luiz Otávio Ziza Valadares, Presidente da CBTU, para comparecer à Comissão a fim de discorrer sobre as perspectivas de implantação do Trem Metropolitano de Belo Horizonte no atual contexto político-econômico e seja convidado o Sr. Ronaldo Guimarães Gouvêa, Coordenador-Geral do NUCLETRANS, para comparecer à Comissão a fim de discorrer sobre os problemas do trânsito e dos transportes na RMBH. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são as matérias aprovadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Álvaro Antônio, Presidente - Bilac Pinto - Dinis Pinheiro - Wanderley Ávila - Arlen Santiago.

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Às quinze horas e trinta minutos do dia três de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Amílcar Martins, Christiano Canêdo, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Menezes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 2ª Parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário. A seguir, a Presidência submete a votação os Requerimentos nºs 5, 16 e 17/99, os quais são aprovados. Passa-se à fase de votação de proposição da Comissão. Em seguida, o Deputado Ronaldo Canabrava assume a direção dos trabalhos, a fim de que o Deputado Ivo José apresente requerimento, em que solicita seja ouvido nesta reunião S. Exa. Revma. D. Décio Zandonade, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Belo Horizonte, para falar acerca da Campanha da Fraternidade, cujo tema é "Sem Trabalho...Por Quê?". Colocado em votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José concede a palavra ao Deputado Christiano Canêdo, que procede à leitura de requerimento de autoria do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Administração Pública e que sejam convidados representantes da sociedade civil, a fim de se debater a situação dos serviços de administração direta e dos direitos dos trabalhadores do Estado de Minas Gerais. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. A seguir, o Presidente registra a presença da Sra. Amélia Cesconeto, da Pastoral da Mulher Marginalizada, e do Sr. Aracy Santos, Presidente da Associação dos Maiores de 65 Anos de Idade e dos Deficientes Físicos do Brasil. Em seguida, o Deputado Ivo José, autor do requerimento que suscitou esta reunião, tece suas considerações iniciais e, a seguir, concede a palavra a D. Décio Zandonade, que discorre acerca da Campanha da Fraternidade. Passa-se à fase de debates, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Ivo José, Presidente - Christiano Canêdo - Ronaldo Canabrava - Luiz Menezes.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Às dez horas do dia quatro de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Antônio Andrade, José Milton e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Elmo Braz e Edson Rezende. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de carta da Profª. Maria Hilda de Carvalho, Supervisora Pedagógica do Instituto de Educação de Minas Gerais, que em seu nome e no da Profª Marília Sartís, Diretora da referida unidade, parabenizam o Presidente e os Deputados por terem sido indicados para compor a Comissão, formulando votos de grandes realizações para o povo mineiro. Após, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 6/99, do Deputado Newton de Moraes, e 19/99, do Deputado Márcio Cunha. O Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Em seguida, transfere a direção dos trabalhos ao Deputado Antônio Carlos Andrada e apresenta requerimento, em que solicita seja convidada a Sra. Margareth Spangler Andrade,

Secretária de Ciência e Tecnologia, para comparecer à Comissão a fim de expor os planos da referida Pasta para 1999. O requerimento é aprovado. Os Deputados José Milton e Antônio Carlos Andrada comunicam que na próxima reunião irão apresentar requerimentos convidando, respectivamente, os Secretários da Educação e da Cultura para comparecer à Comissão. Retomando a direção dos trabalhos, o Presidente concede a palavra ao Deputado Edson Rezende, que apresenta requerimento de sua autoria e do Deputado Chico Rafael, em que solicitam audiência pública da Comissão para debater o financiamento do ensino no Estado e no País. Para tanto, solicitam sejam convidados representantes do MEC, da UNE e de estabelecimentos de ensino. O Deputado Antônio Carlos Andrada sugere aos autores que se inclua no rol dos convidados um representante da Secretaria da Educação. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro da Silva.

ATA DA 2ª REUNIÃO Especial da Comissão de Administração Pública

Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Chico Rafael, José Alves Viana, Sebastião Navarro Vieira e Márcio Cunha (substituindo este ao Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Cunha, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir informa que a reunião se destina a eleger o Vice-Presidente da Comissão. Prosseguindo, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Márcio Cunha para atuar como escrutinador. Apurados os votos, o Deputado José Alves Viana é eleito Vice-Presidente, com quatro votos, oportunidade em que agradece a confiança nele depositada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Arlen Santiago - José Alves Viana - Antônio Genaro - Chico Rafael.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL para emitir parecer sobre a indicação dos titulares das seguintes entidades: fundação rural mineira-colonização e desenvolvimento agrário - ruralminas - e instituto mineiro de agropecuária - ima

Às quinze horas e trinta minutos do dia quatro de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, João Batista de Oliveira e Márcio Kangussu (substituindo este ao Deputado Wanderley Ávila, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Batista de Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar proposições da Comissão, oportunidade em que o Deputado Márcio Kangussu apresenta requerimentos em que solicita sejam encaminhados a esta Comissão os currículos das pessoas indicadas para Presidente da RURALMINAS e Diretor-Geral do IMA, que serão sabatinadas nesta Comissão, bem como o estatuto e a previsão orçamentária desses órgãos, para o exercício de 1999. Colocados em votação, os requerimentos são, cada um por sua vez, aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, que será convocada mediante edital, com o objetivo de sabatar os Drs. Caio Júlio César Brandão Pinto e Nivaldo José de Andrade, indicados, respectivamente, para os cargos de Presidente da RURALMINAS e de Diretor-Geral do IMA, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 1999.

Irani Barbosa, Presidente - João Batista de Oliveira - Márcio Kangussu - Dimas Rodrigues - Eduardo Hermeto.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DE TITULARES DAS SEGUINTE ENTIDADES: ADMINISTRAÇÃO DE ESTÁDIOS DE MINAS GERAIS - ADEMG E LOTERIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Maria Tereza Lara, Dinis Pinheiro, Ailton Vilela e Alencar da Silveira Júnior. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a arguição pública dos Srs. Isnard José Gautério de Vasconcelos e Márcio Tadeu Pereira, indicados pelo Governador do Estado para ocupar a Presidência da ADEMG e da Loteria do Estado de Minas Gerais, respectivamente. A Presidência registra a presença dos indicados e do Deputado Ivair Nogueira, Secretário de Esportes, e convidados a tomar assento à mesa. Passa-se à fase de arguição, e a Presidência concede a palavra a todos os Deputados presentes que, cada um por sua vez, dirigem perguntas ao Sr. Isnard José Gautério de Vasconcelos que, prontamente, responde aos questionamentos. A Presidência agradece a participação do Sr. Isnard José Gautério de Vasconcelos e suspende os trabalhos por alguns minutos para que este possa se retirar. Reabertos os trabalhos, a Presidência concede a palavra aos Deputados presentes, que dirigem perguntas ao Sr. Márcio Tadeu Pereira, que, prontamente, responde aos questionamentos. A Presidência agradece a presença do Sr. Márcio Tadeu Pereira e suspende os trabalhos por alguns minutos para que este possa se retirar. Reabertos os trabalhos, a Presidência indaga ao relator, Deputado Dinis Pinheiro, se está em condições de emitir parecer sobre as indicações. Com a palavra, o relator emite parecer mediante o qual conclui pela aprovação dos nomes dos Srs. Isnard José Gautério de Vasconcelos e Márcio Tadeu Pereira indicados, respectivamente, Presidentes da ADEMG e da Loteria do Estado de Minas Gerais. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência suspende novamente os trabalhos, para que seja lavrada a ata da reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência dispensa a leitura da ata em virtude de aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, considera-a aprovada e solicita aos Deputados que a subscrevam. Cumprida a finalidade para a qual foi constituída a Comissão, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 1999.

José Henrique, Presidente - Dinis Pinheiro - Ailton Vilela - Maria Tereza Lara - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DOS TITULARES DAS SEGUINTE ENTIDADES: FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA- COLONIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - RURALMINAS - e instituto mineiro de agropecuária - ima

Às quinze horas e trinta minutos do dia nove de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Irani Barbosa, João Batista de Oliveira, Dimas Rodrigues, Eduardo Hermeto e Márcio Kangussu, membros da supracitada comissão. Presentes também os Deputados Chico Rafael, José Alves Viana, Paulo Piau e Márcio Cunha. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Irani Barbosa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública dos Srs. Caio Júlio César Brandão Pinto e Nivaldo José de Andrade, indicados, respectivamente, para os cargos de Presidente da RURALMINAS e Diretor-Geral do IMA e, se possível, apreciar o parecer do relator, Deputado João Batista de Oliveira. A Presidência acusa o recebimento do Ofício nº 41/99 do Governador do Estado, no qual solicita desconsiderar a indicação feita em favor do Sr. Nivaldo José de Andrade para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Presidência informa, também, que o Deputado Márcio Kangussu foi indicado como membro efetivo desta Comissão, em substituição ao Deputado Wanderley Ávila, conforme comunicação do Líder do PSDB encaminhada ao Presidente da Casa. A seguir, convida o Sr. Caio Brandão e o Sr. Aloysio Guedes Barra, Presidente em exercício da RURALMINAS, para tomarem assento à mesa. O Presidente, Deputado Irani Barbosa, lembra aos presentes que a arguição pública se faz necessária, conforme disposto no art. 62, inciso XXIII, alínea "d", da Constituição do Estado, de acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 26. A seguir, a Presidência passa a palavra ao convidado, Sr. Caio Brandão, que tece considerações gerais sobre suas atividades profissionais. Depois, o Deputado João Batista de Oliveira dá início à arguição. Ato contínuo, fazem uso da palavra os Deputados presentes, cada um por sua vez. A Presidência agradece a presença do convidado e suspende a reunião por 3 minutos para os cumprimentos formais. Reabertos os trabalhos, o Presidente indaga ao relator, Deputado João Batista de Oliveira, se está em condições de emitir o seu parecer. Este conclui pela aprovação da indicação do Sr. Caio Brandão Pinto à Presidência da Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. O Presidente suspende os trabalhos por 5 minutos para a lavratura da ata desta reunião. Reabertos os trabalhos, a Presidência solicita ao Deputado Dimas Rodrigues que proceda à leitura da presente ata, a qual é dada

por aprovada e subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade desta Comissão Especial, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de março de 1999.

Irani Barbosa, Presidente - Dimas Rodrigues - Márcio Kangussu - Eduardo Hermeto - João Batista de Oliveira.

ATA DA 3ª REUNIÃO Especial da comissão de administração pública

Às dez horas do dia dez de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jorge Eduardo de Oliveira, Antônio Genaro, José Alves Viana, Arlen Santiago e Sebastião Navarro Vieira. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, Deputado José Alves Viana, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Genaro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir informa que a reunião se destina a empossar o Presidente e a fixar dia e horário das reuniões ordinárias da Comissão. Ato contínuo, o Vice-Presidente declara empossado o Deputado Jorge Eduardo de Oliveira como Presidente desta Comissão, a quem passa a direção dos trabalhos. A seguir, a Presidência sugere que as reuniões ordinárias da Comissão sejam realizadas às quartas-feiras, às 10 horas, o que é acatado pelos demais Deputados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária de hoje, às 10h15min, com a finalidade de se apreciar a matéria constante na pauta e de se discutirem assuntos de interesse da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente - Arlen Santiago - José Alves Viana - Chico Rafael - Antônio Genaro - Sebastião Navarro Vieira.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da CPI DA carteira de habilitação

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmo Braz, Alberto Bejani, Ivo José, João Leite, José Alves Viana e Arlen Santiago, membros da supracitada Comissão. Registra-se, ainda, a presença dos Deputados Rogério Correa, Edson Rezende, Durval Ângelo, Carlos Pimenta e Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Elmo Braz, declara abertos os trabalhos e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, a designar o relator e a fixar o dia e o horário das reuniões ordinárias. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Alberto Bejani para atuar como escrutinador. Realizada a contagem dos votos, registram-se seis cédulas de votação, sendo eleitos Presidente o Deputado João Leite e Vice-Presidente o Deputado Alberto Bejani, ambos com seis votos. O Presidente "ad hoc" passa a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, que dá posse ao Presidente eleito, que, em seguida, empossa o Vice-Presidente. Agradecendo a confiança nele depositada, o Presidente, na oportunidade, designa para relator pela Comissão o Deputado Ivo José e sugere as quintas-feiras, às 10 horas, como o horário das reuniões ordinárias da Comissão, o que é aprovado pelos parlamentares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária a ser realizada às 14h30min do dia 11/3/99, para tratar de assuntos da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

João Leite, Presidente - Alberto Bejani - Christiano Canedo - José Alves Viana - Márcio Cunha - Arlen Santiago.

ATA DA 2ª REUNIÃO Especial da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de março de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Newton de Moraes, Maria José Hauelsen, Antônio Roberto e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Newton de Moraes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Roberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a eleger o Vice-Presidente desta Comissão. A seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Antônio Roberto para atuar como escrutinador. Apurados os votos, é eleita Vice-Presidente a Deputada Maria José Hauelsen, com 3 votos. O Deputado Fábio Avelar recebe 1 voto. O Presidente dá posse à Vice-Presidente, que agradece a escolha de seu nome. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de março de 1999.

Newton de Moraes, Presidente - Maria José Hauelsen - Antônio Roberto - Fábio Avelar.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 15h30min do dia 16/3/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de audiência pública com representantes da Caixa Econômica Federal - CEF - e da Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - ASMUT -, para discutir os problemas que afligem os mutuários, especialmente os que levam à inadimplência.

Convidados: Srs. Homero Ferreira Diniz, Superintendente da Caixa Econômica Federal - CEF -, e Marcos Rafael Campos de Medeiros, Secretário da Associação dos Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - ASMUT.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Pareceres sobre os Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 13.891, 13.980, 14.000 e 14.060

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bené Guedes, Carlos Pimenta, Christiano Canêdo e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres dos relatores.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

Maria José Haueisen, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 14.052

Comissão Especial

Relatório

Usando da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição Estadual, o Governador do Estado opôs Veto Total à Proposição de Lei nº 14.052, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do IPSEMG-CODEL.

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno, foi constituída esta Comissão Especial para apreciação da matéria, o que passamos a fazer, nos limites de nossa competência.

Fundamentação

A proposição objeto do veto visa a instituir o Conselho Deliberativo do IPSEMG - CODEL, como órgão deliberativo e de orientação superior, tendo por finalidade fixar objetivos e políticas relativas à atuação do Instituto por meio do estabelecimento de diretrizes e normas gerais de organização, operação e administração.

Na Mensagem nº 342, com que encaminhou a matéria a esta Casa Legislativa, o Governador do Estado fundamenta o veto à proposição em motivos de ordem constitucional e de interesse público.

Com efeito, por se tratar da alteração da estrutura de entidade da administração indireta do Poder Executivo, a iniciativa para a deflagração do processo legislativo é privativa do Governador do Estado, conforme estabelece o art. 66, III, "e", da Constituição Estadual, razão pela qual o Chefe do Executivo manifesta sua rejeição à matéria.

Ademais, já integra a estrutura do IPSEMG um Conselho Diretor, órgão que tem por objetivo a administração superior e a fiscalização financeira e patrimonial da entidade, conforme define o seu Estatuto (art.190, XI).

Por outro lado, o Governador ressalta a existência da Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98, que dispõe sobre regras para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. É que, com o advento da referida lei, qualquer disposição legal sobre a matéria deverá observar os critérios nela estabelecidos, especialmente os que dizem respeito a avaliação atuarial, financiamento, contribuições, cobertura que possa garantir a totalidade dos riscos, participação dos servidores nos colegiados e instâncias de decisão, e, ainda, aqueles referentes à criação de um fundo com finalidade previdenciária, conforme dispõem os arts. 1º e 6º do diploma legal citado.

Verifica-se, pois, que as razões expostas para a oposição do veto em apreço também se amparam no interesse público, uma vez que se impõe uma nova regulação do sistema previdenciário no Estado, a fim de adequá-lo às regras gerais vigentes.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela manutenção do veto oposto à Proposição de Lei nº 14.052.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Ermano Batista, relator - Marcelo Gonçalves - Bilac Pinto.

Parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 14.058

Comissão Especial

Relatório

Por meio da Mensagem nº 35/99, o Chefe do Poder Executivo encaminhou a esta Casa as razões do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058, que transfere à autarquia Loteria do Estado de Minas Gerais as atividades da Comissão Permanente de Bingo, instituída pelo Decreto Estadual nº 36.900, de 24/5/95, e vinculada à Secretaria da Fazenda.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 3/2/99, vem o veto a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos regimentais.

Fundamentação

Em suas razões de veto, o Governador do Estado alega que a matéria não deve ser retirada da competência da Secretaria da Fazenda, órgão responsável pelo credenciamento de entidades interessadas na exploração de bingos.

A Lei Federal nº 9.615, de 24/3/98 (Lei Pelé), regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.574, de 29/4/98, atribuiu ao Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP - a competência para, diretamente ou mediante convênio, cuidar do credenciamento, autorização e fiscalização dos jogos de bingo em todas as suas espécies.

No âmbito do Estado, por força da Lei Federal nº 8.672, de 6/7/93, essa tarefa fica a cargo da Comissão Permanente de Bingo, criada para o exercício exclusivo dessa atribuição.

Na maioria dos entes federados, o INDESP fez convênios com entidades especializadas nesse tipo de atividade (como é o caso da Loteria Mineira), objetivando delegar-lhes as atribuições previstas na norma federal citada. No caso de Minas Gerais, foi firmado o Convênio nº 57000.002853/48-53, entre o INDESP e a Loteria do Estado de Minas Gerais, que passou a fiscalizar de forma rotineira os bingos; ademais, passou a controlar todas as suas atividades, objetivando impedir a ocorrência de quaisquer ilegalidades.

Ao vetar o Governador do Estado, de forma equivocada, a proposição em tela, a Loteria Mineira ficou desamparada legalmente para exercer as atribuições conferidas no convênio. Tal situação transformou as casas de bingo em campo fértil para a prática das mais diversas ilegalidades, com reflexos diretos no direito do consumidor, no Fisco e até mesmo na esfera penal.

Diante desse quadro, para se restabelecer o controle das casas de bingo, mediante o exercício do imprescindível papel fiscalizador da Loteria Mineira, há que se rejeitar o veto total à referida proposição de lei.

Conclusão

Pelas razões aduzidas, opinamos pela rejeição do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.058.

Sala das Comissões, 11 de março de 1999.

Glycon Terra Pinto, Presidente - Bilac Pinto, relator - Marcelo Gonçalves.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 2/3/99

A Deputada Elaine Matozinhos* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje, no Brasil, existem vigorosos movimentos femininos, que se vêm organizando durante as três últimas décadas. Gostaria de destacar o combativo movimento das Federações Estaduais de Mulheres, que originou a fundação da Confederação das Mulheres do Brasil. Hoje atuo como Vice-Presidenta da Confederação das Mulheres do Brasil - Regional de Minas Gerais e quero dizer que muito me orgulha pertencer a ela, que, neste ano, está completando 15 anos de luta em defesa dos direitos da mulher. Tenho a satisfação de atuar junto à brava companheira Marta Maria Lima Alexandre, nossa Presidenta, que hoje desenvolve diversos projetos em benefício da mulher mineira.

Para que os caros colegas tenham conhecimento desse importante trabalho que realizamos, gostaria de discorrer um pouco a respeito dele.

A Confederação das Mulheres do Brasil - CMB - é uma organização não governamental. Suas representantes voluntárias são eleitas em Congresso Nacional das Filiadas, também voluntárias. Coordena, em nível nacional, 15 federações de mulheres, com 15 mil associações filiadas (em média, 100 filiadas por associação).

Seu processo de fundação se iniciou em 1980, através das Federações de Mulheres Estaduais, culminando no congresso de 1988, com a participação de 5 mil delegadas de todo o País, no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo.

A CMB tem dirigido, em todas as regiões do País, a luta das mulheres pelos seus direitos econômicos, políticos e civis, organizando-as, em nível local, em associações femininas e, em âmbito estadual, em federações. Pauta sua ação política na luta pela garantia dos direitos básicos da cidadania e na luta solidária e militante de todos os cidadãos. Firma sua atuação cotidiana no atendimento necessário ao resgate das condições básicas de vida das mulheres, quer preenchendo lacunas de políticas públicas para as mulheres, principalmente as que compõem a parcela de mais baixa renda da nossa população, quer viabilizando parcerias com esses poderes, democratizando seus serviços e possibilitando o acesso das mulheres às ações do Estado.

Criou a Escola para Mulheres na cidade de São Paulo, com o objetivo de garantir um espaço para a realização de diversos cursos profissionalizantes, possibilitando à mulher sua qualificação e entrada no mercado de trabalho.

Realiza seminários para a formação de agentes femininas de defesa da saúde, promove campanhas de prevenção do câncer da mama e do câncer cérvico uterino, das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a AIDS, realiza seminários e palestras sobre os mais variados temas, em centenas de comunidades da quase totalidade dos Estados brasileiros, coordenados localmente pelas entidades de base da CMB. Presta atendimento jurídico na área do direito da família às suas filiadas ou às mulheres em geral que estejam em situação de risco. Participou ativamente na criação das Delegacias de Mulheres em todo o País.

A Confederação tem trabalhado junto aos Poderes Legislativos Estaduais e Federal, por leis que coibam a violência, o preconceito e contribuam para a garantia do acesso e dos direitos das mulheres ao mercado de trabalho.

Duas experiências de atuação marcantes para as mulheres têm se colocado como áreas de trabalho central para a CMB nos últimos anos: o Programa Mutirão Mães Chefes de Família, que construiu mais de 10 mil casas em todo o Brasil, e o programa "Educação para Mulheres Jovens e Adultas", este executado dentro das ações do Plano Decenal de Educação para Todos (1993/2003), do qual o Brasil é participante.

Desta forma, a CMB está desenvolvendo uma luta concreta no combate ao analfabetismo até o ano 2003, compromisso firmado pelo Governo brasileiro e mais oito países (Índia, México, Paquistão, Indonésia, Nigéria, China, Egito e Bangladesh) na Conferência Mundial da ONU em 1990.

A CMB participou ativamente da Conferência Mundial de Assentamentos Humanos - Habitat II — em Istambul, Turquia. Na conferência apresentou cinco painéis sobre os temas: Educação - Alfabetização de Mulheres Jovens e Adultas; Habitação — Mutirão; Mãe Chefe de Família, Violência e Direitos Humanos; Saúde da Mulher, da Adolescente e da Idosa; Alimentação e Desenvolvimento.

A Conferência Habitat II premiou o trabalho de Mutirão Mães Chefes de Família da CMB, constando ele nas resoluções finais dessa conferência.

Na área da Educação, a CMB participou das Conferências Nacionais preparatórias à Conferência Mundial de Educação, promovida pelo MEC, e da Conferência Latino-Americana organizada pela UNESCO e o MEC. A Conferência Mundial de Educação foi promovida pela UNESCO e realizada em Hamburgo, na Alemanha, em 1997.

A Confederação das Mulheres do Brasil recebeu menção honrosa da UNESCO pelo projeto Mulher-Educar para Participar, Alfabetizar para Uma Vida Melhor, realizado em parceria com o Ministério da Educação e do Desporto.

Atualmente, com o agravamento do desemprego, as mulheres são as principais atingidas, por não possuírem, em grande parte, qualificação profissional adequada. No entanto, a inserção da mulher no mercado de trabalho, formal ou informal, constitui fator decisivo no processo de conquista da cidadania.

A realidade, hoje, mostra a participação ativa da mulher na força de trabalho, em busca do sustento para seus filhos, considerando que muitas delas assumem o papel de mães chefes de família - 20% das famílias brasileiras.

Para integrar o contexto atual e exercer eficazmente um papel digno na atividade econômica, a mulher tem de, no mínimo, desenvolver uma habilidade específica que lhe permita

entender e usufruir as potencialidades do mundo economicamente ativo.

A Deputada Maria Tereza Lara (Em aparte) - Quero cumprimentar a colega Deputada Elaine Matozinhos pelo seu trabalho em prol da organização das mulheres. Gostaria de dizer também que, agora, formamos uma bancada feminina, pois somos 5 Deputadas em 77. Certamente, somos menos de 10%, mas estaremos cumprindo o nosso papel de representar as mulheres mineiras e, ao lado dos companheiros homens, estaremos apoiando as reivindicações das mulheres, para que nossos direitos, de fato, possam ser respeitados.

Por ocasião do dia 8 deste mês, comemoraremos o Dia Internacional da Mulher e queremos somar esforços com tantas mulheres que participam de organizações e tantas outras anônimas que, ainda, não estão organizadas, mas que têm dado a sua contribuição em prol do País, neste momento difícil de crise nacional, quando o projeto econômico e o neoliberalismo tentam acabar com os direitos dos cidadãos e, especialmente, dos excluídos, das mulheres. Na questão da maternidade, por exemplo, as mulheres estão correndo o risco de perder os direitos adquiridos.

Então, queremos cumprimentá-la e, na sua pessoa, pela nossa bancada feminina, estar cumprimentando todas as mulheres mineiras.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Muito obrigada pelo aparte, nobre Deputada Maria Tereza, grande companheira de luta. Lembro também que, graças a Deus, esta é a maior bancada feminina que esta Casa já teve. Que tenhamos, com as graças de Deus, a possibilidade de fazer um trabalho no nível em que as mulheres mineiras e - estendendo mais um pouco - as mulheres brasileiras merecem.

O Deputado João Paulo (Em aparte) - Nobre Deputada Elaine Matozinhos, não poderia deixar de pedir um aparte, porque acompanhamento de longa data o trabalho de V. Exa. em prol da causa da mulher. Não só acompanhamento o seu trabalho, como também essa dialética da mulher na sociedade, já não buscando espaço, mas a ocupação do espaço a que tem direito e que merece ocupar, para o bem de todos nós.

Fundamentalmente, entendo que a causa da mulher não pode ser empunhada apenas pelas mulheres. Nós, homens, também devemos e somos parte integrante desse movimento, ainda que, inconscientemente, às vezes, para atrapalhar. Na medida em que nos dispusermos a contribuir para a melhoria das condições de vida e de trabalho da mulher, certamente estaremos investindo em benefício da sociedade como um todo.

Eu e V. Exa. já tivemos a oportunidade de conversar e de participar de eventos alusivos à luta da mulher, e tenho observado com tristeza que, infelizmente, a mulher contribui muito para a discriminação que contra ela se ergue. Tenho feito muitos acenos nesse sentido. É importante que a mulher tome consciência de sua atuação, para que também possa evitar que ela venha a se açoiar. Acho que, quando entramos num embate desses, numa discussão desse porte - nós, homens, principalmente -, devemos nos lembrar de que mulher é a minha mãe, mulher é a minha companheira, mulher é a minha filha. Tantas dificuldades a sociedade ergueu contra elas. Para ultrapassarem-nas, é importante que nos tornemos conscientes disso e que lhes ofertemos, ainda que pequena, a nossa contribuição.

Quando vejo as mulheres dançar naquela Banda Mole, para fornecer subsídios para o "Centifólio do Machão" daquele movimento MMM, fico muito triste.

Por essas razões, venho saudar V. Exa. e cumprimentá-la pelo esforço que sempre fez e faz, com toda a legitimidade e todo o brilhantismo. Gostaria também de registrar o meu compromisso de estar sempre contribuindo, à minha maneira, e como puder, para esta causa. Muito obrigado.

A Deputada Elaine Matozinhos* - Muito obrigada, nobre Deputado João Paulo. Sem sombra de dúvida, quando tivemos a oportunidade de estar juntos na Câmara Municipal de Belo Horizonte, V. Exa. sempre foi um Vereador que participou das nossas lutas e, às vezes, sempre lembrando a nossa fala de que hoje representamos 52% da população. Em contrapartida, somos mães dos outros 48%. Então, se não fôssemos nós, mulheres, possivelmente este mundo não estaria tão brilhantemente sendo vivido por todos nós.

O Deputado Edson Rezende (Em aparte) - Quero parabenizá-la, nobre Deputada Elaine Matozinhos, pela sua determinação, como mulher, de encarar a política com essa vontade.

Parablenho a todas as mulheres desta Casa, porque neste momento é difícil convencer todas as mulheres do País da importância de sua participação, porque é a participação feminina que poderá nos ajudar a atravessar este difícil momento político. A mulher traz uma outra experiência, outra conotação de vida, que é acrescida a nós, homens, e, no plano político, a presença da mulher se faz necessária como se faz em casa.

A Deputada Elaine Matozinhos* - A Confederação das Mulheres do Brasil - Regional de Minas Gerais, através do trabalho social desenvolvido no Programa Habitacional "Fênix de Viver", iniciado em 1997, em parceria com a Prefeitura Municipal de Contagem, a Construtora Andrade Gutierrez, o CEFET, o SETASCAD/FAT/Mtb, estimulou a participação feminina nos cursos realizados durante o mutirão habitacional, detectando uma grande demanda feminina na luta por um meio de sustento a seus filhos. Estas mulheres ou são mães chefes de família ou estão com os maridos desempregados. Outras vezes, são as adolescentes acima de 14 anos que necessitam encontrar um trabalho para ajudar no orçamento doméstico.

Este projeto é voltado especialmente às mulheres contagenses, em particular as que participam do Programa Fênix de Viver - Bairro das Sapucaias, Oitis, Darcy Ribeiro, Ressaca e Aglomerado Beatriz, onde 2.500 famílias constroem ou já construíram suas casas em regime de mutirão.

A prioridade é melhorar a qualidade de vida, não só dando prosseguimento aos cursos de formação profissional já realizados, como também possibilitar a obtenção de renda para estas mulheres.

Queria aqui, finalizando, fazer um convite às mulheres de Minas, aos nossos companheiros Deputados e Deputadas para que estejam conosco no grande evento de 8 de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, com o seguinte programa:

Dia 8 - 9 horas: missa de ação de graças, a ser realizada na Delegacia Especializada de Crimes contra a Mulher, situada na Rua Tenente Brito Melo, 353, nesta Capital;

Dia 8 - 14 horas: 7º Encontro comemorativo ao Dia Internacional da Mulher, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Santa Luzia, órgão que tem à sua frente a companheira ex-Vereadora Evanilda Martins. Local: CIAC - Santa Luzia;

Dia 8 - 17 horas: Ato das Mulheres, promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, que tem como Presidenta a companheira Neusinha Santos. Local: Praça da Estação;

Dia 8 - 10h30min: Lançamento da Revista Plural, editado pela FUMEC, com o tema "Prostituição — Trajetória e Vida das Profissionais do Sexo", coordenado pelo Psicólogo, grande amigo e companheiro Emerson Tardieu.

Continuando as comemorações do Dia Internacional da Mulher, no dia 9 de março realizaremos, às 14 horas, nesta Casa, uma sessão especial em homenagem à mulher.

Mas quero registrar, de forma muito especial, o grande ato que a Confederação das Mulheres do Brasil estará fazendo, às 14 horas, na Praça Sete, de onde as mulheres sairão, em caminhada, até a Praça da Liberdade, onde seremos todas recebidas pelo Governador do Estado, Dr. Itamar Franco. Queremos convidar nossos companheiros Deputados e conchamar as mulheres de Minas e, de forma especial, as mulheres de Belo Horizonte e da Grande BH, para que estejam conosco nessa grande caminhada em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, um dia, sobretudo, de reivindicação e de luta, quando nós, mulheres, estaremos nos solidarizando com o nosso Governador e deixando claro nosso protesto contra essa política neoliberal, que tanto sacrifica os brasileiros e, de forma muito especial, as mulheres. Muito obrigada, Sr. Presidente.

* - Sem revisão da oradora.

A Deputada Elbe Brandão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores da Casa, senhoras e senhores, na semana que passou, aconteceu a primeira reunião da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio deste Legislativo. Seus membros, Srs. Deputados Alberto Bejani, Alencar da Silveira Júnior, George Hilton e Márcio Cunha, indicaram meu nome para assumir a Presidência.

É certo que essa decisão não me envaidece; apenas me empurra para cumprir uma missão iniciada na 13ª Legislatura, quando exerci meu primeiro mandato de Deputada Estadual, ao assumir como suplente. A gratidão aos Srs. Deputados que me confiaram essa honrosa função será efetivada na exata medida que o assunto merece. Afinal, a matéria que incumbe à Comissão abre a possibilidade da criação de ações públicas concretas, capazes de mudar a face e de fazer desenvolver inclusive os mais longínquos grotões das Minas e das Gerais.

A importância do turismo em todo o mundo é crescente, na medida em que apresenta números astronômicos. Ele constitui uma indústria sem chaminés, geradora de emprego e renda. Nenhum outro setor da economia internacional é capaz de distribuir riquezas em tão curto prazo. A partir dessas constatações, no ano de 1996, realizou-se um seminário legislativo sobre o assunto, que congregou forças dispersas para analisar o que existia à época e, ao mesmo tempo, escrever uma nova norma para o segmento, abrindo maiores perspectivas para seu crescimento em Minas Gerais. A participação da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado e dos representantes do chamado "trade" turístico mineiro respaldou e deu legitimidade à nova legislação que surgiu, de modernidade inigualável em todo o País.

Além da inquestionável importância da nova ordem legal, outra vitória conquistada foi a criação da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio. Minha atuação na Presidência desta será a mais democrática possível, estabelecendo um diálogo permanente entre a Assembléia e a sociedade, interessada no desenvolvimento econômico e social do povo mineiro.

Assim, para concretizar ações e unir esforços que visem a essa integração, apresentei, para análise dos membros da Comissão, a seguinte pauta para compor o calendário de trabalho deste Legislativo, no ano de 1999:

1 - realização de um seminário legislativo que avalie e proponha ações conjuntas, envolvendo as classes política e patronal, empregados e sociedade, com relação ao impacto social do desemprego em Minas Gerais;

2 - realização de três ciclos de debates, criando um fórum de discussão para os seguintes assuntos:

a) avaliação dos efeitos do seminário legislativo sobre turismo;

b) impacto da reabertura de cassinos em Minas Gerais, proposta apresentada pelo Deputado Alencar da Silveira Júnior;

c) socialização de conhecimentos entre esta Comissão e comissões congêneres do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de Assembléias Legislativas de outros Estados e a participação dos países que compõem o MERCOSUL;

3 - realização de audiências públicas regionais, quando necessário, visando a estabelecer maior abertura do diálogo entre esta Casa e a sociedade mineira;

4 - abertura de ampla discussão que deve partir desta Casa, já acatada pelo Presidente Deputado Anderson Aduato, para transformar Belo Horizonte na capital do MERCOSUL.

Ainda, sugeri a abertura de um permanente diálogo entre os membros da Comissão com as Comissões de Turismo, Indústria e Comércio do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Ministério e da EMBRATUR. O principal objetivo é realizar a avaliação de propostas e a efetivação de ações conjuntas, nunca dispersas ou isoladas de todos os setores envolvidos com o turismo.

Apresentamos, também, proposta que será devidamente analisada pela competente assessoria e pela Consultoria da Assembléia,

objetivando encontrar dispositivos legais para autorizar a participação de representantes do turismo, da indústria e do comércio, de forma permanente, nas reuniões da Comissão, desde que sejam legitimados pela classe patronal e sindical de empregados dos setores. Não há dúvida de que a concretização dessa possibilidade abrirá novas perspectivas de conduta participativa da sociedade nas decisões políticas deste parlamento.

A sensibilidade do Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Aduato, foi manifestada na forma de amplo apoio a esta proposta da Comissão.

Encerrando, informo que hoje é o Dia Internacional do Turismo. Alguns pessimistas afirmam que não há razão para comemorar. Há sim, e muito. As mudanças são perceptíveis e claras. No entanto, a interação deve continuar. Em breve, estaremos assistindo ao efetivo funcionamento em Minas Gerais da Secretaria de Estado do Turismo, sob a batuta do Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos, que já foi nosso companheiro nesta Casa, sempre aberto ao diálogo e às novas definições do papel do turismo no crescimento social e econômico do nosso Estado.

Gostaria de parabenizar o Deputado José Braga, Vice-Presidente desta Casa, e a bancada dos Deputados do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha, na figura do nosso companheiro, Deputado Márcio Kangussu, pois as nossas reivindicações com relação à seca já começam a surtir efeito, tanto que o programa das cestas básicas já está retornando para o nosso Norte de Minas e, diria hoje, à área mineira da SUDENE, que engloba também o vale do Jequitinhonha.

O Deputado Márcio Cunha (Em aparte) - Nobre Deputada Elbe Brandão, gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentá-la por seu discurso, por sua postura e pelos assuntos que traz a todos nós. Tenho certeza de que, ao cumprimentá-la, o fazem também, em meu nome, os Deputados da nossa Bancada do PMDB. Parabéns a V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Gostaria de tecer alguns comentários a respeito do conteúdo de sua fala, que tive oportunidade de ouvir, de assistir e de acompanhar permanentemente. Agradeço a V. Exa., Deputada Elbe Brandão, como já tive oportunidade de fazê-lo na Comissão, e ao Deputado Paulo Pettersen, por propiciarem a minha ida para a Comissão de Turismo. Entre os Deputados, ficou absolutamente claro que o meu interesse maior era o de pertencer a essa Comissão, já que tive a oportunidade de ser Secretário Municipal de Cultura e Turismo de Belo Horizonte. Esse é um assunto que realmente me fascina.

Mas, por uma questão de injunções e de composição política, coube a mim presidir a Comissão de Finanças da Casa, o que, sem dúvida alguma, é uma honra. Inclusive, a Comissão já foi composta por diversos Deputados e a estou presidindo. Mas devo a ida para a Comissão de Turismo ao empenho de V. Exa. e do Deputado Paulo Pettersen e gostaria de agradecer-lhes com todo o meu carinho. Quero dizer a V. Exa. que estarei à sua disposição e à disposição daquela Comissão e da Assembléia para, junto com V. Exa., executar esse trabalho que V. Exa., tão brilhantemente, tem proposto. Sem dúvida alguma, sua sensibilidade para com essa área é muito importante, e mais do que isso, pois enxergar hoje que uma das opções quer de Minas, quer de todo o Brasil é a indústria do turismo é, com certeza, enxergar lá na frente. V. Exa. tem essa sensibilidade e visão. Além disso, tenho certeza absoluta de que, com o manancial que temos em Minas, é possível alavancarmos nossa economia, para que possamos efetivamente dar respostas às pessoas que esperam de cada um de nós uma ação nessa área. Muitas vezes as pessoas consideram o turismo uma atividade de elite, mas não é isso, pois, na verdade, propicia trabalho para um analfabeto, para uma copeira ou uma lavadeira, etc., ou seja, o turismo é extremamente democrático e importante. Com certeza, a Comissão de Turismo, com a pessoa de V. Exa. à sua frente, fará com que esta Casa saia ganhando, assim como o povo mineiro, e estaremos ao seu lado para ajudá-la. Parabéns, Deputada Elbe Brandão.

A Deputada Elbe Brandão - Agradeço o Deputado Márcio Cunha e tenho a certeza de que, juntos, faremos com que essa Comissão possa realmente engrandecer o Legislativo de Minas Gerais. Obrigada.

O Deputado Ermano Batista - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faz uns dias, cerca de duas semanas, que o órgão oficial do Estado, o "Minas Gerais", publicou um ato do Executivo que contrariava a Constituição mineira. Nomeava dirigentes de fundações e autarquias estaduais, sem a sabatina do Poder Legislativo, com a conseqüente aprovação do candidato. Insurgiu-se contra o ato do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que apresentou projeto de resolução cancelando as malsinadas nomeações. O Sr. Governador, embora sem justificativa e sem um pedido formal de desculpas a este parlamento, pela extrapolação de poder e de função, tornou sem efeito o ato, o que, mesmo assim, serviu para corrigir aquilo que decidimos tomar como equívoco, sanando conseqüentemente a irregularidade. O procedimento célere do Sr. Governador levou o Deputado Sebastião Navarro Vieira a ocupar esta tribuna para elogiar-lhe o gesto e, em seguida, retirar de tramitação o seu projeto de resolução.

Ocorre que, na mesma data da exoneração, o Sr. Governador Itamar Franco assinou outro ato, também publicado, designando os cidadãos destituídos para responderem pelos cargos que menciona, presidentes e diretores de autarquias. Entendo que o Sr. Governador, ao tornar sem efeito o ato de nomeação desses dirigentes e assinar outro, designando os mesmos cidadãos para responderem pelos cargos, corrigiu um equívoco, lapso natural de assessores inexperientes ou afoitos, mas cometeu um erro gravíssimo, que, configurando o que estou suspeitando, pode ser definido como procedimento aleivoso, declaração falsídica, isto é, delito de falsidade ideológica.

Nomeado e designado, no caso, é a mesma coisa, pois tais expressões guardam entre si uma perfeita sinonímia. O recurso da troca semântica pode ter sido mero e censurável engodo para burlar a Constituição. A designação tem os mesmos efeitos da nomeação. Conseqüentemente, aquela tem de se submeter aos mesmos requisitos impostos a esta. Não podia ser de outra forma, pois a designação, neste caso, é definida como provimento derivado, que depende de vínculo anterior do indicado com a administração.

Então, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, se se trata de mera questão semântica, lingüística, é óbvio que a designação não seria possível antes de se atender ao requisito constitucional da sabatina, já que os atos dela provenientes gerariam os mesmos efeitos da nomeação. A sabatina prévia objetiva exatamente aferir a competência e a conveniência do provimento para se garantir a qualidade dos atos administrativos. Não pode o Governador mascarar o ato para safar-se do cumprimento da Constituição. Entretanto, a bem da verdade, tem-se admitido, ao fundamento de que a repartição pública não deve ficar acéfala, em caráter excepcional e temporário, que o comando maior ordene alguém que lhe seja subordinado para responder por cargo de direção. Exatamente aqui, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Sr. Presidente, reside a possibilidade de o Governo Itamar Franco ter-se valido de uma declaração falsa para legitimar o seu ato. Se o fez, consciente ou não, a investigação irá definir. O ato diz textualmente que "ficam designados os servidores". A dúvida que temos é se esses cidadãos, na verdade, são servidores. Não sendo servidores, o ato de designação assinado pelo Sr. Itamar Franco atesta falsamente essa condição.

Tenho, Sr. Presidente, informações extra-oficiais de que nem todos os designados são funcionários do Estado, mas não posso, nem a Casa, valer-me de expediente apócrifo para indicar a postura que este Poder deve tomar diante dessa situação. Por essa razão, apresento a V. Exa. o seguinte requerimento: (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve vem, na forma regimental, requerer de V. Exa. que solicite da Comissão de Administração Pública desta Casa que, na forma de estilo, proceda gestões, no prazo de cinco dias, para levantar se fazem parte do quadro permanente de servidores do Estado os Srs. Isnard José Gautério de Vasconcelos, Daison Olzany Silva, Magdala Alencar Teixeira, Mauro Guimarães Werkena, José Cláudio Junqueira Ribeiro, Francisco Padanês Rubió, Irene de Melo Pinheiro, João Batista Magro Filho, João Batista Rezende, Evandro Xavier Gomes, Flávio de Lemos Carsalade, David Márcio Santos Rodrigues, Mamede Campanha de Souza, João Bosco Senra, Márcio Tadeu Pereira, todos designados no dia 20/2/99, por meio do Decreto nº 40.281, (cópia anexa) por S. Exa., o Governador do Estado de Minas Gerais, para cargos de presidência ou de diretoria de autarquias e fundações, e, em caso afirmativo, qual a sua situação funcional à data do ato, termos em que pede deferimento". Concedo, com prazer, um aparte a V. Exa., Deputado Amílcar Martins.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte) - Meu caro Deputado Ermano Batista, quero cumprimentá-lo por essa fala. Acho que V. Exa. está mostrando exatamente o que a população de Minas Gerais espera de uma Bancada da Oposição, esse papel, do qual não abrimos mão, nós todos que fazemos parte dessa bancada, de fiscalizar o Poder Executivo desde todos os seus atos, em todas as suas ações, em todas as suas intenções. V. Exa. está demonstrando hoje, de uma forma absolutamente clara que, mais uma vez, o Governo mineiro, ou por incompetência ou por má-fé, tenta não cumprir decisões da nossa Constituição.

Conheço algumas dessas pessoas alistadas por V. Exa. Sabemos que algumas são funcionárias do Estado, como é o caso do José Cláudio e alguns outros nomes que conhecemos bem. Mas outros sabemos, inclusive, que vieram de fora. Uma das modas inovadoras dessa nova administração é a de desmerecer a competência e o trabalho dos mineiros e trazer gente de fora - gente que não é mineira, que não gosta de Minas e que não conhece Minas - para administrar o Estado. Portanto, se V. Exa. me permite, vou citar alguns exemplos: o administrador da ADEMG não é mineiro, o administrador da Rede Minas de Televisão não é mineiro, nem o novo Presidente da PRODEMGE. O novo Secretário da Fazenda, basta ouvi-lo falando para os mineiros. Ele, que já declarou que não gosta de Minas nem de Belo Horizonte e, conseqüentemente, imagino, não gosta dos mineiros também, tem uma forma de falar que não é a dos mineiros. Dessa maneira, temos certeza de que essas pessoas vieram de fora, nem de Minas são, quanto mais funcionárias do Estado.

E há outra suspeita: parece que pelo menos um nome é de uma pessoa que pediu exoneração pelo PDV e que era funcionária do Estado e que, portanto, está também impedida - e as regras do PDV são claras neste sentido - de ocupar cargo público pelo prazo de alguns anos. Dessa maneira, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que é isso mesmo: essa é uma convocação de pessoas alienígenas, de pessoas de fora, que não conhecem o nosso Estado, que não conhecem nossos problemas, não conhecem a gente mineira. E pessoas que, mesmo sendo mineiras, provavelmente não são funcionárias do Estado. Quero cumprimentar V. Exa.

O Deputado Ermano Batista - Agradeço, nobre Deputado Amílcar Martins, a intervenção de V. Exa., como sempre muito competente em discurso com muito conteúdo. A presença de V. Exa. no Plenário valorizou muito o debate. E a nossa preocupação é exatamente a de que a lei seja cumprida, de que a Constituição seja respeitada. É muito fácil mascarar, mudar o termo e se eximir do cumprimento da Constituição. Talvez devêssemos aguardar que a Comissão de Administração Pública verifique, o mais rápido possível, a real situação dessas malsinadas...

O Deputado Durval Ângelo (Em aparte) - Realmente, o problema da mineiridade ou da brasilidade é muito sério. Tanto é que temos um alienígena como Diretor-Presidente do Banco Central. É realmente grave essa situação.

O Deputado Ermano Batista - Concordo com V. Exa. Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Se a presença desse alienígena tiver a mesma irregularidade da possível presença desses que estou denunciando, que V. Exa. também denuncie para que possamos corrigir a deficiência de comportamento dos nossos governantes. Muito obrigado.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, servidores desta Casa, senhoras e senhores presentes, o privilégio que me concedeu o povo mineiro de representá-lo neste parlamento é motivo de indescritível contentamento e orgulho para mim e minha família.

Digo isso como filho de um incansável servidor da causa pública, Lindouro Avelar. Meu pai foi um homem que dedicou toda a sua existência aos seus semelhantes. Como médico, fez da medicina um apostolado, e, como Prefeito, conduziu os destinos de Lagoa Santa por cinco mandatos.

De posse de tamanha carga genética, era natural que o meu destino fosse o serviço público. Estudante de engenharia civil, já estagiava no DEMA, embrião da pujante COPASA de hoje, da qual me tornei engenheiro.

No curso de 26 anos de incessante labor, ocupei posições diversas na empresa, até chegar, por dois mandatos, ao cargo máximo que um funcionário de carreira pode ocupar na Casa, que é o de Diretor. O primeiro deles a convite do saudoso Governador Tancredo Neves e, posteriormente, do Governador Hélio Garcia.

No Governo Eduardo Azeredo, fui novamente honrado com o convite de assumir a diretoria da empresa, quando tivemos a oportunidade de participar da implementação, por determinação de S. Exa., de um dos mais arrojados planos de saneamento realizados no Brasil. Durante esse período, os benefícios do saneamento foram levados a mais de 600 localidades do nosso Estado, em todas as suas regiões, independentemente do seu porte econômico ou da posição político-partidária de seus governantes. Foi um período de extraordinário crescimento da COPASA, principalmente nas regiões mais carentes do nosso Estado, como as do Norte e os vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

No exercício de minhas atividades, durante todos esses anos, deparei-me, na COPASA, com um ambiente aconchegante, como o de uma família, tamanha a solidariedade, o companheirismo e a dedicação dos seus empregados. Acrescente-se a tudo isso a competência do seu corpo técnico e administrativo, verdadeiro propulsor das conquistas da empresa. Devo ressaltar, a propósito, que o impulso maior da jornada política que empreendi rumo a esta Assembléia foi fruto do incentivo e empenho dos companheiros da COPASA, aos quais dirijo o mais sincero sentimento de gratidão.

Sras. e Srs. Deputados, neste momento de singular importância em minha vida, em que o novo se mostra como desafiador e desconhecido, sinto uma emoção profunda ao ocupar, pela primeira vez, esta tribuna.

Nesta oportunidade, dirijo-me aos meus 44.157 eleitores, responsáveis pela minha presença nesta Casa, para dizer-lhes que não medirei esforços a fim de corresponder à confiança em mim depositada.

Este momento também é propício a que eu faça uma referência muito especial à acolhedora Lagoa Santa, terra natal minha e de meus familiares. A comunidade de Lagoa Santa sabe que as suas expectativas não se frustrarão, pois aqui estará de plantão cívico o seu primeiro filho eleito Deputado Estadual.

Não poderia, ao falar de minha cidade, deixar de exaltar a solidariedade que me prestaram os Municípios de Belo Horizonte, Santa Luzia, Barão de Cocais, Alpercata, Matozinhos, Vespasiano, Igarapé, Sabará, Nova Lima, Raposos e vários outros da região metropolitana e do interior do Estado, notadamente do vale do Jequitinhonha.

Sras. e Srs. Deputados, ao iniciar a minha atividade parlamentar, desejo formular meus votos de um proveitoso mandato aos nobres colegas Deputados com quem, a partir desta legislatura, passo a ter a honra de conviver.

Não poderia deixar de registrar, nesta oportunidade, a minha satisfação de encontrar aqui pessoas amigas, com quem, durante muitos anos, tive o privilégio de conviver, na luta pela melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

Aos servidores da Casa, dos quais tenho as mais lisonjeiras referências, dirijo uma palavra de consideração especial pelo atendimento competente e pela atenção nesses meus primeiros dias de trabalho.

À imprensa, responsável pela divulgação das atividades da Assembléia, o tributo do meu respeito, eis que a transparência da atividade pública é inerente ao regime democrático, grande parte do qual tem suporte nos meios de comunicação. E a tudo isso se incorpora a nossa TV Assembléia, cada vez mais presente nos lares mineiros, informando, divulgando, esclarecendo e tomando bem definida a função social e política do Legislativo.

A função legislativa, é importante reafirmar, cumpre, nestes tempos de crise e de profundas transformações em nossa sociedade, missão especialmente decisiva na definição dos rumos do Estado e da Nação, diante do novo século que se aproxima.

Particularmente, por tudo que disse até aqui, declaro que meu plano de trabalho estará voltado prioritariamente para o saneamento e o meio ambiente, setor a que pretendo dedicar-me de corpo e alma, dada a profundidade da minha identificação com seus objetivos, ligados em essência à saúde pública e à melhoria da qualidade de vida de nossa população. Nesse sentido, quero nesta oportunidade ratificar a minha posição sobre compromissos que assumi em campanha, por cujo cumprimento lutarei.

Em primeiro lugar, considero ser imprescindível e urgente a regulamentação do setor de saneamento, e isso compreende a implementação de uma legislação de prestação de serviços e a instalação de uma agência reguladora estadual.

Da mesma forma, quero expressar desta tribuna a minha intenção de trabalhar incansavelmente pela não-privatização da COPASA. Esse propósito está intimamente ligado a uma convicção inabalável que tenho quanto à não-privatização dos serviços de saneamento, posição esta que venho manifestando a todos, nas diversas oportunidades em que a questão é abordada. Essa empresa, que tantos benefícios tem prestado ao povo mineiro, deverá ser sempre e cada vez mais fortalecida, a fim de possibilitar ampliação e universalização do seu atendimento, sempre preservando a sua característica básica de serviço público essencial.

Em nível igualmente prioritário, preocupa-me a intenção do Executivo Municipal de Belo Horizonte, conforme já veiculado pela imprensa, de municipalizar os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em virtude do término da concessão à COPASA no ano 2000.

Faço aqui um oportuno esclarecimento: é sabido que constitucionalmente cabe ao município decidir sobre a responsabilidade da exploração dos seus serviços de água e esgoto. No caso das regiões metropolitanas, e a de Belo Horizonte em particular, a questão envolvendo a prestação desses serviços não está afeta exclusivamente ao município. Trata-se de função pública de interesse comum, devendo, portanto, ser executada em regime de colaboração entre o Estado e os municípios. É sabido que nossa Capital, dada a inexistência de mananciais em seu território capazes de atender às necessidades dos seus usuários, é abastecida por sistemas situados fora da jurisdição municipal.

Tais sistemas, operados e mantidos pela COPASA, abastecem não só Belo Horizonte, como transpõem os seus limites para suprir a quase totalidade das cidades da região metropolitana. Como se vê, um município, isoladamente, não teria condições de suprir com água a demanda de sua população.

Desde já manifesto a minha apreensão com referência ao assunto, visto que, pelas primeiras medidas de reestruturação da COPASA neste Governo, percebe-se uma clara tendência para a municipalização desses serviços em Belo Horizonte. Ratifico, nesta oportunidade, o meu propósito de trabalhar pela renovação da concessão à COPASA, em nossa Capital, por acreditar ser esta a melhor solução para a adequada prestação dos serviços à população de Belo Horizonte.

Sras. e Srs. Deputados, há ainda pontos de interesse comum a todos nós, em torno dos quais devemos, de uma maneira harmônica, unir esforços com o objetivo de minimizá-los. Eu gostaria de destacar dois que sempre estiveram presentes em minha vida profissional. Um deles é o "fantasma" do desemprego que hoje atinge todas as classes sociais. O outro é a questão da moradia. Estamos presenciando um crescimento assustador em áreas invadidas, principalmente nos grandes centros, desprovidos totalmente de infra-estrutura e para as quais torna-se necessário o estabelecimento urgente de uma política habitacional que realmente atenda a população de baixa renda.

Por fim, quero manifestar-me sobre os dias de grande apreensão que estamos vivendo com os rumos da crise que se instalou entre o Governo de Minas e o Governo Federal. O seu bom desfecho certamente dependerá da compreensão, da transigência e do espírito público das partes envolvidas.

Esta Casa seguramente não se omitirá no instante em que for convocada para ajudar na solução da questão, razão pela qual acredito plenamente no alto espírito público dos caros parlamentares nesse esforço de superação de divergências que inquietam a todos e prejudicam a normalidade da vida brasileira.

De minha parte, sou hoje um parlamentar da Oposição. Entretanto, conforme muito bem disse o nosso Líder Hely Tarquínio, uma Oposição competente, firme e vigilante, mas nunca contrária aos interesses maiores do nosso Estado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (Em aparte) - Em nome da bancada do nosso partido, o PSDB, gostaria de parabenizar V. Exa. neste momento em que estréia na tribuna deste Legislativo com um discurso lúcido e bastante consistente sobre toda sua evolução política, sua história e a da sua região, de sua terra, de seu berço natal e também sobre a sua atuação nos momentos em que pôde ocupar posição pública, trabalhando em favor de nosso Estado.

Tenho a certeza de que, pela sua origem, pelas atividades que desempenhou e pela expressiva votação que obteve, V. Exa. dará uma expressiva contribuição a esta Casa, com os seus conhecimentos, sua experiência e sua vontade de servir. Terá, com certeza, a nossa solidariedade e o nosso total e integral apoio. Parabéns.

O Deputado Fábio Avelar - Gostaria de agradecer o aparte de V. Exa. e dizer que essas palavras dirigidas a mim significam um grande incentivo nesta nova caminhada que estou empreendendo, a partir deste momento.

O Deputado João Pinto Ribeiro (Em aparte) * - É apenas para dizer que me sinto feliz, contente, ao ver o ilustre amigo, a quem acompanho há longos anos, na sua dedicada atuação

no serviço público. Homem competente, sério e com uma dedicação totalmente voltada para atender à população. Gostaria de parabenizá-lo pela seriedade com que trabalha com a coisa pública, e dizer que esta Casa ganha com a sua presença nesta legislatura, na defesa do povo. Parabéns.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço as palavras do nobre Deputado e diria, com uma satisfação muito grande, que, durante o exercício de minha atividade profissional, tive a oportunidade de conviver e trabalhar, de uma maneira muito integrada, com o nosso competente e brilhante homem público, o nobre Deputado João Pinto Ribeiro. Portanto, para mim, é uma honra muito grande, nesta nova etapa de minha vida, estar ao lado de V. Exa., para lutar pelos interesses maiores do nosso querido Estado de Minas Gerais.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Em aparte) - Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exa. estreado na tribuna desta Casa. V. Exa., como eu, chegando aqui ao Legislativo com o único propósito de bem servir ao nosso povo e à nossa gente. Felicito V. Exa. pelo seu firme pronunciamento, e tenho a certeza de que o Legislativo mineiro, neste exato momento, através dos doutos Deputados, está atento para, com V. Exa., nos legítimos interesses do nosso Estado, caminhar para o seu desenvolvimento. Felicito V. Exa. e peço a Deus que o abençoe nessa tarefa de legislar para o bem comum, como V. Exa. está fazendo, para o bem de nosso Estado.

O Deputado José Alves Viana (Em aparte) - Meu prezado Deputado, é com muita alegria que ouço o seu primeiro pronunciamento, e quero, em meu nome e no do PDT, nosso partido, parabenizá-lo e dizer que Minas e esta Assembléia crescem muito com a sua presença como Deputado Estadual. Muito me orgulho por ser seu companheiro do 22º andar no Edifício Tiradentes. Estamos convivendo e vendo o seu perfil de seriedade, de correção e de honestidade. Tenho a certeza de que trabalharemos juntos pelo engrandecimento da nossa terra e da nossa Minas Gerais. Parabéns em meu nome e em nome do PDT.

O Deputado Fábio Avelar - Concluindo, Sr. Presidente, gostaria apenas de agradecer aos caros colegas Dr. Dalmo e Dr. Viana, por essas palavras de incentivo que proferiram à minha pessoa, neste momento. Eles, como eu, estão também iniciando o seu primeiro mandato nesta Casa. Com certeza juntos iremos fazer um belo trabalho, porque acredito que com esta crise que estamos vivendo, somente com o diálogo, somente com a união é que conseguiremos vencer esses novos desafios. Agradeço pela paciência. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias presenciámos acontecimentos políticos importantes em nosso País, mas, desta vez, não apenas gestos simbólicos.

O Governo Federal, mais uma vez, estendeu a mão, sinalizou no sentido de uma composição, no sentido de um acordo, no sentido de paz, no sentido de harmonia, para que todos, juntos, o Governo Federal e os Srs. Governadores de todos os Estados brasileiros, pudessem não apenas enfrentar os problemas do Brasil, mas também os graves problemas que afligem cada um dos nossos Estados.

De uma maneira especial, muitos apelos foram feitos ao nosso Governador Itamar Franco pela nossa bancada e pela bancada de Deputados Federais do PMDB, partido do Governador; apelos foram feitos pela classe empresarial; apelos foram feitos por Deputados Estaduais, pelo Presidente da OAB de Minas, enfim, por tantos setores e segmentos, todos ansiosos para que seja dado um basta a esses desencontros e para que, finalmente, Minas volte a participar do conjunto da Federação brasileira, com a sua presença forte, defendendo os seus interesses. Infelizmente, até este momento, esses apelos não conseguiram sensibilizar o nosso Governador.

Estou aqui para, mais uma vez, trazer uma palavra de paz, de concórdia, de entendimento, de maturidade política, enfim, para que a tradição política de Minas, que é uma tradição de serenidade, de bom-senso, de sensatez, de equilíbrio, volte a prevalecer. Mas, infelizmente, no mesmo momento em que esse conjunto de ações em função do entendimento estava acontecendo, vimos algumas manifestações que nos deixam extremamente preocupados.

Quero, ao mesmo tempo em que reitero a todos a minha palavra pelo diálogo, pela concordância, pelo entendimento em Minas, pela paz mineira, pelo nosso futuro, registrar um protesto contra os ataques sofridos por um homem de bem, um empresário que, com sinceridade, tentou articular uma série de movimentos para facilitar a aproximação do Governador Itamar Franco com o Presidente da República.

Refiro-me - é claro - ao Presidente da FIEMG, Dr. Stefan Salej. Infelizmente, em seus movimentos de entendimento, foi truncado com manifestações extremamente graves e cruéis, até mesmo de xenofobia, que é um tipo de manifestação política ao qual o Brasil não está acostumado. O Brasil está acostumado a receber estrangeiros que se integram, já na primeira ou na segunda geração, de maneira absoluta, à nossa vida política, empresarial e social.

No entanto, o Presidente Stefan Salej foi vítima de manifestações, em primeiro lugar, por parte do nosso Presidente Anderson Adauto - o que lamento muito -, simplesmente porque ousou discordar do Governador Itamar Franco; ousou achar que a atitude do Governador estava levando Minas ao isolamento. Ele teve a audácia de dizer - e dizer publicamente - que essa atitude podia e estava trazendo prejuízos não só ao Governo do Estado, mas também à economia mineira, à atração de investimentos para Minas.

Depois dele, o próprio Governador de Minas Gerais teve o desprazer de atacar, mais uma vez, o Dr. Stefan Salej, Presidente da FIEMG, porque é estrangeiro, dizendo que ele não entende português. Além disso, o Governador falou também que ele não representa os interesses da indústria mineira.

Devo perguntar aos Srs. Deputados e à população de Minas Gerais: cabe ao Governador de Minas decidir se o Dr. Stefan Salej representa ou não os interesses da indústria de Minas ou cabe aos industriais mineiros, que o elegeram Presidente da maior entidade representante da indústria de Minas, que é a FIEMG? Cabe a eles ou ao Governador decidir quem representa efetivamente os interesses da indústria de Minas Gerais?

Lamento tudo isso e, como já estamos, há alguns dias, num clima de distensão, quero dizer que a nossa bandeira é branca, é a bandeira da paz, é a bandeira do entendimento. Por isso, quero transformar esta fala num pronunciamento muito ameno, muito conciliatório, e dizer que foi um engano da parte daqueles que atacaram o Presidente da FIEMG: o nosso Presidente Anderson Adauto, que tanto respeitamos, e o próprio Governador Itamar Franco, que, com uma manifestação de xenofobia, não vai chegar a lugar nenhum.

Lamento essas manifestações.

Faço aqui o meu desagravo, em respeito a essa figura maior que é a do Presidente da FIEMG, Dr. Stefan Bogdan Salej, que veio ainda menino para o Brasil e que, como imigrante, conseguiu fazer sucesso em Minas, tornando-se cidadão brasileiro e que tantos serviços tem prestado a Minas Gerais e ao Brasil.

Deixo registrado desta tribuna o meu protesto, o meu desagravo a esses ataques àquele cidadão.

O Deputado Agostinho Silveira - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, profissionais da imprensa, funcionários desta Casa, visitantes, meu primeiro agradecimento é ao povo que me elegeu, a este povo mineiro que me trouxe aqui pelas mãos livres do voto sincero e esperançoso. É por isso que não posso, Srs. Deputados, acorrentar Minas Gerais no patíbulo do Planalto Central, onde hoje, numa orquestração macabra, guilhotinam e execram a história das Alterosas pelo deboche obscuro do nosso passado. Nasci no Serro, terra de João Pinheiro, berço de Teófilo Ottoni, sentinela da liberdade. Aprendi muito cedo que, para ver o cume das montanhas, é necessário olhar para o alto, ter folego bastante para subir as escadas dos ideais e buscar forças para enfrentar os desafios da vida.

Aqui cheguei com apenas quatro anos. Filho de serranos, meu pai, Sebastião Augusto da Silveira, falecido em 1978, funcionário público do Estado, homem íntegro e honrado, pai de 12 filhos, deixou-me o legado de sempre respeitar, defender e amar os valores que tornam Minas o orgulho do Brasil. Minha mãe, professora aposentada, hoje, com o peso de seus 92 anos, vive em minha companhia, e dela recebi a intrepidez. Pude aprender com ela a grande lição de como é importante amar a vida, mesmo no estágio de semiconsciência, em que ela se encontra agora, sobre seu derradeiro leito nesta existência.

Passi pelos bancos das escolas públicas, do Grupo Escolar Silviano Brandão, no Bairro da Lagoinha, até chegar à Casa de Afonso Pena, a Faculdade de Direito da UFMG. De contínuo, aos 14 anos de idade, a industrial do ramo de espumas e fabricação de colchões, além da construção civil e da consultoria jurídico-empresarial - atividades exercidas na região de Belo Horizonte - foi aqui que construí minha própria família, hoje com meus quatro filhos e três netos. Mas minha vocação política de servir ao povo do meu Estado nunca pôde ser abafada, e o PL, bandeira que ajudei a desfraldar em 1986, neste Estado, foi que me inspirou para a caminhada que tem, nesta tradicional Casa da gente mineira, o seu ponto de chegada.

Estou nesta Casa, Srs. Deputados, já aprendendo mais do que poderia imaginar. Tornei-me depositário da incondicional confiança de meus sinceros companheiros Deputados Washington Rodrigues, Newton de Moraes, Eduardo Brandão, José Milton e George Hilton, a quem quero, de público, agradecer pela honra e responsabilidade que me confiaram para liderar a Bancada do PL, que muito transcende os cargos que exerci, como homem público, de Secretário do Trabalho e de Administração, no Município de Contagem.

Sabemos, Srs. Deputados, que o momento é de resgate da memória de Minas, essa Minas Gerais que ensinou tantas vezes o Brasil a sair de suas crises: das crises de servidão, das crises de civismo, das crises de miséria econômica, das crises de pobreza mental, das crises da República e, finalmente, talvez a pior das crises, que é a crise do desalento e do cansaço de viver de enganos. E Minas não se engana, quando prefere o martírio das dificuldades, dos azaques, da difamação graciosa a se entregar à coleira de um federalismo que desaba.

A crise do federalismo brasileiro, em que a União espolia os Estados membros pela famigerada Lei Kandir, pelo FEF e por outros flagelos, a pretexto de lhes estar fazendo favores especiais, encontra raízes na concepção obsoleta e paternalista de que ao Estado federal cabe, por soberania, reger os destinos do povo e de todas as unidades políticas de modo discricionário e autocrata.

Entretanto, com o avançar da história, a soberania, na modernidade, já não é regulada como qualidade intrínseca e exclusiva do Estado federal, mas este é que se legitima através dela. A Constituição democrática de 1988 registra o significado moderno que a soberania assumiu no seu ciclo histórico de buscar no povo, muito mais que no Estado, a fonte de sua própria existência, eficácia e legitimidade jurídica.

Poder-se-ia acrescentar que a soberania, na concepção moderna, como instituição condicionante e criadora do ordenamento jurídico dos povos em forma de Estados autodetermináveis e independentes, equivale à consciência coletiva que, por direito fundamental, decorre da livre manifestação do povo para modelar o Estado, segundo princípios imanentes a essa própria consciência. Esses princípios, além de terem caráter jurídico, porque são ordenadores do Estado, devem guardar identidade com os postulados dos direitos fundamentais como caminhada histórica inexorável do homem em busca de sua plena libertação.

Percebe-se que a crise provocada pelo Governo Federal é crise de legalidade, crise de desrespeito à lei, especialmente à lei do orçamento público, Lei nº 4.320, de 17/3/64, que define as conexões do sistema de planejamento e de finanças pela expressão quantitativa financeira e física dos programas do Governo.

Os arts. 165 a 167 da Constituição, ao cuidarem da iniciativa, votação, aprovação e execução do orçamento, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, impõem limites ao gerenciamento estatal no que diz respeito às diretrizes, aos objetivos e às metas da administração pública federal, com "regramento" de suas prioridades políticas, financeiras, projetos e programas governamentais. O art. 167, especificamente, institui normas restritivas que, ao nosso ver, equivalem a um enquadramento rígido do poder de manobra do Governo, vedando-lhe a inovação ou a manipulação das dotações respectivas à sua conveniência e arbítrio. Conclui-se que a ideologia orçamentária, na sistemática da Constituição em vigor, não implica somente preocupação de uma técnica normativo-financeira fria e duramente tabulada em busca do equilíbrio contábil das contas públicas.

Ergue-se o orçamento em texto de compatibilização da norma orçamentária com o planejamento geral expresso em planos anuais, plurianuais, programas, projetos e prioridades nacionais. É de reconhecer que o orçamento, na Constituição vigente, persegue intenções de instaurar um vigoroso e sistemático processo de desenvolvimento.

Contudo, em flagrante violação ao texto constitucional, o Estado federal assume posições arbitrárias, sem prévia regulação jurídica e técnica do dinheiro público, não o sujeitando aos condicionamentos auto-impositivos do art. 24, que estabelece competência para a União, os Estados e os municípios legislarem concorrentemente em matéria de direito financeiro, econômico e tributário.

Ora, o que se vê é que o Executivo Nacional concentra em si mesmo, de modo inconstitucional e danoso a toda a Nação brasileira, o manejo unilateral das finanças e a economia do País, sem vinculação jurídica à lei do plano que, uma Federação, há de ser construída pelas bases e diretrizes do planejamento, do desenvolvimento, mediante a compatibilização dos planos nacionais e regionais de desenvolvimento, conforme dispõe o art. 174, § 1º, da Constituição da República.

Acresce observar que o povo, após a Constituição de 1988, já não responde, em seu universo patrimonial privado, pelas ações danosas causadas pelo planejamento e pelos planos mirabolantes do Governo Federal, porque, consoante a letra expressa do art. 174 da Constituição vigente, o setor privado já não responde nem pode ser alvo dos fracassos dos planos econômicos governamentais.

Assim, Srs. Deputados, é falacioso o discurso político que, após o desmoronamento dos planos engendrados à margem da lei, sem nenhum respaldo num planejamento consistente e rigorosamente atrelado a um cronograma jurídico de condutas sociopolíticas e econômicas, convoca o povo para remediar as enfermidades criadas pelo setor público ou transfere ao povo sofrido o encargo de pagar a despesa funerária do sepultamento do País pela miséria causada às contas públicas brasileiras.

Como se pode falar em soberania nacional, se o povo não opina pela voz do plebiscito? Como se pode falar em busca do pleno emprego, se o Governo Federal, ulcerando a norma magna do art. 170, VIII, da Constituição, quer fazer redução do déficit público (e quer obrigar os Estados membros a fazerem) pelo corte de empregos, pela carga de juros escorchantes, pelo aumento da população socialmente excluída? E tudo isso para atender imposições alienígenas de organismos internacionais ostensivamente opressores e ainda aplida, de maneira cínica e impiedosa, esses expedientes espúrios de "reforma fiscal necessária ao fechamento de contas e ao equilíbrio do balanço nacional".

Vejam, Srs. Deputados, que Minas Gerais - um Estado de potencialidade econômica de invejáveis proporções, um Estado de grandeza histórica maior que a América Latina, um Estado que é e sempre foi o eixo de comando dos destinos nacionais - está hoje acusado pela infâmia da atuação desastrosa de um Governo Federal acintosamente comprometido com os interesses da especulação internacional, de Estado inidôneo, faltoso com as suas obrigações creditícias, por denúncia insidiosa feita pela União ao mercado internacional.

Querem inviabilizar Minas, querem intrigar Minas, querem dilacerar Minas, querem esquarterar Minas e querem, muito mais, apagar a inteligência de Minas e fazê-la servir a interesses inconfessáveis e submetê-la à insânia de um Governo Federal centralizador e descontrolado.

As reservas nacionais foram "externalizadas" ao pagamento e à rolagem, em condições onerosas, de uma dívida externa crescente e "repactuada" pela emissão desatinada de novos títulos de circulação internacional, cujo deságio, no mercado externo, exhibe percentuais que desabonam a imagem do Brasil em todo o mundo.

O povo sofre, o empresariado mineiro vive à mingua de crédito, o dinheiro sobra para os que ficam coniventes com a desgraça nacional. Agora mesmo, demagogicamente, o Governo Federal anuncia que vai fechar as portas à especulação internacional, mas quer fechar as portas depois que pactuou com o arrombamento do Brasil, hoje já mendicante às portas do FMI. Por outro lado, o Governo Federal isentou de qualquer tributo a repatriação de lucros e juros em dólar obtidos no Brasil.

O pacto federativo tem suas amarras na Constituição brasileira, que se vê pisoteada pelos dirigentes federais. Não há precedente histórico de, no Estado Federativo, a União denunciar um Estado membro a organismos internacionais de crédito, por suposta inadimplência de cláusula de contrato havido entre União e Estados, cujo cumprimento se subordina a evento inicial que caberia à União cumprir para exigir do Estado membro obrigação posterior.

Não há precedente histórico de a União bloquear, valendo-se da autotutela, verbas destinadas aos Estados membros, a pretexto de compensação de dívidas oriundas de contratos financeiros firmados entre União e Estados, porque, além de inconstitucional, as dívidas não se equivalem em natureza.

O crédito orçamentário é crédito que tem, como destinatário final, o povo, enquanto que as obrigações de crédito em contratos, se avençadas para ajuste de políticas decorrentes do planejamento financeiro nacional, não vincula o povo, porque tais obrigações não são determinantes para o setor privado, como bem define o art. 174 da Constituição da República.

A incúria do Governo Federal não afeta somente os Estados membros da Federação que não lhe rendem o culto da subserviência e da bajulação. A lepra da política nacional também se alastra por todos os nossos irmãos latino-americanos. O atual Presidente do Brasil transformou o projeto do MERCOSUL numa zona intergovernamental de livre comércio, propiciando, com a propositada e lenta evolução que imprime em suas gestões, campo fértil para as especulações internacionais na América Latina.

É que, Srs. parlamentares, pelo art. 4º, parágrafo único, da Constituição brasileira, o Brasil, por decisão da Assembléia Constituinte de 1988, está obrigado, como prioridade indeclinável, a implementar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. Esse é o texto claro e inequívoco da Lei Magna Nacional.

A não-criação de uma zona perfeita de mercado comum, com integração dos mercados latino-americanos pela harmonização legislativa e das políticas "protetivas" comuns para toda a América do Sul, resulta em abertura de nossos mercados à espoliação internacional. Se cada país age por si na América Latina, o grau de vulnerabilidade interna de suas economias torna-se incontrolável com freqüentes e inevitáveis confiscos de renda e poupança internas em razão da carência de mecanismos jurídicos impeditivos das trocas desiguais entre parceiros do mesmo bloco econômico. Minas não pode, portanto, ficar a reboque de um Estado Federal que se entrega à estrangeira serventia.

A Assembléia de Minas terá de construir uma nova realidade jurídica para o povo. É urgente uma legislação estadual de incentivo à implantação de cooperativas nos setores produtivos, de comercialização, consumo e de serviços, com regime tributário diferenciado e estimulante.

Sabemos que é essa a postura recomendada na Europa, para otimizar a economia, distribuir renda, gerar empregos e baratear custos, no capitalismo moderno; criar, de imediato, um banco multinegocial de recuperação de receitas, como empresa pública de serviços, para atuar na qualidade de intermediador de negociação ágil dos créditos tributários do Estado junto aos contribuintes inadimplentes ou em dificuldade; utilizar alternativas de dações em pagamento para quitação de dívida com garantias diversas, como forma de reabilitar a maioria do pequeno e médio empresariado já exaurida pela perversidade das políticas fiscais e econômicas adotadas pelo Governo Federal.

Também, por força do art. 23, XI, §§ 2º e 3º, da Constituição vigente, devemos criar um sistema de fiscalização rigorosa dos critérios adotados pela União em Minas Gerais para especificamente acompanhar a cobrança de impostos federais, já que, por exigências descabidas da União Federal, com cobranças de tributos em duplicidade e de modo cumulativo, muitas empresas em Minas vêm encerrando suas atividades, com graves prejuízos à economia mineira.

Temos que remover o lixo das medidas provisórias do Governo Federal, que entupiu os canais de convivência dos Estados com o povo, que apodreceu os sentimentos de unidade nacional, afastando o Brasil da gente mineira, fazendo do Brasil um lamaçal de escabrosidades jurídicas em que se permite, até mesmo, o confisco de verba alimentícia pela tributação dos ganhos dos aposentados.

É certo que queremos também, aqui em Minas, rastrear as contas do Governo passado, que nos deixou em situação falencial, que nos queria passar pela desonra de não pagar os serviços básicos de segurança do Estado, pelo constrangimento de ir, de pires na mão, pedir esmola a quem deve a Minas a honra de ter um Brasil para presidir, embora o recebendo livre, fê-lo hoje cativo dos predadores.

Espera-se também que a salutar oposição que se possa fazer ao atual Governo do Estado de Minas Gerais se expresse na grandeza democrática e construtiva das idéias, jamais nas paixões que deturpam o sentido da crítica.

Desejo à Mesa, Sr. Presidente, e a seus auxiliares, êxito no decorrer do mandato, especialmente agradeço o acolhimento que tivemos nesta Casa pelos Deputados mais antigos, estendendo esses cumprimentos aos Líderes das Bancadas, com os quais estabelecemos estreito e respeitoso relacionamento neste início de atividade, como também aos Deputados recém-chegados comigo nesta Casa do povo de Minas Gerais. Desejo também dizer a todos os funcionários da Assembléia Legislativa e aos profissionais da imprensa que queremos, com muita sinceridade, augurar que o nosso relacionamento possa ser profícuo e honroso para todos nós. Assim, peço que Deus possa nos ajudar nessa jornada que estamos iniciando. Muito obrigado."

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou ler o requerimento que encaminho a V. Exa. (- Lê:)

"O Deputado que este subscreve requer a V. Exa., na forma regimental, seja considerada desnecessária a convocação do Comandante-Geral da Polícia Militar, Cel. Mauro Lúcio Gontijo, e do Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar para prestarem esclarecimentos sobre a reunião que tiveram com o Governador do Estado para tratar do possível risco iminente de o Estado ser atingido pelo caos social, uma vez que as mencionadas autoridades devem obediência ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar e ao Código Penal Militar e tais instrumentos determinam que a hierarquia e a disciplina constituem a base institucional da Polícia Militar. Justificação: A obediência aos princípios gerais da disciplina e a hierarquia são previstas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar. O inciso I do § 2º do art. 5º dispõe que é devida pronta obediência às ordens dos superiores. Assim sendo, considerando que o Governador do Estado é o comandante superior da Polícia Militar e que ele convocou a reunião em caráter reservado, podemos concluir que as autoridades convocadas não poderão discutir nesta Casa o assunto da mencionada reunião, sem ferir o disposto em lei.

De acordo com o art. 7º do referido regulamento, "as ordens devem ser prontamente cumpridas, cabendo inteira responsabilidade à autoridade que a ordenar". Assim sendo, a competência para divulgar o assunto discutido é do Governador do Estado, e não do Comandante da Polícia Militar ou Chefe do Estado-Maior.

Por outro lado, ainda que não se trate de ato de serviço, o policial militar deve obediência aos seus superiores, conforme determina o art. 8º do Regulamento Disciplinar. Se o Governador do Estado, comandante superior da Polícia Militar, entendeu que a matéria discutida deveria ser tratada reservadamente, a fim de assegurar a paz social ou interesse público, as autoridades convocadas, por motivos disciplinares, não poderão se pronunciar sobre a matéria, sob pena de cometerem transgressão disciplinar.

O art. 11 do Regulamento Disciplinar define como transgressão disciplinar qualquer ofensa aos princípios da ética e do dever policial-militar, na sua manifestação elementar e simples. É dever policial-militar a obediência a seus superiores. Como se vê, se aqui comparecerem os Coronéis convocados, não poderão, em nenhuma hipótese, manifestarem-se sobre o assunto discutido. A tudo ao que foi dito, acresce o fato de que o Código Penal Militar tipifica como recusa de obediência deixar de obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução, sacrificando o infrator com pena de detenção de um a dois anos se o fato não constituir crime mais grave.

Pelas razões expostas, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento".

Sr. Presidente, em reunião anterior, não por maldade do Deputado Sebastião Navarro Vieira, mas apoiado no Regimento Interno, o seu requerimento foi aprovado. Depois de analisar e buscar as condições necessárias desse comportamento, vimos, por meio desse requerimento, procurar evitar a convocação do Comandante-Geral e do Comandante do Estado-Maior, porque não procede e não se enquadra no regimento anterior aprovado na Casa.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Deputado Paulo Pettersen, estou acompanhando a justificação do seu requerimento, mas somos levados a discordar de V. Exa. quando tenta impedir a vinda do Comandante-Geral da Polícia Militar à Assembléia Legislativa. O que foi tratado pelo Governador do Estado com o Comando da Polícia Militar interessa a todo o Estado de Minas Gerais. Ora, se se trata de assunto ligado à segurança do Estado de Minas Gerais, interessa à população de Minas Gerais. Se temos aqui na Casa 77 Deputados eleitos pela população, é dever da Assembléia conhecer qual é essa grave situação que levou o Governador do Estado a convocar o Comando da Polícia Militar.

Por isso, aprovar esse requerimento de V. Exa. parece-me uma omissão da Assembléia Legislativa. Por onde andamos, as pessoas nos interpelam querendo saber o que aconteceu, qual o perigo que o cidadão de Minas Gerais e seus filhos estão correndo neste momento. É dever dos responsáveis pela segurança pública no Estado de Minas Gerais explicar à população o que está acontecendo. Respeitando o Deputado Paulo Pettersen, não podemos de maneira alguma apoiar a sua iniciativa, porque queremos a presença do Comando da Polícia Militar aqui na Assembléia Legislativa.

Queria dizer que aprendemos muito nesta Assembléia Legislativa, nesse tempo que aqui estamos, com a Consultoria e com os diversos especialistas que por aqui passaram para discutir a questão da segurança pública. Algo ficou gravado: a segurança pública tem de estar muito próxima do cidadão. Quando vemos a Polícia Militar totalmente fechada, distante, lá no Olimpo, distante do cidadão, distante da discussão que preocupa a sociedade de Minas Gerais, consideramos que continuaremos com esses problemas graves que vivemos.

Vemos, a cada dia, a polícia se distanciar do cidadão, do seu trabalho de segurança pública, dos representantes do povo de Minas Gerais. Percebemos, pela iniciativa do Deputado Paulo Pettersen, que o Comando da Polícia Militar pretende ausentar-se, novamente, de um debate com a sociedade de Minas Gerais, não nos deixando conhecer o que queremos saber. Queremos saber qual é o risco. Qual é o perigo? É obrigação dos responsáveis pela segurança pública explicar isso para os cidadãos. Então, Deputado, com todo o respeito, V. Exa. encontrará da nossa parte uma oposição firme, porque entendemos que a população de Minas Gerais tem o direito de conhecer o que Minas está vivendo. Os filhos de Minas Gerais têm o direito de conhecer que momento grave é esse que levou o Sr. Governador do Estado a convocar o alto Comando da Polícia Militar, que tem de fazer segurança pública para o cidadão. Por isso, serei um opositor ferrenho desse requerimento de V. Exa., que quer impedir a presença do Comando da Polícia Militar aqui na Assembléia Legislativa. Queremos ouvir o Comando da Polícia Militar. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Paulo Pettersen - O Deputado João Leite discorreu muito bem sobre a situação, mas equivocou-se. Hoje todo mineiro sabe da situação grave por que passa o Estado de Minas Gerais, sabe que foi o desgoverno que houve nesses quatro anos que levou a essa situação entre Minas Gerais e a União.

Quanto à situação deixada pelo Eduardo Azeredo, até criança na rua sabe. Essa queda de braço de Minas Gerais com a União é o resultado desse governo. Esse meu requerimento está fundamentado no Regimento, e é o Regimento que regula a disciplina da nossa instituição.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte) - É que quando V. Exa. citou o Regimento, eu estava querendo dizer apenas... quero citar o nosso Regimento.

O Deputado Paulo Pettersen - Mas não é o nosso Regimento, é o regimento da PM, conforme estou explicando para o Deputado João Leite.

O Deputado Newton de Moraes (Em aparte) - Deputado Paulo Pettersen, um aparte, por gentileza. Convivi com essas regras internas da Polícia Militar durante 18 anos e gostaria de externar o meu apoio ao requerimento do Deputado Paulo Pettersen, por uma razão muito simples. A instituição Polícia Militar ainda goza do privilégio de estar no Olimpo e realmente tem regras próprias, conforme citado pelo Deputado Paulo Pettersen. É exatamente a questão do regimento interno da instituição que colocaria seu comando em dificuldades, uma vez que o Governador do Estado é considerado Comandante Supremo da PMMG. É importante esclarecer que a luta daqueles que foram eleitos pela família policial militar, como é o meu caso e de outros Deputados, é exatamente no sentido de podermos mudar essa legislação interna, para que o povo mineiro possa ter acesso a todos os canais e a todos os níveis da Polícia Militar. É só isso, Deputado. Obrigado.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte) - Muito obrigado, Deputado Paulo Pettersen.

É claro que não sou dono da verdade, posso ser contestado e até mesmo rever minha forma de pensar, uma vez que sou daqueles que dialogam com a disposição de convencer por ser convencido. Mas entendo que não procede a preocupação do ilustre Deputado Paulo Pettersen, como também do conspícuo Deputado Newton de Moraes, porque a reunião do comando com o Governador não foi sigilosa nem secreta, tanto é que o Sr. Governador fez questão de dar ampla publicidade a esse encontro.

O Governador quis criar um fato político, e isso precisa ser esclarecido para a população, porque Minas ficou em estado de suspense, e o exército brasileiro, em estado de alerta, em razão das declarações do Sr. Itamar Franco sobre trincheira, sobre resistência, convocando a polícia e dando publicidade. Acho também que, pela forma como aconteceu, não passou de encenação. Eu, particularmente, acho: não passou de pura encenação. O que ele quis foi apenas criar fato político.

O Sr. Itamar Franco já chegou à conclusão de que, como administrador, não vai ter condições de aparecer, porque Minas, ao longo de muitos anos, teve um "estoque" de Governadores que veio fazendo e fazendo muito. Por exemplo, o Sr. Newton Cardoso, no seu tempo, asfaltou muitas estradas; o Sr. Hélio Garcia asfaltou tanto quanto ele, e Eduardo Azeredo asfaltou a soma do que os dois juntos fizeram. Eduardo Azeredo assumiu o Governo de Minas com 35% do meio rural eletrificado. Deixou-o com 80%. Por muito que o Sr. Itamar Franco faça, completando todo o trabalho, só vai fazer 20%. Portanto, é menos da metade do que fez Eduardo Azeredo.

Administrativamente, esperamos que ele faça muita coisa e vamos dar todo o apoio, não apenas torcer, mas também emprestar o nosso apoio a ele. Mas, mesmo que eletrifique o resto do Estado, isso vai representar 20%. Então está precisando criar fato político. Como estava dizendo, acho que essa reunião foi mera encenação. Isso é o que acha o Deputado Ermano Batista, mas o povo de Minas está em estado de suspense. Os jornais falaram que o exército está em estado de alerta. Então é preciso um esclarecimento.

Há pouco tempo, os jornais e os especuladores disseram que deveríamos retirar o nosso dinheiro do Banco porque o Presidente da República iria confiscá-lo. Fernando Henrique foi à imprensa e disse que podíamos ficar tranquilos, porque não iria ser confiscado o dinheiro de ninguém.

Então, que custe ao Sr. Itamar, pessoalmente ou através do Comando da Polícia, dizer que podemos ficar tranquilos porque ele não irá declarar guerra contra ninguém. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte)* - Perfeitamente. O requerimento de V. Exa. diz respeito ao Regimento Interno da Polícia Militar. Foi isso o que entendi.

Não sou militar e não tenho conhecimento sobre o regimento que dirige a Polícia Militar do nosso Estado, mas gostaria de lembrar que até mesmo os policiais militares o questionam. O fato recente da exclusão de setenta e poucos soldados dos quadros da polícia é um exemplo. Após essas exclusões, houve uma contestação generalizada que culminou com o movimento e trouxe várias repercussões, inclusive a eleição dos nossos companheiros Deputados Washington e Newton.

Então, a primeira contestação que faço é quanto à questão regimental da polícia. A segunda é quanto à contestação do nosso Regimento Interno, porque é matéria vencida. De acordo com o art. 284, é matéria afim, semelhante, e V. Exa. não poderia apresentar, infelizmente, um requerimento para ser apreciado pela Presidência e pelos Deputados.

O Deputado Paulo Pettersen (Concluindo) - V. Exa. cometeu mais um equívoco, mas, de qualquer forma, para levar ao conhecimento de V. Exa., quando buscamos consolidar a certeza dos fatos, dentro do regimento que tem tal postura, se vier aqui o Comandante Ermano Batista, só discordo pelo fato de que não se criou um fato político. O nosso Governador tem pulso e autoridade. Não é um Governador frouxo. Se, do contrário, fosse e praticasse o gesto anterior, talvez Minas estivesse muito mais fadada do que está hoje toda a sociedade mineira, não apenas apreensiva com as agressões do Presidente da República, mas sim devido a um comportamento de respeito que fez impor pela sua coragem, pela sua certeza que de suas ações alcaçariam e ultrapassariam a necessidade e os obstáculos que tentaram criar para Minas. Ele, sim, com humildade, serenidade e seus gestos, foi ouvido muito bem. Agora é necessário e fundamental que o nosso Governo, que é um comandante e um agente da prosperidade de Minas, tenha hoje as relativas e naturais dificuldades, mas tenho certeza de que, num futuro próximo, Minas sairá vitoriosa, independentemente dessas retaliações do Governo Federal. Tenho certeza disso, e, se partirmos dessa filosofia, haveremos de encontrar lá na frente o resultado de tudo isso, que será a resposta para muitos que hoje a conhecem e amanhã a terão com um alcance maior.

Então, para que possamos saber sobre essa conversa reservada - pois na visão do Governador foi preciso essa tomada de iniciativa -, só o Governador Itamar Franco pode trazer isso ao nosso conhecimento. Vejo incapaz o Sr. Comandante de chegar aqui e fazer um relato da conversa de seu superior, sem autorização deste. Ele está sujeito a um regimento. Então, é nessa vertente que vamos delinear, porque, como bem colocou o Deputado Ermano Batista, só discordo pelo fato de que não se criou um fato político. O nosso Governador tem pulso e autoridade. Não é um Governador frouxo. Se, do contrário, fosse e praticasse o gesto anterior, talvez Minas estivesse muito mais fadada do que está hoje toda a sociedade mineira, não apenas apreensiva com as agressões do Presidente da República, mas sim devido a um comportamento de respeito que fez impor pela sua coragem, pela sua certeza que de suas ações alcaçariam e ultrapassariam a necessidade e os obstáculos que tentaram criar para Minas. Ele, sim, com humildade, serenidade e seus gestos, foi ouvido muito bem. Agora é necessário e fundamental que o nosso Governo, que é um comandante e um agente da prosperidade de Minas, tenha hoje as relativas e naturais dificuldades, mas tenho certeza de que, num futuro próximo, Minas sairá vitoriosa, independentemente dessas retaliações do Governo Federal. Tenho certeza disso, e, se partirmos dessa filosofia, haveremos de encontrar lá na frente o resultado de tudo isso, que será a resposta para muitos que hoje a conhecem e amanhã a terão com um alcance maior.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, por cuja criação fomos responsáveis, e hoje já está marcando pontos no IBOPE, vim falar desta tribuna para mostrar minha surpresa na reunião desta tarde, quando, na discussão do requerimento e, logo depois, quando o companheiro João Leite levantava

a questão de ordem, eu pedia a palavra, e V. Exa. perguntava-me o artigo e eu colocava 165, para testar a eficiência da assessoria da Mesa da Assembléia. Constatamos uma assessoria que, como a do último ano, continua atenta. Poderia eu, Sr. Presidente, quando pedia o art. 165, mostrar que estava querendo entrar no art. 156 e fazer algumas colocações. Mas a discussão estava acirrada naquele momento.

Assim, ocupo esta tribuna, pela primeira vez - pois é uma nova tribuna -, para mostrar que, hoje, nesta Casa, acompanhei uma novidade: é nova esta tribuna, como foi nova a atitude de V. Exa. quando cassou a palavra ao Deputado Carlos Pimenta. Um Deputado novato perguntou-me se isso é costume nesta Casa, ao que respondi que não; que não vejo isso; que pela primeira vez, nesses quatro anos em que aqui estive, no meu primeiro mandato, vejo um Presidente cassar a palavra de um Deputado, da maneira como fez V. Exa. Ai, sim, como todos os Deputados e os telespectadores - de uma televisão que tive a oportunidade de criar - acompanharam, iniciou-se o bate-boca, aos gritos, neste Plenário, entre os Deputados, tentando apartear.

Estamos no início de uma nova legislatura, e é por isso que venho pedir a V. Exa. um pouco mais de paciência com nossos companheiros, um pouco mais de paciência com o caminhar desta Casa, para que, como no mandato passado, continuemos tendo a harmonia que sempre tivemos.

V. Exa. cassando a palavra, primeiro de Carlos Pimenta, depois, de Adelino de Carvalho, criou um mal-estar neste Plenário. Assim, venho fazer um pedido, não de um Deputado para o Presidente, mas de um amigo: peço a V. Exa. que tenha mais paciência neste início, porque, se temos um novo Regimento e uma nova tribuna, temos, nesta Casa, uma nova bancada de Deputados, que aqui chegam com enorme vontade de trabalhar. Veja V. Exa. que são 17h28min; como dizia ao companheiro João Leite, há muito tempo não tínhamos uma sessão chegando até esse horário, com assuntos nobres e a discussão acirrada deste parlamento. Acho que o calor do parlamento é esse mesmo, e é em função desse calor que, agora, pedimos isso a V. Exa.

O Deputado Adelino de Carvalho (Em aparte) - Nobre colega, Deputado Alencar da Silveira Júnior, meu contemporâneo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, lutador em favor das causas dos menos favorecidos, caríssimos colegas, senti-me humilhado, nesta Casa, pelo parlamentar que ora ocupa a Presidência, e violado em meu direito, acima de tudo porque usei o artigo certo, mas negou-me a palavra.

Entendo, Sr. Presidente - e, por favor, olhe para mim, pois estou-me dirigindo ao senhor -, que o senhor está perdendo o pulso desta Casa. Essa necessidade de afirmação que o senhor tem, ao impedir a palavra aos parlamentares desta Casa, mostra a fraqueza com que o senhor está ocupando essa cadeira, hoje. É importante o senhor reviver os tempos da legislatura passada. Os Presidentes anteriores, quando ocupavam essa cadeira, eram, com os neófitos, um tanto quanto pacientes, e, acima de tudo, não usavam dessa cadeira para aparecer. Acima de tudo, Sr. Presidente, nesta Casa precisa-se ter a nobreza de saber falar e de saber ouvir, pois estamos em um parlamento. Muito obrigado.

O Deputado Washington Rodrigues (Em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Júnior, Sr. Presidente, quando o nobre Deputado Paulo Pettersen se referiu ao regulamento disciplinar da Polícia Militar, mais conhecido como Regimento Interno da Polícia Militar, recordei-me dos tempos que passei por essa instituição. Como membro da Comissão de Direitos Humanos, quero deixar registrado nos anais desta Casa, entre cujas competências está a de legislar sobre tal regulamento, que este regulamento continua ferindo o direito de ir e vir dos policiais militares, continua cerceando a liberdade desses profissionais e continua rasgando, literalmente falando, a Carta Magna. Infelizmente, 11 anos se passaram desde a promulgação da Constituição de 1988. Graças a Deus, ela não foi imposta, foi promulgada. Até hoje, o mesmo Regimento Interno da Polícia Militar continua em vigor. Srs. Deputados, gostaria de registrar esse fato e conclamar os pares desta Casa para que, quando este Deputado apresentar projetos de lei ou propostas de emenda à Constituição Estadual, visando modificar esse regulamento arcaico, obsoleto e ultrapassado, que fere a própria Constituição Federal, eles sejam apreciados com todo o carinho. É somente esse registro que gostaria de fazer, Deputado, porque os policiais continuam se suicidando dentro dos quartéis e continuam sofrendo violências, sem sequer serem observados os seus direitos humanos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Júnior, permita-me um aparte, apenas para que eu possa fazer uma reparação? Gostaria de felicitar todos os parlamentares que vieram aqui hoje e que expuseram as suas idéias da melhor forma possível. Gostaria de dizer, também, que o Presidente está conduzindo da melhor forma que pode os trabalhos. Temos um Regimento, e ele tem que cumpri-lo. Talvez alguns Deputados, por desconhecem essa matéria, que conhecemos também pouco, tenham pensamentos diversos desse Regimento. Como ocorreu com o Deputado Carlos Pimenta, procuramos avançar além dos limites regimentais. Então, essas reparações o Presidente tem de nos fazer, por respeitar, automaticamente, o Regimento. Essa é uma prática da Casa. O Deputado Carlos Pimenta, eu, o Deputado Alencar da Silveira Júnior e outros mais sabemos que aqui todos participam desses debates mais aquecidos. O Deputado Adelino de Carvalho se expôs muito bem, mas há os problemas regimentais que o Presidente tem de fazer prevalecer, porque, senão, não poderemos prosseguir com os trabalhos do Poder Legislativo. Apenas gostaria de esclarecer isso ao nobre Deputado Alencar da Silveira Júnior e agradecer o aparte, passando a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, que deseja fazer uma rápida intervenção.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte)*- Agradeço ao Deputado Alencar da Silveira Júnior. Sr. Presidente, estamos no início de uma sessão legislativa e estamos vivendo um momento de muita tensão, instabilidade política no Estado e falta de diálogo e de compreensão. Tenho certeza de que poderemos chegar a um consenso. Pediria a palavra ao final da reunião para externar o meu ponto de vista, porque a forma como foram tratados, não o Deputado Carlos Pimenta, mas a Minoria e a Oposição nesta Casa, é antidemocrática, mesmo porque, conforme estava explicando à própria assessoria da Presidência, não tive nem mesmo tempo de expor o meu pensamento com relação ao aparte e à questão de ordem, uma vez que estava citando o Deputado João Leite, para depois chegar ao cerne da questão que iria levantar. Entretanto, minha palavra foi cassada. De qualquer forma, esse episódio pode servir como um parâmetro ou um ponto de partida para expressarmos o nosso pensamento. A interpretação técnica do Regimento é válida e verdadeira, mas esta é a Casa da discussão, da ressonância, da voz do povo. Somos 77 Deputados, e cada um tem uma cabeça, um pensamento, uma representação e uma missão, e, sendo assim, não podemos nunca cortar a palavra dentro deste Plenário. Em respeito aos colegas e à consideração que tenho por V. Exa., que já conheço há tanto tempo, darei o incidente por encerrado, de minha parte. Apenas espero que esse fato não venha acontecer novamente, pois é muito ruim ver-se cassar a palavra de um Deputado e, pior ainda, a palavra da Oposição, que estava discutindo legitimamente o nosso Regimento Interno.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Mas, Deputado José Braga, Presidente José Braga, amigo José Braga, companheiro de partido, quero testemunhar para os novos Deputados sobre a seriedade, competência, companheirismo e amizade que V. Exa. sempre teve. Quero justificar minha fala, sabendo que V. Exa. é um companheiro que podemos enaltecer, pois, acima de tudo, V. Exa. é um companheiro. Portanto, neste início de mandato, gostaria de desejar a V. Exa., como também a esta tribuna nova, aos novos Deputados e ao novo Regimento, a sabedoria que V. Exa. sempre teve nesta Casa, além de uma boa conduta dos trabalhos e a proteção de Deus. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/3/99

O Deputado João Batista de Oliveira - Meu caro Presidente, colega de bancada Deputado José Braga, meus amigos Deputados, minha cara Deputada Maria Tereza Lara, meus cumprimentos a todos.

Diamantina comemora sábado, 6 de março, o 161º aniversário de sua elevação à categoria de cidade. O aniversário da cidade é mais um motivo para que se ressalte, na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a sua importância na história do Estado; se evoque a epopéia da extração do diamante e se exalte o singular patrimônio cultural e arquitetônico que as gerações de diamantinenses legaram ao Estado e ao País.

Não há como falar em Diamantina sem se lembrar do seu patrimônio arquitetônico, onde se destacam os prédios do mercado e do foro e as Igrejas de São Francisco de Assis, de Nosso Senhor do Bonfim, de Nossa Senhora das Mercês, de Nossa Senhora do Carmo, de Nosso Senhor do Amparo e de Nossa Senhora do Rosário - antiga capela dos escravos, a primeira da cidade, construída em 1728.

Não se pode também esquecer a casa de Chica da Silva, a ex-escrava cujo legendário romance com o nobre João Fernandes, Contratador de diamantes da Coroa portuguesa, chegou até nossos dias; nem a casa do inconfidente Pe. Rolim nem os outros prédios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, exemplos da riqueza e do refino que a arquitetura em estilo rococó atingiu na cidade. Essas construções são, ao lado do gentil e hospitaleiro povo de Diamantina e suas tradições culturais, um convite permanente para que visite a cidade quem até hoje não a conhece e para que volte quem por lá já esteve.

Orgulhosa de sua história, confiante no futuro, Diamantina vive, neste 1999, um ano diferente, cheio de expectativa. Em dezembro, no Marrocos, reunir-se-á uma corte da UNESCO para apreciar conclusivamente a aspiração da cidade de ser reconhecida como patrimônio cultural e artístico da humanidade.

Nós, os mineiros, torcemos por Diamantina, para que essa aspiração do povo da cidade se concretize. Sabemos que Diamantina preenche com folga todos os rígidos pré-requisitos estabelecidos pelas Nações Unidas. Atestamos o zelo do Prefeito João Antunes para com a cidade e seus monumentos e a presteza com que recebeu os representantes do Ministério da Cultura e da UNESCO e forneceu as informações e os documentos solicitados.

Diamantina, Minas Gerais, antigo Arraial do Tijuco, mais de 44 mil habitantes, 1.262m de altitude, na serra do Espinhaço, vocação agrícola já manifestada na cafeicultura e na fruticultura, futuro patrimônio cultural da humanidade e portal do vale do Jequitinhonha - um Jequitinhonha agora integrado à área mineira da SUDENE, pelo trabalho incansável da ex-Senadora Júnia Marise, nossa companheira do PDT, voz de Minas, do Jequitinhonha e de Diamantina no Senado.

Diamantina é cidade-pólo regional: seu comércio, seus serviços, sua rede escolar e de atendimento à saúde, seus modernos serviços de telecomunicações, suas repartições públicas federais e estaduais aglutinam regularmente cidadãos de grande parte do vale do Jequitinhonha e regiões vizinhas. Esses são espaços geográficos e municípios aos quais a cidade dos diamantes está definitivamente ligada também por fatores históricos, já que de lá saíram os contingentes populacionais que desbravaram novos sítios e fundaram povoados e vilas que, mais tarde, se tornariam cidades.

Não é, portanto, sem justiça que Diamantina reivindica o direito de sediar a agência do Banco do Nordeste do Brasil - BNB - que, em breve, estará sendo instalada na região, devido à inclusão do Jequitinhonha na área mineira da SUDENE. Nada mais apropriado que a instalação de uma agência governamental de fomento em uma cidade que reúne condições históricas, culturais, tecnológicas e de infra-estrutura ímpares em sua região.

E cujos vínculos históricos e a natural liderança deles também decorrentes em muito contribuirão para melhores condições de desenvolvimento para a região e bem-estar a um número mais abrangente de cidadãos mineiros.

À Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cabe potencializar o esforço de Diamantina por melhores condições de desenvolvimento para seus cidadãos e para o vale do Jequitinhonha. Peço apoio para o requerimento que apresento, por meio do qual solicito à Casa a instituição de uma comissão de Deputados para, em audiência, pedir ao Ministro Pedro Malan, providências para a instalação de uma agência do Banco do Nordeste em Diamantina, e também, para outros requerimentos em que solicita sejam encaminhados ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Presidente do BNB, Byron Costa de Queiroz, pedidos de concretização do que a cidade dos diamantes justificadamente reivindica.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte) - Meu caro Deputado João Batista de Oliveira, em primeiro lugar, gostaria de dizer do prazer de apartear-lo. Fomos colegas por muitos anos na Câmara Municipal e agora volto a ter o privilégio de estar aqui ao seu lado, na Assembléia Legislativa. Mas quero apartear-lo para cumprimentá-lo pela sua iniciativa e pelo seu pronunciamento em defesa de Diamantina como patrimônio da humanidade e por todas essas outras providências, para facilitar que Diamantina, efetivamente, possa assumir esse seu papel, essa sua vocação natural.

Como é do conhecimento de V. Exa., tive a oportunidade, como Secretário de Estado da Cultura, de participar desse grande esforço, comandado, em primeiro lugar, pelo Prefeito Dr. João Antunes, uma bela figura de liderança política do interior de Minas. A partir de sua liderança, toda a população de Diamantina e outras lideranças políticas foram mobilizadas. Consegui-me ainda sensibilizar o Ministro de Estado da Cultura, o Prof. Francisco Weffort.

Tive a oportunidade de estar em Diamantina, várias vezes, junto com o Ministro, junto com a EMBRATUR, com o Dr. Caio. Enfim, um conjunto de forças políticas nos planos federal, estadual e municipal, todos juntos, numa ação conjunta, numa demonstração de que é possível ter uma ação construtiva a bem dos municípios e do povo de Minas Gerais. Já conseguimos um grande avanço para o reconhecimento de Diamantina como patrimônio cultural da humanidade.

Quero cumprimentá-lo por sua iniciativa e dizer que, aqui, na Assembléia Legislativa, estou às ordens de Diamantina e ao seu lado, para que, todos juntos e ao lado dos demais Deputados, possamos efetivamente concretizar esse grande e belo sonho da cidade de Diamantina, que é se tornar patrimônio cultural da humanidade. Meus parabéns.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço as palavras do Deputado Amílcar Martins. Reconheço sua luta como Secretário de Cultura e da Casa Civil e como mineiro. Em breve, será uma grande conquista do povo de Minas Gerais e não só do povo de Diamantina. Solicito a V. Exa. que participe dessa comissão para que possamos resgatar essa dívida que o Governo tem com Diamantina. Por ser a cidade de Juscelino, Diamantina foi discriminada, por mais de 20 anos, no período do governo militar, não recebendo investimentos e indústrias. Ela foi uma cidade muito sacrificada nesse período. Por tudo que Diamantina já fez pela História do Brasil e por Minas Gerais, gostaria de novamente solicitar o empenho de todos para que, em breve, possamos fazer essa grande festa a fim de comemorar Diamantina como patrimônio cultural da humanidade.

O Deputado José Alves Viana (Em aparte) - É uma alegria muito grande poder cumprimentar o nobre colega, com quem compartilhamos e convivemos na longa caminhada da eleição, vitoriosa para nós dois, vitoriosa para o PDT e quiçá, também, para o nosso Estado, com o nosso trabalho durante este mandato.

Parabenizando-o pela sua brilhante iniciativa, coloco-me ao seu dispor para estar ao seu lado defendendo essa luta e essa causa, que é justa e merecida, da nossa gente humilde, trabalhadora e digna de Diamantina.

Parabenizo V. Exa. por mostrar com tanta precisão, com tanta inteligência a necessidade de, definitivamente, Diamantina tornar-se cidade patrimônio da humanidade. E, além de tudo, por buscar esses melhoramentos pelos quais está trabalhando. Por estarmos juntos no PDT e também sintonizados com aquela região, quero dizer-lhe que estamos de acordo com suas palavras e à disposição para somar esforços em benefício da nossa querida Diamantina.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Em aparte) - Gostaria também de me associar a V. Exa. nesse seu bellissimo pronunciamento. Quero, pelo Sul de Minas, desejar a V. Exa. que essa causa seja repleta de felicidades e, além do mais, dizer que se trata de uma missão muito nobre e justa, à altura dos anseios que V. Exa. traz a esta Casa. Tenho a certeza de que, nesta Casa, V. Exa. encontrará eco, nomeando-se uma comissão para estudar de perto, detalhadamente, essa justa reivindicação que ora apresenta. Esteja certo de que o sentimento da terra natal extrapola o coração, envaidece a alma. Tenho a certeza de que o sentimento que marca o espírito de V. Exa., sem dúvida alguma, repercutirá nos anais desta Casa. Estamos juntos, e, pelo Sul de Minas, tenho a convicção de que tudo vai transcorrer como V. Exa. espera.

O Deputado João Batista de Oliveira - Agradeço as suas palavras e gostaria de agradecer a atenção de todos, lembrando que nesta Assembléia - síntese de tudo que acontece na terra das Minas Gerais -, quando aqui trazemos um assunto que faz parte da nossa história, verifica-se o apoio de todos os seus representantes. Que possamos, cada vez mais, nesta tribuna, promover os valores de Minas Gerais, que têm sido tão injustamente atacados, como se Minas fosse uma parte nociva da Nação. Temos que mostrar Diamantina, o Sul de Minas, o Triângulo, o Jequitinhonha, o Rio Doce, para que o povo brasileiro se lembre da importância do nosso Estado na Federação e de quanto Minas já contribuiu para o progresso do País. Mostrando os nossos valores, as nossas tradições, poderemos vencer essas pessoas que, hoje, trabalham contra nossos valores, tentando apontar nosso Estado como uma parte podre da Nação, quando sabemos que Minas Gerais está cada vez mais vigorosa, mais sustentada pelos ideais de todos nós. Muito obrigado.

O Deputado José Alves Viana - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, senhoras e senhores funcionários desta Casa, amigos da imprensa, estimados Deputados e Deputadas, meus senhores e minhas senhoras, é com muita alegria que ocupo pela primeira vez esta tribuna na condição de Deputado Estadual por Minas Gerais.

Fui eleito pelo PDT para representar a região Centro Norte de Minas e especialmente a minha querida Curvelo. Obtive votos em mais ou menos 170 cidades mineiras, pelo que sou grato a todos, e orgulho-me de ter conseguido 19 mil votos em minha cidade. Tenho pelos meus eleitores um profundo sentimento de gratidão.

Curvelo deu um exemplo de amadurecimento político, concentrou o voto em uma candidatura única, numa demonstração da eficácia e da importância do voto distrital, visto que toda a região teve participação. No centro de Minas, coração deste Estado, pulsa um sentimento fraternal de união, entendimento e de busca do diálogo. Neste momento, conclamo Minas e o Brasil a buscarmos juntos esse mesmo caminho.

Temos nossas divergências, sim, o que é saudável num regime democrático, mas temos também o dever de buscar o consenso, desde que o resultado se traduza em benefícios, em alívio para o sofrimento e melhores condições para uma vida mais digna e justa para nosso povo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, torço com muita fé para que Minas encontre os caminhos da paz, da tranquilidade administrativa e do progresso.

A humildade, a sensibilidade humana e a capacidade de mudanças são nobres virtudes para os grandes homens. Espero, pois, que tanto o Governador Itamar Franco como o Presidente Fernando Henrique tenham a grandeza do diálogo e do entendimento e busquem juntos a solução dos graves problemas do nosso Estado e do nosso País.

A retomada do crescimento, a solução para a grave crise que enfrentamos e o bem-estar do nosso povo devem e precisam estar acima das vaidades, do orgulho e do egoísmo.

Ninguém, mas ninguém mesmo, é mais importante ou maior que o povo que nos escolheu como seus representantes e que anseia pelo fim dessa disputa que não está trazendo lucro nem vantagem para ninguém.

A minha plataforma política de trabalho é procurar exercer com inteligência, simplicidade e honestidade o real papel de um Deputado Estadual.

Quero trabalhar com a juventude, pois muito me preocupa a existência de 2.700.000 jovens à espera de uma vaga nas universidades, o crescimento das doenças sexualmente transmissíveis, do consumo de drogas, da falta de emprego etc.

É triste informar aqui que o País volta a apresentar o novo recorde de desemprego, com um crescimento de 9,73%. É também lamentável saber que 2.500.000 brasileiros não têm moradia própria.

Trabalharei na busca de melhores dias para a saúde, para a educação, para que possamos conseguir uma maneira de gerar mais empregos e também buscar a melhoria das condições sociais deste povo tão sofrido das nossas Minas Gerais.

Sou Deputado Estadual e vejo nisso duas dimensões extremamente importantes para essa sublime missão que Deus me determinou: 1 - a dimensão humana, que faz com que o Deputado, enquanto pessoa, se realize e concretize os seus ideais; 2 - a dimensão divina, ser Deputado para servir aos nossos semelhantes, aos nossos irmãos, principalmente os mais carentes.

Que as duas dimensões aconteçam em plenitude no coração de todos os Deputados, companheiros desta 14ª Legislatura.

Nós, homens públicos, temos um compromisso moral e um dever sagrado de respeito, de hombridade e de consciência para buscar as condições de desenvolvimento para Minas e para nossa gente.

Quero, mais uma vez, agradecer, do fundo do coração, aos quase 27 mil mineiros que me confiaram a honrosa e dignificante missão de representá-los, como seu Deputado.

Trago para esta Casa um desejo forte de trabalhar muito, lutar bastante, empenhar-me, mais ainda, para corresponder à responsabilidade da função e à confiança em mim depositada.

Aos companheiros do PDT e dos demais partidos, quero parabenizá-los pela investidura como Deputados. Saibam que buscarei sempre a colaboração de vocês, auscultarei sugestões e somarei esforços, com o objetivo de crescer e aprimorar-me nesta minha caminhada.

Esta legislatura será muito rica, tenho certeza, por tudo que nos espera e pelo muito que teremos de fazer. Tanto os Deputados novos, de primeiro mandato, como os mais experientes, estão imbuídos do espírito cívico e divino de servir ao bravo e grandioso povo de Minas Gerais.

Quero agradecer o apoio de todos aqui desta Casa desde o início dos trabalhos. Agradeço também a força e o espírito de união dos companheiros do PDT mineiro.

Orgulho-me dos Deputados amigos que aqui encontrei e com os quais estou convivendo; também me orgulho da qualidade e competência, além da presteza, do funcionalismo desta Casa.

Desejo um profícuo e grandioso trabalho dos componentes desta Mesa, sempre buscando a valorização do Legislativo e dando as melhores condições de trabalho para os Deputados.

Peço, com humildade, as bênçãos e luzes do Espírito Santo para iluminar a minha caminhada. Que o exercício do mandato e o convívio do poder não me afastem jamais das minhas convicções cristãs, da realidade nem sempre amena daqueles que me confiaram o seu voto, da minha vocação de sempre servir ao povo mineiro, de tão gloriosas tradições.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e queridos Deputados. Muito obrigado.

O Deputado George Hilton - Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, membros desta Casa, órgãos de imprensa, senhoras e senhores, pela confiança dos meus eleitores e do povo mineiro, ocupo esta tribuna pela primeira vez. Procurarei por todos os meios possíveis, inspirado na fé e na justiça, cumprir meu mandato, atendendo aos anseios da população, que espera ver trabalho, dedicação, sinceridade, compromisso e objetividade nos assuntos prioritários.

Encontro um grupo competente de parlamentares, imbuídos do mais alto espírito público. Aos meus caros pares, demonstro minha alegria por podermos conviver nesta legislatura, procurando privilegiar o debate constante das idéias, para enaltecer o processo e a democracia, bem como este Poder.

Quero registrar minha grata satisfação, ao deparar, nesta Casa, com o alto nível técnico e administrativo de seus funcionários, pela sua qualificação e competência, o que nos proporcionará condições para uma ação legislativa satisfatória e eficaz.

Agradeço pela presteza com que fomos recebidos e pela colaboração de todos para com os que chegaram.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, transmitir meu apoio à Proposta de Emenda à Constituição nº 3/99, apresentada neste Plenário, na última quinta-feira, pelo Exmo. Deputado João Paulo, por se tratar de emenda ao art. 170, inciso V, da Constituição do nosso Estado.

A caminho de um novo milênio, estamos vivendo em um mundo veloz e conturbado. Urge que o materialismo predominante dê lugar à volta do homem para o seu lado espiritual, que deve ser a essência humana.

A Constituição da República dispõe sobre a liberdade de consciência e de crença, garantindo, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Parabenizo o nobre colega João Paulo por sua iniciativa, tendo todo o meu apreço.

A proposta de emenda refere-se a um aspecto que facilitará a prática religiosa.

Venho destacar o trabalho social que as instituições religiosas fazem, de importância vital para a sociedade mineira.

Muitas vezes as pessoas encontram alternativas de apoio vindo de programas e associações administradas por essas instituições. Dentre eles, destacamos escolas de educação geral e profissionalizantes, grupos de orientação e assistência social direta.

Identificamos programas que atuam na recuperação e reintegração das vítimas de álcool e drogas, menores de rua, assistência aos presidiários, prostitutas e demais grupos marginalizados da sociedade. Constatamos a valorização do ser humano como indivíduo, assim como testemunhamos a quebra das barreiras do preconceito e discriminação social.

Entendemos que é obrigação de todos trabalhar nesse sentido, por se tratar de um ideal necessário, a fim de proporcionar sempre o crescimento pleno de todo o ser.

Essas instituições estão cooperando com o Estado para proporcionar às pessoas que necessitam de apoio e amparo o respeito para viverem em uma sociedade digna de seus anseios e pretensões.

Por isso, é justa a aprovação da emenda à Constituição em pauta.

Sr. Presidente, nobres colegas, abordarei o momento que estamos vivendo, marcado pela crise sócio-econômica, geradora da tensão entre os Governos Estadual e Federal; causando preocupação às lideranças dos trabalhadores e dos empresários em relação à recessão econômica, e demais segmentos da sociedade.

A política econômica tirou a paz e a esperança da maioria dos brasileiros, porque, onde não há trabalho nem renda, como fica o consumo, o poder de compra?

Aliado a isso, os juros estão exorbitantemente altos, as taxas e os impostos igualmente, além do favorecimento ao capital volátil, demonstrando, assim, a flagrante submissão do Governo Federal às imposições do FMI.

Vem de Minas Gerais o alerta: o Governador Itamar Franco não escolheu o caminho perigoso, mas sim o caminho da luta, do combate com valentia, em favor do povo mineiro.

Ontem, fomos agraciados com a brilhante, clara e objetiva exposição da Dra. Misabel Derzi, DD. Procuradora-Geral do Estado, que discorreu sobre as vias jurídicas possíveis para a solução dessa humilhação que está sendo imposta ao nosso Estado, inclusive com retenção de receitas próprias.

Por isso, a importância do Grito de Minas, ao levantar a sua voz, valorizou as unidades federativas, as quais foram beneficiadas pela atitude do Governador Itamar Franco, abrindo o caminho para uma possível negociação.

Hoje, existe uma dívida enorme do Estado, fruto também da política econômica dos juros altos. As dificuldades foram herdadas, e não criadas.

O momento é de buscar a solução para o problema, e não de agravá-lo cada vez mais, em sua unilateralidade, pois o bom-senso deve prevalecer acima de tudo, aliado à justiça, porque todo problema é passível de solução.

Muito se tem falado em autonomia de Estados e municípios, em pacto federativo. Parabenizo mais uma vez esta Casa Legislativa, porque estaremos discutindo esse tema tão atual e pertinente neste mês, através do lançamento da Frente Parlamentar e da conferência sobre o tema Desafios da Federação Brasileira. Isso prova, mais uma vez, a sintonia rápida deste Poder com os clamores de justiça da sociedade.

Apesar de 1999 ser um ano de fortes restrições, haveremos de combater e vencer dentro do consenso, para evitar o caos social em nosso Estado.

Concordamos, como já salientamos, que somente por meio de um grande debate sobre as questões macroeconômicas poderemos, com certeza, chegar a caminhos satisfatórios que atendam a todos os brasileiros, além de fortalecer a democracia.

Finalizo minha fala reafirmando que Minas Gerais tem, em suas montanhas, a inspiração para a conversa e para o diálogo. Esta Casa, como espaço das idéias e dos opostos, saberá, como em tantas outras ocasiões soube, mostrar para o Brasil que Minas não é um Estado que se omite em horas e momentos de gravidade histórica. Devemos sempre procurar o entendimento, sem nunca deixar que nossas idéias, opiniões e posições sejam sufocadas por motivos que nos façam ceder, nós mesmos, a interesses menores, comprometendo o nosso ideal de firmeza e convicção.

Aos mineiros, deixo minha mensagem: estou à disposição para, juntos, engrandecermos e melhorarmos a qualidade de vida de nosso povo. Pretendo traçar projetos que promovam e garantam o direito de moradia para a população de baixa renda; o ensino fundamental e profissionalizante, com qualificação e treinamento da mão-de-obra; a minimização das discriminações raciais, religiosas, culturais, econômicas e todas aquelas que subjuguem o ser humano; o bem-estar social; a geração de emprego e renda; e, ainda, a produção da indústria, do comércio e do turismo, que são também competência da comissão da qual tenho a honra de participar como membro efetivo. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para confessar que hoje fomos tomados de surpresa pela reunião que ocorreu na Comissão de Fiscalização Financeira, pela manhã, com publicação de urgência para uma reunião extraordinária. Tomamos conhecimento de que ali foi votado um requerimento para aprovar um projeto cujo título é Minas Unida vence a Crise, que contém um programa de apresentação, com ações previstas de teleconferência, intitulada Desafios da Federação Brasileira, com desdobramento de outras; lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia dos Estados; encontros regionais, que são verdadeiras audiências em todo o Estado, nas microrregiões; e o lançamento do manifesto "Minas Unida vence a Crise".

Toda essa programação, ao que nos parece, teve sua gestação no encontro dos Governadores, em Porto Alegre, e tem a clara conotação de que a Assembléia estará a serviço do Palácio da Liberdade, no que tange à crise e à eleição de 2002. Para nós, isso fica bem claro: o Palácio da Liberdade está usando as verbas da Assembléia Legislativa. Porque essa reunião ocorreu para aprovar esses eventos que, em um momento de crise, vão gerar gastos - exatamente por isso foi convocada a Comissão de Fiscalização Financeira.

Então, queremos, em nome do PSDB, em nome da Oposição, não concordar, definitivamente, com esse procedimento, que não pode se repetir.

Queremos apelar, Sr. Presidente, para que a Casa restrinja suas ações ao trabalho do Poder Legislativo, para que a política partidária não tenha influência nos nossos trabalhos e não desgaste o nome do Poder Legislativo.

O Deputado João Leite (Em aparte) - Estou acompanhando atentamente seu pronunciamento. Também estamos preocupados. Temos em mãos esse Projeto Minas Unida Vence a Crise. E temos também uma peça com verdadeiras audiências públicas, cuja previsão a Assembléia Legislativa teve anteriormente o cuidado de colocar até na própria Constituição, por causa dos gastos delas decorrentes. Também estamos preocupados com esse projeto que nem passou pelo Plenário da Assembléia. Ele foi votado na Comissão de Fiscalização Financeira, urgentemente, como sendo uma decisão do Colégio de Líderes, numa reunião extraordinária, da manhã, enquanto ouvíamos aqui, no Plenário, o ex-Procurador-Geral do Estado.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte) - Caro Deputado Hely Tarquínio, companheiros e companheiras, este é um momento de aflição pelo qual estamos passando na Assembléia. Mais uma vez, parece-me que a soberania do Poder Legislativo, a autonomia e a independência da Assembléia Legislativa estão em jogo e ameaçadas. Essa manipulação da Assembléia, como massa de manobra e como quintal do Poder Executivo, todos os Deputados - muitos já conheço de tantos anos, companheiros da Câmara Municipal e pessoas com as quais convivi quando fui Secretário de Estado, sei da posição de todos -, independentemente de questões partidárias, não desejam subjugar a Assembléia Legislativa a uma força auxiliar submissa aos interesses absolutos do Governo Estadual, ou seja, do Sr. Governador do Estado. Através de V. Exa., faço um apelo a todos os Deputados e, de uma maneira muito especial, à Mesa Diretora da nossa Assembléia, que recebeu da imensa maioria dos Deputados a tarefa de conduzir os trabalhos. Em sua fala inicial, ouvi do Presidente da Assembléia o compromisso de honrar, preservar a autonomia do Poder Legislativo e a nossa independência, e disse também que poderíamos cobrar-lhe isso. Não tenho nenhuma razão para duvidar da palavra do Presidente Anderson Aduato. Sei que é um homem de bem e que honrará a sua palavra. Não posso acreditar que o Governador Itamar Franco tenha feito um esforço supremo, do qual somos testemunhas até com nota oficial, no sentido de impedir a presença do PSDB e do PFL na Mesa Diretora da Assembléia, para fazer manobras dessa natureza, usando a Assembléia como massa de manobra e como força auxiliar para os seus projetos e as suas ambições políticas.

Pelo amor de Deus, faço um apelo à consciência de cada Deputado e Deputada desta Casa para que não nos subjugemos, porque não há razão para isso. Com dignidade e honradez é possível fazer com que os Deputados da Situação defendam os projetos em que acreditam e defendam o Governo ao qual estão ligados e no qual confiam e fazer com que os Deputados da Oposição se oponham com dignidade e honradez. Esse é o papel que nos cabe na democracia. Mas é inaceitável que esta Casa se dobre de joelhos a esse homem que quer ser imperador e que tem essa vontade fêrea e autoritária de subjugar a todos.

Por que, meus colegas Deputados, no início desta legislatura, iremos aceitar isso? Não há razão para tal. Faço um apelo para que se reveja o que está acontecendo com a Assembléia Legislativa, pois, dessa forma, não teremos voz independente, nem autonomia, nem soberania, para representar os interesses superiores do povo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a interferência e dou a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, para quem já havia concedido um aparte.

O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte)* - Agradeço o aparte de V. Exa. e gostaria de dizer que o que estamos observando aqui não é nada mais nada menos do que a falta de diálogo, a falta da predisposição de se assentar a uma mesa para tentar resolver os problemas do Legislativo. Não queremos discutir o projeto Minas Unida Vence a sua Crise, mesmo porque esse projeto só nos chegou às mãos, como tive a oportunidade de falar com V. Exa., Sr. Presidente, depois de votado, não tendo sido distribuído previamente à Comissão de Justiça. E, após a votação, o Deputado Mauro Lobo indagava-me sobre quando tínhamos nos reunido com a Mesa Diretora para discutir o projeto. Disse-lhe que não tínhamos conhecimento dessa proposta da Mesa Diretora, e qual não foi a sua surpresa, pois ele pensava que teria havido um acordo prévio com as Oposições. Faço um apelo ao Presidente Anderson Aduato - pessoa que conheço há quatro anos e com quem tenho uma amizade particular, além de muito respeito por sua capacidade -, uma vez que a Minoria desta Casa está absolutamente aberta ao diálogo: em projetos dessa natureza, sem querer entrar em seu mérito, pois o faremos na terça-feira, seja-nos dada a oportunidade de discutir. Isso é o mínimo que pressupõe uma democracia forte e uma convivência harmoniosa entre a Oposição, a Mesa Diretora e os demais companheiros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, quero explicar porque a palavra me foi concedida: em primeiro lugar, na qualidade de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira; em segundo lugar, este Deputado, de acordo com o Regimento Interno, solicitou a palavra por meio do art. 164, tendo, portanto, o direito a 5 minutos, já que não teve a oportunidade de apartear o Deputado Hely Tarquínio. Mas, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria que, primeiramente, elucidássemos o que estamos discutindo.

Existem dois aspectos que podemos discutir. Em primeiro lugar, há os aspectos legais e formais da atitude levada a termo pela Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa. Todos os aspectos legais foram absolutamente cumpridos dentro do nosso Regimento e, portanto, quero crer que as questões de ordem levantadas pelo Deputado João Leite serão respondidas, por escrito, pela Mesa. Conheço há pouco tempo o Regimento Interno da Casa, mas, com a minha experiência como parlamentar, por 16 anos, em Belo Horizonte, não tenho dúvidas de que o aspecto legal foi absolutamente cumprido.

Agora vamos falar sobre o aspecto político, e, nesse caso, o campo de discussão torna-se maior e, evidentemente, em alguns aspectos, mais subjetivo. Portanto, em primeiro lugar, gostaria de pontuar que uma comissão importante como essa não faria algo ilegal.

Quero explicar, também, que cometi um lapso e o reconheço, mas nada invalida a decisão tomada pela Comissão. Ao me justificar para os Deputados, membros da Comissão, inclusive em virtude de uma questão levantada pelo Deputado Mauro Lobo, por meio de declaração de voto, e, portanto, após a decisão tomada pela Comissão, disse que a Mesa da Assembléia havia se reunido com o Colégio de Líderes e isso foi um lapso de minha parte, porque, na verdade, não era com o Colégio de Líderes cuja definição está expressa nas normas regimentais. Portanto, não era exatamente isso que gostaria de dizer, mas desejava referir-me ao Colégio de Líderes da base de sustentação do Governo. Então, estou tendo a dignidade e a honra de reconhecer que cometi um lapso, mas que nada invalida o processo legal e a decisão que a Comissão tomou. Mas o "jus esperandi" existe, e, evidentemente, iremos discutir a seu respeito. Portanto, no aspecto legal, foi isso que aconteceu.

Gostaria, também, de explicar que a Mesa Diretora, em reunião com o Colégio de Líderes da base de sustentação do Governo, achou por bem que o mérito da discussão, o mérito do projeto, que estamos encaminhando à opinião pública do Estado, além de descortinar a possibilidade de uma grande decisão política, no fundo, no fundo, é uma questão financeira, monetária, e, portanto, caberia à Comissão de Fiscalização Financeira participar e dividir essa responsabilidade com a Mesa Diretora e com aqueles que idealizaram o projeto.

Naquele momento, senti e declarei à nossa Comissão que via nesse gesto de procurar a comissão responsável para a discussão dessas questões uma atitude sensata da Mesa Diretora e daqueles Líderes que, em reunião, resolveram que o projeto deveria ser analisado por nós. Portanto, a Comissão decidiu, aprovando um requerimento cujo objeto era um projeto. A aprovação foi legal e, na minha maneira de entender, é uma questão absolutamente indiscutível.

Devemos, no entanto, discutir os aspectos políticos. Por que a Oposição está questionando e levantando essa celeuma? Vamos fazer uma recapitulação sobre o que está acontecendo em relação à opinião pública, a D. Maria, o Sr. José, que desejam saber exatamente o que se processa em Minas Gerais. Num primeiro momento, não tenho dúvidas; o povo mineiro viu, na presença do Governador Itamar, nas suas atitudes, um homem que, efetivamente, estava salvaguardando os direitos e o respeito ao nosso Estado. Em segundo lugar, alguns julgavam que o nosso Governador estava indo além da conta. No entanto, quando essas pessoas passaram a ser informadas sobre a realidade dos números, tiveram outro comportamento. Assim, a opinião pública precisa ser informada. Portanto, esse projeto é uma obrigação e uma sensatez por parte da Mesa da Assembléia e do conjunto dos Deputados, independentemente da sigla partidária, pois tal discussão não pode ser adstrita aos Deputados e ao Governador do Estado. Devemos levá-la para as ruas, para as pessoas que representamos, que são o sentido maior da nossa presença aqui. Portanto, parabéns à Mesa da Assembléia e aos Líderes, que tiveram a sensatez de reconhecer a importância da Comissão de Fiscalização Financeira. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência...

O Deputado Mauro Lobo (Em aparte) - Quero apenas esclarecer o que houve hoje na reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Fiz uma solicitação para que, em primeiro lugar, fosse elaborado o orçamento dessa proposta, que foi colocada em votação sem que houvesse esses números.

Com relação à afirmativa do Presidente da Comissão de que esse assunto havia passado pela Mesa e pelo Colégio de Líderes - ele até disse aqui no Plenário que se enganou -, solicitei que tivéssemos as notas taquigráficas apenas para ajustar em que ordem esse assunto foi colocado: se antes ou depois da votação. No meu entendimento, que levou ao meu posicionamento, S. Exa. o Deputado Márcio Cunha disse antes da votação. Acho que as notas taquigráficas vão elucidar essa questão. Era só isso, Deputado. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, ocupo esta tribuna pela primeira vez e sinto-me na obrigação de trazer, já nos primeiros dias de trabalho nesta Casa, a nossa contribuição, por mais humilde que seja.

Estamos, desde o início deste ano, assistindo aos embates travados entre o Governo do Estado e o Governo Federal, com uma grave e importante discussão sobre a situação econômica do País. Sentimos que esta Casa tem se esforçado muito em procurar debater essa questão, aflorar esse problema, conhecer suas causas, e apóio essa atividade. Mas acho, também, que deveríamos tentar encaminhar as questões que são prementes e urgentes. A questão da dívida é premente, mas não será resolvida nem hoje e nem amanhã. Qualquer que

seja o entendimento que possa porventura surgir entre o Governo do Estado e o Governo Federal, seus reflexos não serão imediatos. Os problemas vêm se acumulando no tempo, as dificuldades vêm aumentando, e é preciso que tentemos encontrar soluções imediatas para os problemas que estão afligindo o nosso dia-a-dia, o hoje, o amanhã e o depois de amanhã do cidadão mineiro.

E é com esse espírito de colaboração, de tentar efetivamente encontrar saídas emergenciais para a crise e para os problemas de Minas e de todos os mineiros, que apresento aqui um projeto de lei em que tentamos, dentro desse quadro de moratória, encontrar uma saída, mesmo que provisória, para os atrasos nos pagamentos do Governo do Estado a seus fornecedores.

A imprensa está dizendo que o Governador aventa a possibilidade de prolongar a moratória por mais 90 dias. Isso fará com que alguns fornecedores, que já estão há até oito meses sem receber, permaneçam assim por mais algum tempo. É preciso pensar nesse outro lado também. Minas declara moratória, assume uma discussão com o Governo Federal, mas está de pé, porque esses fornecedores estão fornecendo sem receber. É preciso, então, que tenhamos a preocupação com esse outro lado da questão, e é aí que nosso projeto tenta aliviar um pouco esse quadro.

A nossa proposta é que esses fornecedores que estão sem receber possam usar esse crédito que têm junto ao Governo do Estado para abater até 50% de suas obrigações de recolhimento de ICMS. O Estado deixaria de receber um pouco para ir quitando devagar essas dívidas com seus fornecedores.

Sabemos muito bem que existem setores vitais não só para o Estado como também para a população, como é o caso dos hospitais, das creches, dos presídios. Se os fornecedores, com essa moratória se alongando no tempo, falirem, quebrarem, não tiverem condições empresariais para cumprir os contratos, estaremos caminhando para o caos administrativo e social. Em um presídio que não oferece comida para seus presos, haverá rebeliões. A falta de condições para um médico trabalhar provocará um caos na área da saúde, e assim sucessivamente.

O nosso projeto é uma contribuição. Sabemos que isso não é solução, mas, enquanto a solução não chega, enquanto a solução não é encontrada, é preciso que encontremos um caminho emergencial para aliviar a questão. Essa é nossa contribuição. Esses fornecedores com crédito junto ao Governo, até o limite máximo de um ano a partir da publicação da lei, poderão levantar esse crédito e abater, no limite de 50%, no recolhimento de ICMS. Esta é nossa proposta. Tenho certeza de que, nesse momento grave pelo qual passa a economia do nosso Estado e do Brasil, os caros colegas irão, com carinho e atenção, analisar esse projeto e, com certeza, aliviar a situação desses fornecedores, aprovando essa proposta e, quem sabe, enriquecendo-a com emendas e outras sugestões no sentido de implementá-la o mais rápido possível.

O Deputado Rêmoló Aloise (Em aparte)* - Agradeço a concessão do aparte.

Seria necessário dizer, neste momento, que o Governo Itamar Franco recebeu uma dívida flutuante de R\$3.000.000.000,00. Ele não fez dívida a partir de 1º de janeiro, tanto que vou citar um dado: a Delegacia de Ensino da minha região ficou 10 meses sem receber o aluguel que a ela competia.

Acho que, neste momento, seu projeto é muito oportuno, mas é preciso que se fixe a data a partir de quando esses credores não estarão recebendo. Entendo que isso pode levar ao caos, mas queria também lembrar a V. Exa. que, na questão da saúde, a participação do Estado nos hospitais é mínima. É o Governo Federal que, através do repasse do SUS, é o responsável por essa situação, por esse caos que se instalou no Estado.

Aproveitando as palavras do Deputado Hely Tarquínio e do meu colega João Leite, por ocasião da reunião que tivemos na Comissão de Fiscalização Financeira: a comissão tem, sim, condição de determinar que se façam essas audiências propostas. O art. 100, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno dá a ela poderes para que o faça.

Hoje, pela manhã, levantei a questão, o Deputado Mauro Lobo é testemunha disso, sobre quanto ficaria para o Poder Legislativo essa ação que se vai praticar. Sabemos também que todas as comissões desta Casa, mesmo as anteriores, têm dotação própria. Indaguei quanto custaria, e as notas taquigráficas estão aí, para serem vistas. Existem os recursos. Não interessa se são R\$500,00 por mês, mas ela pode ter o orçamento do ano, e uma parte desse orçamento ser usado. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Antes de conceder o aparte, eu gostaria apenas de fazer uma colocação: o fornecedor fornece ao Estado, e não ao Governador. O fornecedor não quer saber se o Governador é A ou B, ele foi contratado pelo Estado para prestar serviços a este.

No momento em que o Estado não paga contratado, este fica em situação de dificuldade para cumprir o contrato. Por consequência, o Estado vai sofrer também, com essa dificuldade empresarial, junto a seus fornecedores.

De modo que o projeto prevê, sim, uma limitação do tempo de um ano. É óbvio que estamos apresentando o projeto agora. Ele irá tramitar nesta Casa e, por hipótese, poderá ser aprovado, dentro de 60 a 90 dias, e aí já teríamos 6 meses do atual Governo e abrançeríamos 6 meses do Governo anterior. Porque a grande maioria dos fornecedores são os mesmos - do Governo anterior e do atual.

Queremos aliviar a situação do fornecedor. Não estamos aqui discutindo a questão da origem da dívida, quem é o culpado, se o Governo Federal, se a União, e o que o FMI tem com isso. Estamos é preocupados com a questão do fornecedor, que já começa a quebrar.

O Deputado Ermano Batista (Em aparte) - Entendo que o ilustre Vice-Líder do Governo nesta Casa cometeu um grave equívoco. Porque a dívida flutuante é aquela oriunda de contratos mensais que não são pagos no curso do Governo, seja dívida diária, semanal ou mensal. O repasse para o IPSEMG é dívida flutuante. O repasse para o IPSM também é dívida flutuante. Os recursos que devem ser repassados ao IPSEMG e ao IPSM, e não o são, constituem a dívida flutuante. Então, o Governo Itamar Franco fez dívida, sim. Porque, se não pagou ao IPSEMG em janeiro, não pagou o IPSM em janeiro, não pagou os aluguéis dos imóveis dos quais o Estado é locatário nos meses de janeiro e fevereiro, e não pagou a pensão dos presos em janeiro e em fevereiro, ele fez dívida, sim.

Aliás, acho que a cartilha publicada pelo Governador - seria bom que o Deputado Washington Rodrigues tomasse conhecimento, porque coloca em dúvida a dívida do IPSM e do IPSEMG - diz que a dívida é de origem nebulosa. Essa questão deve ser encarada com muito cuidado e critério. O Governador Itamar Franco ou a sua equipe agem com muita precipitação. E a precipitação, como o fanatismo, é um grande mal, porque tira do homem a razão.

O Deputado Hely Tarquínio (Em aparte) - Gostaria de dizer, com relação à intervenção do ilustre Deputado Rêmoló Aloise, que as comissões têm autonomia para aprovar ou rejeitar. Mas trata-se apenas de um dado. No ano passado, cada comissão tinha a condição de gastar R\$500,00 por mês - são 14 comissões. Seriam, no máximo, R\$7.000,00. É lógico que poderia haver, e houve, remanejamento de verbas. São 15 encontros regionais. Quanto custará isso para a Assembléia Legislativa, no momento em que está havendo contenção de gastos? Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Gostaria de levar aos nobres companheiros desta Casa o alerta dessa situação grave que é a outra faceta de toda essa questão, dessa disputa ou polêmica em torno da dívida de Minas, do embate que Minas está travando com o Governo Federal. São os mineiros que estão aqui, aguardando o desfecho da questão e, enquanto ela não vem, é preciso que encontremos caminhos intermediários para manter a nossa sociedade, o nosso empresariado, os homens que fazem este Estado funcionar, as pessoas que produzem, o cidadão mineiro que contribui para ter o mínimo a fim de continuar vivendo e sobrevivendo diante de tantas tempestades que nos assolam. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não constitui novidade o fato de que o Governo Fernando Henrique Cardoso - desde o primeiro mandato e em linha com as diretrizes da equipe econômica - tem relegado a segundo plano o projeto social, penalizando todos os brasileiros, com maior ou menor intensidade.

Trata-se, realmente, de constatação lamentável essa que fazemos, ainda mais se levarmos em conta que os maiores sacrificados são nossos conterrâneos que integram a chamada população de baixa renda, na qual se inserem os cidadãos mais vulneráveis, como as crianças, os deficientes e os idosos.

Ocorrem-nos essas considerações quando tomamos conhecimento dos cortes que o Governo Federal está fazendo no orçamento de 1999, afetando os projetos sociais. Estão previstas reduções que totalizam importância superior a R\$2.000.000.000,00, envolvendo nada menos que 25 dos 31 projetos de natureza social voltados para os mais pobres. Em outras palavras, apenas 6 desses projetos escaparam, até agora, do implacável redimensionamento exigido, como se sabe, pelo capital especulativo estrangeiro capitaneado pelo FMI.

Em 61% dos programas alterados, os cortes foram de tal ordem que a verba disponível este ano é inferior à liberada no ano passado. Como se não bastasse, os recursos orçamentários estão chegando a esses programas em ritmo de conta-gotas ou não estão chegando. Nesse último caso está o Programa de Alimentação Escolar, para o qual, ao que consta, não foi liberado um único centavo, até o momento. Ora, se os recursos diminuem, a população aumenta na mesma proporção em que crescem as demandas sociais. E as demandas não atendidas, dolorosamente, dizem respeito principalmente aos mais fracos: a população infantil, os incapacitados e os velhos.

Vejamos, a propósito, a situação de três desses programas: o de Apoio à Criança Carente, o de Apoio ao Deficiente e o de Apoio à Pessoa Idosa. No primeiro, os recursos orçamentários de 1999, totalizando R\$175.400.000,00, foram inferiores em 19,8% à verba consignada em 1998, enquanto, até 23/2/99, só haviam sido liberados R\$10.100.000,00; no segundo, o orçamento deste ano prevê recursos de R\$47.100.000,00 - redução de 22,3% em relação a 1998 - tendo, até agora, sido liberados apenas R\$2.400.000,00; e no terceiro programa, os recursos consignados não passam de R\$20.500.000,00 (a redução foi de 2,2% em relação ao ano passado), tendo a União liberado, até 23/2/99, somente R\$1.200.000,00.

Em função dessas reduções, cerca de 500 mil crianças carentes deixarão de ser atendidas em creches, enquanto aproximadamente 270 mil idosos não terão como manter-se alojados em asilos. É um triste registro para nosso País, quando colocamos em risco o destino das gerações futuras e reservamos o descaso aos mais velhos.

Outros programas vitais para o desenvolvimento e o bem-estar da população estão igualmente penalizados. É o caso do Programa de Distribuição do Livro Didático, da Farmácia Básica, do Programa Nacional de Imunizações, do Programa Nacional de Qualificação Profissional - PLANFOR -, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - e de muitos outros, todos direcionados para a melhoria do padrão de vida da sociedade brasileira.

A par desses cortes na área social, chega-nos agora, também, a notícia de que o Governo distribuiu, este mês, a segunda menor cesta básica para os carentes desde que foi implantado o sistema de distribuição gratuita, em 1993. A diminuição foi não só quantitativa como também qualitativa, incidindo sobre produtos essenciais à alimentação, como feijão, massas e óleo. Note-se que a cesta gratuita é distribuída, dentro do Programa Comunidade Solidária, para nada menos que 1.353 dos municípios mais pobres do País.

A grande verdade é que o imobilismo apossou-se da administração federal. Não se ouve falar em novos investimentos produtivos, não bastassem os cortes nos projetos sociais. E aqui falamos de vidas humanas, de hospitalização e tratamento médico, do futuro profissional de milhões de jovens, da velhice tranqüila para tantos cidadãos com aposentadorias vergonhosas, equivalentes a não mais que um salário mínimo.

A moratória declarada, e não decretada, pelo Governador Itamar Franco tem recebido críticas contundentes de determinados setores, visivelmente orquestrados pelo Palácio do Planalto. Esquecem-se tais críticos, no entanto, de que o nosso Executivo se insurge, exatamente, contra uma situação em que, à custa da miséria de muitos, a União coloca em jogo a soberania nacional e se põe a serviço do capital especulativo estrangeiro. Se refletirem com isenção sobre esse aspecto, eles irão concordar em que a iniciativa de nosso Governador é extremamente defensável e imune a qualquer questionamento.

A Nação brasileira encontra-se em processo de preparação, para revisar o próprio pacto federativo, pois privilegiar os investimentos sociais dentro da nova ordem política deve ser uma de nossas prioridades. Protestemos, para começar, e lutemos contra os cortes orçamentários que sacrificam milhares de nossos conterrâneos, deserdados da sorte e vítimas de um sistema injusto que contempla a maior concentração de renda de todo o planeta. É para isso que conclamamos a todos. Caso contrário, estaremos perpetuando a injustiça e a desigualdade, neste momento em que o mundo se prepara, com toda solenidade e renovada esperança, para ingressar no terceiro milênio. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje fui surpreendido na Comissão de Fiscalização Financeira pela oposição ao requerimento do Projeto Minas Unida Vence a Crise. Fui surpreendido até mesmo em virtude da averiguação que venho fazendo - e já anunciada por mim - sobre o desvio, pelo ex-Governador Azeredo, dos fundos do Estado e de verbas carimbadas. Portanto, estava fazendo um estudo sobre isso. Gostaria de cobrar da Presidência da Mesa uma agilização a fim de que a CPI já aprovada por esta Casa entre em funcionamento o mais breve, porque, de fato, são milhões de dólares e de reais que foram desviados. Assim, é necessário que saibamos para onde foram desviados tais recursos, que são muito importantes, como os recursos do PROSAM e do SOMMA, além de recursos para a industrialização, para as pequenas e as médias empresas. Esses recursos foram simplesmente desviados e, no final do Governo Azeredo, serviram para pagar alguém. Precisamos saber quais foram os beneficiados com tais recursos.

No entanto, cheguei um pouco atrasado à reunião da comissão de orçamento. Mas, aqui no Plenário, a Oposição insiste em questionar o Projeto Minas Unida Vence a Crise. Não entrarei na série de argumentações regimentais que foram colocadas porque, posteriormente, serão respondidas pela Mesa. Mas quero entrar no conteúdo da discussão. Para tanto, gostaria que os Deputados da Oposição estivessem aqui para explicar em que consiste a oposição ao conteúdo do Projeto Minas Unida Vence a Crise. Será que não querem vencer a crise? Ou será que até hoje querem dizer que a crise não existe? O Presidente Fernando Henrique Cardoso passou boa parte do seu mandato anunciando que não havia crise, que o nosso País vivia às mil maravilhas. Ao final, reconheceu que havia uma crise internacional, mas que nada disso era culpa do Governo Fernando Henrique. Hoje, parece-me, já reconhece que existe uma crise no Brasil. Seria muito interessante se, a essa altura, não reconhecesse a crise, com uma inflação esperada de 60% ao ano, o dólar supervalorizado, o real tendo um decréscimo assustador e juros altíssimos. Além disso, estamos vivendo uma crise de desemprego, uma crise econômica, social e, agora, uma crise política. Portanto, seria interessante se ele não reconhecesse tal crise.

Assim, não creio que seja esse o motivo, pois acho que até mesmo os tucanos reconhecem que o País está vivendo uma crise e, conseqüentemente, os Estados também estão em crise. Espero que, pelo menos isso, reconheçam. Talvez estejam com medo de discutir a crise e, por isso, fazem objeção ao conteúdo do Projeto Minas Unida Vence a Crise. O projeto propõe que a própria Assembléia Legislativa faça uma discussão institucional sobre a crise, que os próprios membros da Oposição na Assembléia Legislativa já reconhecem como sendo originária da política econômica do Governo Fernando Henrique, dos juros altíssimos e, que, portanto, esse é o seu motivo central.

Por que não discutir essa crise em Minas Gerais? Qual é o receio de que façamos uma teleconferência com debate, como, por exemplo, a União, os Estados e o quadro da globalização: quais as conseqüências do projeto econômico do Governo, da globalização no Estado de Minas Gerais e nos Estados da Federação?

Um outro tema: O Pacto Federativo - os Limites da Centralização e da Autonomia dos Estados. Por que não discutir o pacto federativo, tão falado? É necessário que se discuta, portanto é uma teleconferência da maior importância, como importantes serão os encontros regionais nas diversas cidades-pólo do Estado de Minas Gerais, sem nenhuma discriminação dessas cidades por serem seus Prefeitos deste ou daquele partido. Temos Uberaba, PFL; Uberlândia, PPB; Patos de Minas, PFL; Contagem, PMDB; Paracatu, PT; PSDB em São Sebastião do Paraíso; Teófilo Ottoni... portanto, uma discussão ampla do Estado de Minas Gerais sobre a crise. Qual é o temor dos Deputados do PSDB em discutir a crise e de Minas se unir para vencer essa crise?

Fica essa pergunta, porque, realmente, as questões regimentais não podem impedir um debate de tanta importância, que é um debate político e não serve apenas para denunciar o quadro de crise. É também importante a denúncia, não venham dizer que o passado não importa, que só importa achar uma saída para a crise, como se não houvesse responsáveis por ela tal qual se encontra.

Portanto, diria que esse projeto - Minas Unida Vence a Crise - deveria ser aplaudido pelo conjunto de Deputados desta Casa. Gostaria que os Deputados, inclusive os da Oposição, fossem a essas cidades-pólo defender suas opiniões e, quem sabe, até tentar convencer a população de que a crise não existe ou de que eles não têm nada que ver com ela.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Gostaria de reafirmar a sua defesa em prol do requerimento da Mesa ao Presidente, o qual foi votado na Comissão de Fiscalização Financeira. É o leito natural para que seja ou não aprovado pela competente comissão.

Entendo também, Deputado Rogério Correia, que está havendo um equívoco por parte dos Deputados da Oposição: na verdade, a crise é do Estado, não é da pessoa Itamar Franco. Então, a Oposição está equivocando-se, e devemos procurar fazer um esclarecimento aos nobres companheiros detalhadamente. Tenho certeza de que eles têm condição de entender isso. Sei que existe o papel da Oposição, mas temos, também, que ser responsáveis, e não será a Assembléia Legislativa que ficará calada diante da situação que o nosso Estado atravessa, e não apenas o Poder Legislativo. Tenho certeza de que, depois da apreciação dessa matéria, serão convidados o Tribunal de Justiça e a Procuradoria para participarem desse evento, que é do interesse do Estado, da comunidade mineira. Não tem partido, porque o documento é apertadário.

Ouvi muito bem as colocações de Deputados amigos nossos a respeito do não-pagamento nas áreas de saúde e educação. De fato, as coisas estão se complicando no interior, devido à herança do ex-Governador. Mas o que não entendo é que os Deputados da Oposição venham preceituar um procedimento de pagar aos fornecedores, principalmente àqueles que fornecem alimentos e remédios para os hospitais, criando condições que nós até admiramos.

O Deputado Rogério Correia - Alguns fornecedores receberam com o dinheiro do fundo. Temos que saber quais receberam e quais não receberam. Temos que ter um critério.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Deputado Rogério Correia, o pior é que o ex-Governador se lembrou de pagar mais de R\$70.000.000,00 aos empreiteiros nos últimos dias de seu Governo. Não podemos ser tapeados aqui como foi o funcionalismo público na questão do décimo terceiro salário. É isso que não podemos admitir. Querendo ou não, a verdade tem que ser ouvida. Aqui é a questão dos acontecimentos de uma administração. Nossa função é fiscalizar. Eu não estou acusando a pessoa do ex-Governador, mas suas ações, o conjunto do seu governo, que cometeu essas irresponsabilidades em nosso Estado. Hoje, este caos que está aí, esta crise é de responsabilidade de cada um de nós, de todos os partidos. A sociedade está acompanhando esses desdobramentos, os Srs. Deputados da Assembléia Legislativa, seus segmentos, para que não cheguemos ao caos social. É de responsabilidade desta Casa e dos demais Poderes recuperarmos a credibilidade do nosso Estado e erguer e soerguer a nossa soberania para que possamos ser respeitados. Tenho a certeza e a convicção de que V. Exa. está produzindo, com o efeito de sua fala, a credibilidade que o povo quer ouvir. Muito obrigado.

O Deputado João Paulo (Em aparte) - Caro Deputado Rogério Correia, de costume, o do cachimbo, não é verdade? V. Exa. me perdoe. Nobre Deputado, tenho o compromisso de cumprir mais este mandato naquela mesma linha de isenção e de independência que caracterizou os meus mandatos de Vereador. Dentro dessa linha, gostaria de fazer uma observação sobre o tema que V. Exa. traz agora a debate, que não é novo, e o Deputado Márcio Cunha também trouxe ainda há pouco, objeto de um questionamento feito pelo Deputado João Leite e outros colegas nossos. Eu queria dizer o seguinte: Minas não está unida. A prova disso são as indagações feitas, através de figuras ilustres aqui presentes, por Deputados desta Casa, que disseram expressamente não concordarem com esse encaminhamento. Então, num primeiro momento, não há união em torno desse projeto. Ainda que houvesse união, não percebo como Minas sozinha venceria esta crise, que não se originou aqui. Essa crise é importada, até do exterior, fruto da política econômica da Presidência da República, o que me faz pensar que tal política econômica está, de há muito, equivocada. V. Exa. bem sabe da minha preocupação com as questões de ordem jurídica, mas sou economista também, embora de banco de escola, e me permiti assinar alguns artigos e mandar para Brasília para reflexão de alguns colegas nossos, parlamentares lá, denunciando exatamente a infelicidade desse câmbio fixo durante tanto tempo, o que foi uma política suicida. Isso serviu para contemplar, de maneira impatriótica, o empresariado estrangeiro. Passamos a comprar suco de laranja do exterior. Olhem o absurdo! O Brasil é o maior produtor de laranja do mundo, assim como de suco de laranja, e tomamos suco de laranja importado. O que mais nós compramos? Estamos exportando empregos, estamos gerando empregos em outros países, na medida em que importamos tantas coisas desnecessárias, desde carros até fraldas descartáveis, fruto dessa política econômica equivocada que privilegia a especulação financeira internacional, com juros elevadíssimos de 49,75% ao mês, contra uma isenção de imposto de renda. Antes havia uma taxa de imposto de renda de 15%. Agora, ou melhor, há muito tempo, essa taxa é zero. Havia também a política de se manter o câmbio fixo, a qual durante muito tempo sucateou a indústria nacional, desestimulou o nosso empresariado e levou a esta crise de desemprego que aí está.

Se não há incentivo à indústria e ao comércio, não há novos empregos, e os antigos são suprimidos. Quando o Governo introduziu o Plano Real, questionávamos que, além do plano monetário, havia também a necessidade de um plano econômico. Dizíamos que essa política artificial haveria de dar no que deu. Isso era de conhecimento dos economistas e das pessoas que tinham um ligeiro trato com a área. Sabia-se que a situação redundaria, mais dia, menos dia, nessa amargura tão grande que estamos vivenciando.

V. Exa. está de parabéns por dar um "plus", uma amplitude maior a esse tema trazido nesta tarde, de que Minas Unida Vence a Crise. Infelizmente, exercitando a isenção e a autonomia do meu mandato, percebo que não vai vencer, porque a solução não passa por Minas Gerais. Os problemas do Governo de Minas não estão passando por Minas Gerais. A prova disso é que não estamos dando conta de sacar dos cofres do próprio Governo de Minas o dinheiro que lhe pertence e que está sendo bloqueado, ante um contrato assinado. Estamos amargando uma situação que não se conhece precedente. Registro, no meu aparte, apoio a V. Exa. Continuo pesquisando e tentando encontrar um norte, uma saída para essa crise - e ainda não percebi. É uma prova de que devemos nos embrenhar mais nesses debates, cada dia mais, para encontrarmos a saída.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado João Paulo. A idéia do projeto é exatamente essa. Não queremos apenas fazer um parâmetro, um apanhado e os motivos. Isso também é importante. Precisamos saber os motivos da crise para procurarmos saídas. A idéia do projeto é que discutamos saídas por toda Minas Gerais. Procurar um modo de Minas contribuir. Enxergamos que essa crise tem repercussão nacional e internacional, mesmo porque o Presidente Fernando Henrique Cardoso é hoje um mero despachante do Fundo Monetário Internacional. Não governa o País. O Brasil está sem governo. O FMI manda e o Presidente obedece.

Portanto, é necessário que se dê um basta a essa situação. Precisamos tomar as rédeas para que o Brasil possa tornar a crescer, a se desenvolver, a gerar empregos e reservas. Isso é fundamental.

A Deputada Maria Tereza Lara (Em aparte) - Concordo plenamente com o seu pronunciamento, Deputado Rogério Correia. De fato, temos que ir a fundo nessa crise. O caminho é a participação popular. Mas discordo do colega Deputado João Paulo quando diz que Minas não vai vencer essa crise. Se partirmos desse pressuposto, podemos entregar o nosso mandato. Acreditamos que Minas vai vencer esta crise, principalmente com a participação efetiva de todos os mineiros. Esse projeto tem esse objetivo. Que todos os mineiros, desde os mais simples de todos rincões de Minas Gerais, possam ter conhecimento da situação. Ontem, tivemos no Plenário a presença da Dra. Misabel, que nos trouxe esclarecimentos detalhados sobre a situação financeira do Estado. Minas sozinha não vence. Mas se partir de todos os mineiros, certamente daremos uma grande contribuição. Acreditamos que Minas sairá da crise. Acredito que o País tem conserto, mas a partir de uma mudança do modelo econômico. Com esse modelo que está aí, não há como consertar. Mas temos que apresentar outra alternativa de modelo, no qual a prioridade não seja o capital, mas o ser humano. Isso é responsabilidade dos partidos. Não podemos definitivamente deixar que questões partidárias coloquem em segundo plano o objetivo principal dos nossos mandatos desta Assembléia: o povo de Minas Gerais.

O Deputado Hely Tarquínio (Em aparte) - Agradeço a oportunidade deste aparte. Quero dizer, em nome do PSDB, que, voltando ao requerimento, não tive condições de, no tempo que me foi concedido, proceder à explicação final. O PSDB também faz parte do Minas Unida Vence a Crise, só que a Mesa Diretora passou o requerimento para ser votado em regime de urgência na Comissão de Fiscalização Financeira, e nós, os Líderes do partido, só recebemos o avulso do projeto depois de votado. Lamentamos e continuamos a lamentar o fato de não termos representante na Mesa. Pelo fato de não termos o conhecimento prévio, gostaríamos de dizer que somos a favor do diálogo. Não somos como o Governador, que está se recusando ao diálogo. E esse expediente que está nascendo na Assembléia Legislativa é muito saudável. A única coisa que fica no ar é essa aprovação rápida, que, percebemos, vai gerar muito gasto. Haverá um Acordo de Líderes na próxima terça-feira, no qual teremos a oportunidade de procurar um caminho menos oneroso, sendo que a Consultoria desta Casa e seus Deputados sempre procuraram o caminho mais curto e menos oneroso. Temos o expediente de seminários e conferências no nosso Plenário, para evitar o palanque no interior. Por mais que queiramos aceitar tratar-se de um movimento o Projeto Minas Unida Vence a Crise, hoje já temos a TV Assembléia, as demais televisões, o rádio, que está levando notícias da crise a todos os rincões de Minas Gerais. Quem sabe se aqui viessem as lideranças do interior mineiro, convidadas pelos Deputados que representam distritalmente Minas Gerais nesta Casa, poderíamos aqui realizar conferências e ouvir o nosso próprio Governador Itamar Franco, a professora cujo nome se encontra na listagem, o Presidente da Assembléia. Aqui poderíamos conhecer os pareceres e posições de todas as bancadas. Aí, sim, fariamos um encontro, com a participação do povo, sob uma forma de audiência pública mais barata. Isso não é coisa para se discutir aqui, mas estamos apenas dando uma sugestão para que seja discutida no Colégio de Líderes. Quero, mais uma vez, reafirmar que o PSDB está pronto ao diálogo e que esse expediente da Assembléia Legislativa, das Lideranças, de outros partidos está acontecendo porque o Governador Itamar Franco está fechado ao diálogo. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Hely Tarquínio. Creio que, se concordarmos com o conteúdo do debate e com o método de fazê-lo, no Colégio de Líderes chegaremos a um denominador comum. Concordo com V. Exa., o importante é que o debate seja feito. Estamos procurando uma saída para a crise e certamente teremos divergências relativamente aos comportamentos a serem adotados, sob o ponto de vista macroeconômico ou político-econômico. Mas, certamente, o debate é necessário e chegaremos à conclusão quanto ao meio de fazê-lo, na reunião do Colégio de Líderes.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (Em aparte) - Agradeço a oportunidade que V. Exa. me concede de me inserir no seu discurso através deste aparte. Meu aparte diz respeito às colocações do Líder do PSDB, que anda em paralelismo com o PFL, que me deu a honra de ser seu Líder, sendo esses partidos os que estão fazendo oposição ao Governo do Estado aqui, nesta Casa. Quero afirmar a V. Exa. que queremos o debate, queremos discutir com a sociedade e somos solidários com todos os mineiros na defesa das prerrogativas do nosso Estado e de tudo aquilo que diz respeito aos direitos fundamentais do nosso Estado. Estamos todos unidos nas questões maiores de Minas, na defesa de seus interesses. O que me causou espécie, Deputado, foi a forma com que foi conduzida a questão, a qual nos permitiu fazer ilações. A base de sustentação do Governo, quando entrou com um projeto tão importante como o Minas Unida Vence a Crise, para solucionar a crise, não estava querendo a discussão com a população mineira e a sociedade, mas, sim, um palanque para

defender a política do Governador Itamar Franco, usando indevidamente esta Assembléa.

O que nos pareceu foi isso. Colocam uma posição partidária de jogar pedra para trás - como tem sido a postura da bancada do Governo e do Governador, até agora -, ao invés de se preocuparem em construir a Minas Gerais de progresso e desenvolvimento, de procurar a solução dos nossos problemas, e ficam só se lamuriando com relação às dificuldades encontradas, procurando atingir o ex-Governador Eduardo Azeredo. Com isso é que não podemos pactuar. A forma como foi conduzido esse processo, com apreciação rápida e escondida na Comissão de Fiscalização Financeira, deu-nos essa impressão. Daí o requerimento que hoje apresentamos aqui, com o objetivo de trazer a discussão para o Plenário. Uma decisão da Comissão de Fiscalização Financeira não pode representar a vontade da Assembléa Legislativa, como um Poder do Estado de Minas Gerais. Este Poder é um Poder coletivo; o Poder não está na Presidência da Assembléa. A Presidência da Assembléa preside a Casa sob a égide do Regimento Interno, representando um Poder que é constituído por 77 Deputados, e o Deputado Márcio Cunha, presidindo a Comissão de Fiscalização Financeira, induziu companheiros nossos a erro de votação, até, ao afirmar que era acordo de Lideranças, sendo que desconhecíamos o projeto. O PSDB já afirmou que não conhecia o projeto, que com ele nada foi falado. E eu, como Líder do PFL, também venho trazer aqui o meu testemunho, pois fui pego de surpresa. Eu não sabia. Se existe um projeto que é transparente, como esta Casa exige, por que esconder de nós a matéria e publicar na pauta da Comissão "apreciação de requerimentos", sem dizer que requerimento estava ali para ser apreciado? Por que esconder da Oposição? Se esconderam da Oposição, dão-nos todo o direito de entender que estavam agindo de má-fé, procurando não serem transparentes. E só poderíamos fazer isso quando a questão fosse política, mas não na defesa do interesse de Minas. Na defesa do interesse de Minas, estaremos todos de mãos dadas. Muito obrigado pela gentileza do aparte que me concedeu.

O Deputado Rogério Correia - Eu é que agradeço o aparte, Deputado. Apenas já coloquei isso no aparte feito pelo Deputado Hely Tarquínio, do PSDB. Acho importante que o debate aconteça. Quanto ao método e à forma do debate, estamos abertos a discutir, não tem de ser necessariamente a forma que achamos a mais correta. Apenas acho justo - quero fazer uma ressalva na fala do Deputado Hely Tarquínio - e acho que o importante é que as reuniões não se limitem aqui à Assembléa, ou a Belo Horizonte. Acho que é importante que esse debate também vá ao interior, e que as cidades-pólo e regiões também tenham a possibilidade de fazer o debate, com o Prefeito, os Vereadores, os formadores de opinião. Seria equivocado travar-se um debate apenas entre nós, porque essa é uma crise na qual precisamos envolver o conjunto da sociedade.

Por fim, gostaria também de fazer um reparo, Deputado Sebastião Navarro Vieira. De fato, não se pode ficar apenas lamuriando a situação encontrada. Verdade. Há que se tomar decisões de futuro, decisões que corrijam os rumos, mas é necessário perceber de onde vem e qual a origem dessa crise. Não podemos simplesmente passar uma borracha e apagar os acontecimentos passados, como se nada tivessem que ver com o que acontece agora. Cito um exemplo: a Oposição levantou algumas dúvidas, ou algumas denúncias, de não-repasse de verbas do Projeto SOMMA. Verdade. Há municípios reclamando. Mas é verdade também que, no fundo destinado ao Projeto SOMMA, milhões foram desviados para caixa única e gastos com outras finalidades. Portanto, não podemos passar uma borracha no passado e dizer que os problemas são de agora para a frente e que o ex-Governador Eduardo Azeredo e o Presidente da República não têm nada que ver com o que vamos discutir daqui para a frente, que é uma saída para a crise.

Seria muito cômodo, mas é preciso saber quais as origens dessa crise.

Portanto, o debate sobre o passado também é fundamental. Não se trata de jogar pedras, mas de esclarecer a opinião pública sobre a situação deixada pelo ex-Governador do Estado. Se há uma moratória hoje - e o Governador Itamar Franco está cansado de dizer isso -, não é porque ele quer, mas pela situação econômica encontrada. E é preciso que se esclareça qual a situação encontrada e por que a situação chegou a esse estado, de falência quase total e absoluta.

Por isso, as discussões devem ser feitas juntas: os motivos que os levaram a isso e as medidas a serem tomadas. Se a moratória é correta - e julgo que sim -, é um debate a ser feito; se vamos continuar com ela, é outro debate, também a ser realizado. Mas que se trate o assunto da forma como se encontra: por que a moratória foi necessária, qual o tipo de renegociação de dívida feito, em que condições e quais as condições agora.

É preciso fazer um elo entre o passado, o presente e o futuro. Mas o debate, sem sombra de dúvida, deve ser amplo, envolvendo o conjunto das forças da sociedade, o que pressupõe, evidentemente, a Oposição, o PFL, o PSDB, que também devem participar desse debate político.

O Deputado Washington Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como membro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, não poderia deixar passar em branco o que aconteceu nesta manhã. Em primeiro lugar, porém, gostaria de citar o art. 5º da Constituição Federal, que diz respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:".

Cito, agora, o Regimento Interno desta Casa:

"Da Denominação e da Competência

Das Comissões Permanentes

V - da Comissão de Direitos Humanos:

a) a defesa dos direitos individuais e coletivos;

e) a promoção e a divulgação dos direitos humanos;".

Quero chamar a atenção dos Srs. Deputados para o seguinte: hoje, por volta das 10 horas, na R. Limoeiro, 300, Bairro Nova Suíça, foram vítimas de agressão por disparo de arma de fogo o Sarg. Isac Gonçalves de Oliveira, do Batalhão de Polícia de Trânsito, que levou um tiro na boca, e o Sarg. Benigno de Souza, que foi lesado na mão esquerda, bem como mordido por um delinqüente.

Gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa que os nossos policiais, que os cidadãos de bem continuam sendo atingidos todos os dias. E chamo a atenção, como membro da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para o fato de que os cidadãos investidos do espírito do serviço público estão também sofrendo agressões, estão morrendo, como os três policiais militares mortos no Município de Vespasiano, que citei anteriormente.

Gostaria de chamar a atenção dos pares desta Casa, em especial, dos companheiros da Comissão de Direitos Humanos, para a questão desses cidadãos, que continuam sendo vítimas e que gostariam de receber a atenção dessa Comissão, porque são seres humanos.

Infelizmente, não tomamos conhecimento de nenhuma manifestação sobre os três assassinatos que ocorreram em Vespasiano e sobre esse fato ocorrido hoje. Por isso, mais uma vez, faço apelo a essa Comissão, como seu membro. Muito obrigado.

O Deputado Amílcar Martins (Em aparte) - Quero manifestar a minha solidariedade a V. Exa. Conheço bem o trabalho, a honradez, a competência da Polícia Militar em proteger a população de Minas Gerais, dando tranquilidade e segurança para trabalharmos e criarmos as nossas famílias. Quero manifestar a V. Exa., Deputado Washington Rodrigues, a minha absoluta e integral solidariedade. Não é possível conviver com esse tipo de violência contra as pessoas que arriscam sua vida em defesa da população. Muito obrigado.

O Deputado Washington Rodrigues - Agradeço ao Deputado Amílcar Martins e gostaria de ressaltar que estarei atento nesta Casa, principalmente como membro da Comissão de Direitos Humanos, para esses fatos, para que não continuem ocorrendo; para que cesse essa inversão de valores, que vejo há vários anos; e que os mesmos direitos humanos que são reconhecidos a qualquer preso, condenado e processado por crime, o sejam também ao motorista de táxi, ao lixeiro, ao sapateiro, ao comerciante e, principalmente, àqueles que continuam fazendo a nossa segurança pública. Todas as pessoas merecem respeito e têm direitos humanos. Obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Bené Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais nada, quero agradecer ao ilustre Deputado Márcio Cunha, que gentilmente me deu o direito de falar antes dele, porque tenho de viajar para Juiz de Fora o mais rápido possível.

Mas, antes de colocar o assunto que me traz aqui, quero registrar algumas notas. Não pude permanecer hoje, pela manhã, em Plenário para saudar e abraçar o Dr. Arésio Dâmaso, mas quero fazê-lo nesta oportunidade, publicamente, mesmo porque, como Procurador do Estado, cumpriu o seu papel com dignidade, transparência, e devemos muito a ele, principalmente o Projeto Luz de Minas II, sonhado há mais de 40 anos pela Zona da Mata, especialmente pela Companhia Força e Luz, por Cataguases, Leopoldina e pela nossa Prefeitura. É um projeto que foi viabilizado graças, principalmente, à Procuradoria-Geral do Estado, que, naquela oportunidade, deu ensejo a que cerca de 16 mil produtores rurais e 65 municípios da Zona da Mata conseguissem essa benfeitoria de alta relevância, principalmente no aspecto social.

Quero dizer, também, da alegria que tive de estar em Desterro do Melo no último domingo, quando aquela cidade completou 36 anos de emancipação político-administrativa. Desta tribuna, quero parabenizar o Prefeito Mário Tafuri, o Vice-Prefeito Jota, o Presidente da Câmara, José Carlos, e o meu amigo particular, da imprensa, nosso eminente amigo João Carlos Amaral, que, sem dúvida alguma, é um embaixador daquela cidade no Estado de Minas. Parabenizo Desterro do Melo por seus 36 anos de emancipação político-administrativa. Quero dar meus parabéns também ao ex-Prefeito Rui Fernandes, que, juntamente com o Presidente do Diretório Municipal do PMDB daquela cidade e o Dr. Amarílio de Andrade, de Barbacena, proporcionou-me a oportunidade de trabalhar naquele município, sendo que, nas últimas eleições, ali fui honrado com cerca de 1.120 votos.

Quero agradecer a todos os Deputados que se solidarizam com Ludmila França Esteves, minha funcionária, que, na última segunda-feira, foi vítima de um acidente, entre Congonhas e Lafaiete, e está hospitalizada, em estado grave, no Hospital Luxemburgo. A solidariedade dos Deputados e dos funcionários da Casa, evidentemente, conforta-nos muito, e pedimos a Deus que ela possa sair dessa situação e voltar a trabalhar conosco.

Bem, em Leopoldina fomos surpreendidos, no último dia 24, com uma nota da COPASA, expedida pelo Dr. Marcelo Siqueira, Presidente da empresa, transferindo a sede da Superintendência de Negócios Sudeste de Leopoldina para Ubá, considerando que a cidade de Ubá apresenta as seguintes vantagens: pólo econômico-regional; posição central na área geográfica de atuação da COPASA; expressiva contribuição para o desempenho econômico da COPASA. Então, resolveu transferir a sede da Superintendência de Negócios Sudeste da cidade de Leopoldina para a cidade de Ubá e determinou à Diretoria Operacional Leste, no prazo de 30 dias, o remanejamento dos recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento da Superintendência de Negócios Sudeste.

Evidentemente, fomos surpreendidos. Na última sexta-feira, de volta, passando coincidentemente pela cidade de Ubá, onde fui recebido pelo Gerente da TELEMIG, nosso caro amigo Pitinini, recebi essa comunicação. Imediatamente, entrei em contato com nosso Líder, Alencar da Silveira, e o Deputado, contactando o Dr. Marcelo Siqueira, disse-lhe de nossa preocupação e de nossa insatisfação. O Presidente rebateu, dizendo que não era uma medida política, mas uma medida de ordem administrativa. A Regional Sudeste, implantada no Governo Newton Cardoso, foi respaldada pelos Governos Hélio Garcia e Eduardo Azeredo, e, evidentemente, jamais poderíamos esperar que não fosse respaldada pelo Governo Itamar Franco, mesmo porque o atual Governador gosta de Leopoldina, onde tem grandes amizades, e, no passado, à época em que fui Secretário da Prefeitura de Leopoldina, teve no Prefeito Francisco Barreto de Faria Freire um de seus maiores amigos; foi em Leopoldina que ele, pela primeira vez como Prefeito de Juiz de Fora, inaugurou um seminário integrado dos Prefeitos da Zona da Mata, dando a essa região uma importante parcela de contribuição naquela época.

Com muito prazer, concedo um aparte ao ilustre Deputado Fábio Avelar, que conhece muito bem a nossa regional, uma vez que, como Diretor da COPASA, sempre ali esteve, e pode falar até com mais propriedade do que o Deputado que ora ocupa esta tribuna.

O Deputado Fábio Avelar (Em aparte) - Em primeiro lugar, gostaria de me solidarizar com V. Exa. Realmente, conheço bem aquela região. Não vou entrar no mérito administrativo da direção da COPASA, mas, pela localização daquela cidade e pela experiência que tivemos, podemos afirmar que aquela Superintendência era mais adequada para atender a região.

Se essa medida for política, gostaria de registrar, neste momento, a minha apreensão, porque, em termos de administração da COPASA, não podemos misturar as questões políticas com as técnicas. Tenho notícias de algumas cidades do interior de que alguns encarregados estão tendo a sua posição ameaçada. Vou apurar esses fatos e, se isso realmente estiver acontecendo, trarei o fato a esta Assembléia para conhecimento de todos os Deputados e de toda a população de Minas Gerais, porque isso pode ameaçar a prestação dos serviços da COPASA.

Da mesma forma, quero me solidarizar com V. Sa. e dizer que também sentimos com profundo pesar a transferência daquela Superintendência.

O Deputado Bené Guedes* - Obrigado, Deputado, pela sua intervenção, que valoriza o nosso pronunciamento sobremaneira.

Gostaria muito, antes de ter vindo a esta tribuna, de ter-me encontrado com o Presidente da COPASA. Infelizmente, ele está viajando com o Governador Itamar Franco. Está acertada uma audiência com ele na próxima semana, inclusive com a presença do Prefeito de Leopoldina, dos Vereadores e das lideranças. Queremos, sobretudo, o diálogo; queremos um entendimento; queremos invocar a tradição de Leopoldina no contexto político. Assim como o nosso Governador que, hoje, resiste bravamente às situações que são impostas a Minas, invocando Tiradentes, o Presidente Artur Bernardes e Teófilo Ottoni, gostaria também de resistir a essa mudança para Ubá. Não que não goste de Ubá; pelo contrário, Ubá é uma cidade digna de muito respeito, que já teve grandes valores, como Ozanam Coelho, Saulo Coelho e o próprio Deputado Ibrahim Jacob, que foi nosso colega até há pouco tempo.

Gostaria de invocar também as figuras de Leopoldina. Invoco a figura do Presidente Carlos Luz, que é da nossa cidade, que nos deu um Presidente da República. Leopoldina deu um Governador a Minas, que foi Clóvis Salgado, que também foi Ministro da Educação no Governo Kubitschek; gostaria de invocar também figuras como o Dr. Ormeu Botelho Junqueira, que foi Presidente do IBC e fundador da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina, grande força do nosso Estado; gostaria de invocar vários Deputados Estaduais e Federais, mas limito-me a essas figuras que já passaram para um outro plano, que deixaram uma marca considerável e que certamente são exemplos do que foi Leopoldina no passado.

No período do arbítrio ficamos ilhados, perdemos muito. Quando começamos a resgatar Leopoldina e colocá-la na vanguarda da educação e da saúde, uma vez que temos lá duas regionais, não podemos aceitar uma medida dessa ordem, que precisa e deve ser estudada.

Tenho o maior respeito pelo Dr. Marcelo Siqueira, engenheiro que é também político e que disputou duas eleições. Ele tem raízes na nossa cidade. O pai do Dr. Marcelo é de Providência, distrito de Leopoldina. Espero que isso toque nele, para que reveja a sua posição. Não para deixar de ajudar Ubá. Entendemos que é justa a sua posição, ajudando Ubá. Ele foi votado lá. O Vereador Geraldo Calçado, inclusive, deu uma entrevista - tenho uma fita da entrevista gravada - dizendo que havia um compromisso de campanha, e que a COPASA iria para Ubá, porque ele havia coordenado a campanha. O Vereador fez essas afirmações. Ainda não ouvi a palavra do Dr. Marcelo Siqueira. Quero acreditar nele, quero acreditar que ele tenha bom senso e humildade para dar um passo atrás, porque isso é importante para nós, leopoldinenses, e para a Zona da Mata. Por isso, vamos esperar o retorno do Dr. Marcelo da viagem com o Governador Itamar Franco.

Várias lideranças estão se movimentando. Gostaria de ler para os senhores um fax que me foi passado pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Leopoldina, em que o Prefeito Márcio Freire apela ao Senador José de Alencar para que interfira junto a Marcelo Siqueira, a fim de que reveja a sua decisão. Ele enumerou vários motivos, entre eles o fato de as instalações da regional de Leopoldina serem das melhores da COPASA. A contenção de despesas com uma transferência desse porte afetará não apenas a empresa, mas também 31 famílias transferidas. Leopoldina possui uma localização estratégica por ser cortada por três rodovias asfaltadas. No final, o Prefeito Márcio Freire pede ao Senador José de Alencar que consulte o mapa das últimas eleições para verificar que ele e o Governador Itamar Franco foram vencedores incontestáveis em Leopoldina, o que os torna legitimamente defensores da cidade que lhes deu o crédito político representativo. Que a voz do bom-senso, da harmonia e da razão venha a prevalecer, para que nós, políticos, possamos sempre ser levados a sério por aqueles que em nós confiaram.

Essa é a posição da nossa cidade de Leopoldina com relação à questão da COPASA. Reitero, meu caro Deputado Márcio Cunha, ilustre Líder do PMDB nesta Casa, que me deu a oportunidade de falar antes de V. Exa., a nossa disposição e peço a solidariedade dos Líderes dos partidos e dos Srs. Deputados nessa questão, para que possamos resolvê-la da melhor maneira possível. Penso que, através do entendimento, do diálogo e do respeito que tenho pelos que estão tratando do assunto, possamos resolver esse problema. Não se trata de nenhuma agressão verbal nem de nenhum sentimento contra a figura do Presidente Marcelo Siqueira, volto a insistir nisso; gostaria de restabelecer com ele o entendimento em favor da nossa cidade, sem prejudicar a cidade de Ubá, que a COPASA poderá, através de alguns mecanismos, ajudar e prestigiar, pois é uma cidade que precisa de uma grande adutora e está enfrentando dificuldades com o problema da água. Mas vamos ajudá-la sem prejudicar uma cidade que está no mesmo nível e tem as mesmas condições relatadas,

quando se consideram as razões para se transferir a superintendência para a cidade de Ubá.

Em último caso, consideraremos essa posição já tomada e definitiva, se não conseguirmos restabelecer esse entendimento, ou seja, no caso de não conseguirmos absolutamente nada. Não creio nisso, porque acredito na sensibilidade do Governador Itamar Franco e do Senador José de Alencar, porque temos também no Governo um Subsecretário de Estado, Dr. Márcio Barroso Domingues, de Leopoldina, da área de segurança pública. Se não conseguirmos nada, partiremos para a rescisão desse contrato que envolve a Prefeitura de Leopoldina e a COPASA, porque entendemos que, nessa situação, a cidade tem de tomar o seu caminho e tem de defender, sobretudo, o seu interesse. Agradeço e, antes de encerrar a minha palavra, gostaria de conceder um aparte ao eminente Deputado e grande colega José Alves Viana, que hoje falou pela primeira vez da tribuna. Nesta oportunidade, gostaria de transmitir a minha felicidade em vê-lo proferir um discurso que mostra que o PDT está enriquecido com a sua presença na Casa.

O Deputado José Alves Viana (Em aparte) - Agradeço o aparte do nobre colega Deputado Bené Guedes, companheiro de partido e grande amigo. Em nome do partido, gostaríamos de desejar que tudo aconteça de acordo com um maior entendimento. Somos todos Minas Gerais e torcemos para que tudo aconteça da melhor maneira possível.

Aproveito este aparte para relatar aos nobres colegas que terminei de falar ao telefone com o colega Deputado Alberto Bejani, que, domingo passado, sentiu uma dor abdominal e foi, às pressas, para Juiz de Fora, para submeter-se a uma apendicectomia. Ele já está em casa, passando bem. Como seus colegas, torcemos por sua total recuperação e por que volte a participar dos trabalhos desta Casa, representando, da melhor maneira possível, o povo de Juiz de Fora e da região onde foi votado.

Agradeço o aparte e, sensibilizado com seu pronunciamento, gostaria de dizer que espero que tudo aconteça a contento, para que o nobre colega continue a desempenhar bem o seu papel de Deputado, como vem fazendo até agora, conseguindo as vitórias necessárias para o engrandecimento de sua caminhada.

O Deputado Bené Guedes* - Agradeço muito ao Deputado José Alves Viana, do nosso PDT. Com relação ao Deputado Alberto Bejani, ofereço também a nossa solidariedade. Nesta ida a Juiz de Fora, aproveitarei a oportunidade para fazer-lhe uma visita e expressar, em nome de todos os colegas, a nossa solidariedade, desejando-lhe uma rápida recuperação e um breve regresso à Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros, a razão de minha presença aqui, neste momento, é a necessidade de elucidar junto aos companheiros a atitude tomada por este Deputado, como Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, em relação a um requerimento que recebemos da Mesa, ou seja, viemos esclarecer como essa reunião se processou.

Gostaria, antes de elucidar os fatos, de falar sobre algumas questões. Primeiramente, como Vereador por esta Capital durante 16 anos, se aprendi algo - e creio que o fiz - foi respeitar muito o Poder Legislativo. Sempre disse que nós, parlamentares, como integrantes do Poder Legislativo, sempre fomos os mais legítimos defensores das aspirações do nosso povo. Quero dizer aos senhores que, em toda a minha vida como Vereador, e como advogado hoje - pois, depois de frequentar o curso de Química na UFMG, coleei grau no curso de Direito -, sempre agi segundo o estrito poder legal, cumprindo as normas regimentais da Constituição. Trago o Regimento Interno, que jurei seguir em minha posse, e gostaria de dizer que as atitudes tomadas por nossa Comissão seguiram estritamente o Regimento Interno. Não gostaria de incomodá-los, mas vejo-me na obrigação de citar os artigos do nosso Regimento que propiciaram à nossa Comissão fazer, hoje, a reunião extraordinária para avaliar e votar o requerimento oriundo da Mesa. Os artigos são 122 a 127. Eles dizem exatamente o seguinte: Art. 123 - II - "As reuniões de comissão são: II - extraordinárias, as que se realizam em horário ou dia diversos dos fixados para as ordinárias, convocadas pelo seu Presidente, de ofício ou a requerimento da maioria de seus membros", o que foi feito por meio de ofício deste Presidente. Art. 124 - "A convocação de reunião extraordinária de comissão será publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado, consoante no edital seu objeto, dia, hora e local de realização", o que foi feito por meio do "Diário do Legislativo", de hoje. Ainda no parágrafo único do art. 120: "O Presidente dará ciência das pautas das reuniões aos membros da comissão e às Lideranças, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ressalvado o disposto no § 1º do art. 124", o que também foi feito.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (Em aparte) - Gostaria de incluir no seu discurso que, como Líder do PFL, recebi a comunicação dessa matéria hoje, às 10 horas, no meu gabinete. Todo o processamento foi feito de acordo com a assessoria da Casa e com o nosso Regimento. Se V. Exa. recebeu dessa forma, não posso me responsabilizar. Segundo o parágrafo único "haverá cópia das proposições em pauta, inclusive dos pareceres e das emendas"; ele não se refere, entretanto, à distribuição. Eu, por ser extremamente zeloso e não por estar preocupado com as atitudes de alguns Deputados, que me causam estranheza, fiz questão de que também houvesse a distribuição.

Portanto, quero dizer aos senhores que estou tranquilo, pois cumpro o meu papel como Presidente daquela Comissão. Estou insistindo nesse debate, porque não admitirei qualquer tipo de juízo em contrário com relação a isso. Tenho 16 anos como parlamentar e, definitivamente, nunca colocaria em risco a integridade dos meus mandatos como Vereador. Portanto, fizemos tudo de acordo com o Regimento Interno. O requerimento objeto dessa reunião extraordinária dizia o seguinte: "Os Deputados que este subscrevem, membros da Mesa da Assembléia, requerem a V. Exa. que o Projeto Minas Unida Vence a Crise; anexo a este, seja encaminhado por esta Comissão". Foi o que fizemos, na presença de cinco Deputados integrantes da Comissão.

Assim, gostaria que esse aspecto legal - que oportunamente será esclarecido, quando forem respondidas as questões de ordem levantadas pelo Deputado João Leite - não fosse objeto de discussão pelos nobres Deputados, pois, na minha maneira de entender, tais explicações são irrefutáveis; são, por si só, autodeterminadas.

Então, podemos fazer a discussão política. Por exemplo, sou defensor desse projeto. E por que defendo o Projeto Minas Unida Vence a Crise? Porque, sem dúvida alguma, trata-se de uma atitude respeitosa da Mesa da Assembléia e dos Deputados para com a opinião pública, para com o povo de Minas Gerais. Lembro-me das palavras, por exemplo, do Deputado Miguel Martini, integrante da nossa Comissão; lembro-me do Deputado Mauro Lobo, também integrante da nossa Comissão e dos mais competentes, de que as questões financeiras, em função das normas técnicas, em função de legislações, são, às vezes, inatingíveis para o cidadão comum, que não tem tempo para entendê-las. O que desejam essas pessoas? Desejam melhor qualidade de vida e respeito. Nesse sentido, a divulgação do projeto, que a Assembléia quer levar aos mineiros, acima de tudo, é uma forma de respeitarmos e explicarmos, para a opinião pública, o que se passa com as finanças públicas do Estado de Minas Gerais. Esse é o âmago da questão.

Vejam bem, Srs. Deputados, como a Assembléia Legislativa está coberta de razão. Ontem tivemos a oportunidade de ouvir a Procuradora-Geral do Estado, Dra. Misabel, que, dentro do estrito valor legal, relatou-nos sobre a importância de o Poder Legislativo, hoje, preservar aquilo que, definitivamente, não pode ser ferido, que é a autonomia do nosso Estado.

O Presidente da República desrespeita o nosso Estado, desrespeita uma unidade federada e quer, pura e simplesmente, desconhecer nossa Constituição. Nós, guardiães da ordem e da lei, porque somos legisladores, temos a incumbência constitucional de não permitir que atos dessa natureza sejam aqui provocados pelo Governo Federal. Então, Srs. Deputados, não tenho a menor dificuldade para abraçar esse projeto, com muita vontade, com muita certeza de que estamos cumprindo nosso papel e de que não será por questões menores que sairemos dessa linha de conduta, dessa objetividade, que é informar ao povo mineiro o que se passa com as finanças públicas do Estado. E é isso que o povo quer saber.

O que posso deduzir, hoje, pela manifestação de alguns Deputados? Que talvez alguns Deputados não tenham interesse em informar o que vem acontecendo. Não quero fazer pré-julgamentos, porque sempre respeitei o papel da Oposição. Como Vereador de Belo Horizonte durante 16 anos, fui do Governo, fui da Oposição e, sempre com dignidade, defendi o nosso papel de legisladores e, acima de tudo, o papel político de cada um de nós. Lembro-me, por exemplo, de que quando aqui cheguei, brinquei com o Deputado Amílcar Martins e disse a ele: Deputado, espero que pelo menos V. Exa. faça oposição nesta Casa. Vejam vocês, sem demérito algum àqueles Deputados que hoje compõem conosco nossa base de Governo, o respeito que tenho e a importância que dou à Oposição. É importante que possamos travar um debate respeitoso, elucidativo e de conteúdo, para que o povo mineiro possa julgar nossas ações e aquilo que defendemos. O papel da Oposição, para mim, é devido e importante.

Disse ao Deputado Mauro Lobo que sou defensor - ainda não o elegemos - de que seja o Vice-Presidente da nossa Comissão. Disse a ele que fico muito feliz por vê-lo, que é um Deputado da Oposição, como Vice-Presidente da Comissão, porque o quero vigilante nas atitudes dessa Comissão. Nós, como seres humanos, podemos cometer erros, e sempre terei a dignidade, a honradez e a humildade de reconhecê-los. Quero dizer aos senhores, com absoluta tranquilidade, que nesse processo não houve, como quis dizer o nobre Deputado Sebastião, que muito respeito, a indução de errar. Até reconheceríamos, se houvesse, mas não reconheço, não fiz por dolo, porque quando disse que esse projeto tinha sido discutido com a Mesa Diretora e o Colégio de Líderes, quis realmente dizer o Colégio dos Líderes que compõem a base do Governo desta Casa. E tive a dignidade de dizer que essa minha frase poderia ser realmente encarada como um lapso. Mas não fiz com essa intenção, e é isso que é importante. E não fiz porque jamais imaginava que estivéssemos aqui, provocando essa celeuma, porque entendo que a Oposição vai participar desse projeto, vai debater conosco. Estão previstas diversas audiências públicas.

O Deputado Antônio Carlos Andrada (Em aparte) - O que aconteceu é que todo esse encaminhamento, todo o formato desse Pojeto Minas Unida Vence a Crise foi elaborado sem que a Oposição pudesse participar. A Oposição reclama nesta Casa, e com toda razão e justiça, que foi alijada de todo o processo. A votação aconteceu hoje de manhã, e já temos os impressos convidando para a programação. Com certeza, isso deve ter sido feito ontem, porque não se imprime em duas horas todo um formato de uma decisão que aconteceu de manhã. Sabemos que essas coisas não acontecem assim nessa Casa.

Do modo como as coisas aconteceram, a toque de caixa, à revelia da Oposição, o nosso protesto se deve à interpretação que se deu, que foi errônea, dizendo que nós, da Oposição, somos contra o projeto. Não, não somos contra o mérito, achamos a idéia extraordinária. O que estamos protestando é a forma como foi encaminhado e a forma como foi elaborado. A Oposição não participou, e esse projeto corre o risco de não representar a vontade do Poder Legislativo. Não pode ser um projeto partidário, é um projeto da Assembléia Legislativa, em que todos temos que ter participação. Caso contrário, esse projeto corre o risco de se transformar em "Minas, Desunida, Tenta Vencer a Crise". Não podemos correr esse risco. É esta a questão que queremos colocar.

Um segundo tópico que é preciso que coloquemos em discussão é o seguinte: temos que dividir a responsabilidade dessa crise. Hoje o Governo Federal está sendo acusado duramente, e aqui nesta Casa ouvimos constantemente isso, mas é preciso lembrar que o PMDB e o PPB, somados, formam a maior bancada de sustentação do Presidente Fernando Henrique Cardoso em Brasília, e são os mesmos partidos que aqui reclamam do seu Governo. Sabemos que aqui o Deputado Paulo Pettersen, o Deputado Antônio Andrade e V. Exa. representam muito bem o povo mineiro, discutem muito bem essas questões, mas é preciso dividir responsabilidades. A Oposição nesta Casa faz parte do Governo Federal, o partido do Governador de Minas também faz parte do Governo Federal e é responsável tanto quanto ou mais do que nós, porque tem aprovado todas as medidas, que hoje são reclamadas aqui, no Congresso Nacional.

O Deputado Márcio Cunha - Deputado Paulo Pettersen, antes de lhe conceder um aparte, vou responder, porque é muito importante. Em primeiro lugar, quero dizer que fiquei muito satisfeito com a fala do Deputado Antônio Andrade, porque reconhece a importância e o próprio mérito do projeto. Agora, vou sanar uma questão que ele levanta, que acho que é absolutamente lógica. A Mesa da Assembléia, a Mesa desta Casa representa, sim senhor, o conjunto de todos os Deputados. Nada significa o fato de apenas o PDSB não participar da Mesa. Houve uma eleição legítima, democrática, em que o PSDB lançou um candidato e que nós, que participamos da base de Governo, vencemos. A Mesa da Assembléia representa, sim. Sr. Deputado, o encaminhamento do projeto, os mentores intelectuais do projeto foram os membros integrantes da Mesa Diretora, que representa o Legislativo, que representa todos os Srs. Deputados. Acho que aí acabamos de resolver essa questão. Acho que consegui provar para os senhores que realmente, dentro do valor legal, nós agimos. O Deputado Antônio Andrade, com sua fala, demonstra que reconhece a importância do projeto. Então, acho que essa questão está sanada.

Nobre Deputado Paulo Pettersen, acho que é muito importante que eu responda isso. Não podemos deixar para amanhã o que podemos fazer hoje. O que quero dizer a V. Exa., Deputado Antônio Andrade, é que sempre estive dentro do PMDB - aliás sou fundador do PMDB de Belo Horizonte, tenho orgulho de nunca ter mudado de partido - e quero dizer a V. Exa. que não compactuo com certas atitudes de alguns de nossos membros em Brasília, e compactuo da mesma indignação do nosso Governador Itamar Franco. Aliás, tive a oportunidade de dizer a ele que temos que resistir, como ele está resistindo, dentro do nosso partido, a atitudes de companheiros nossos, que fazem muitos de nós ter vontade inclusive de participar de outras legendas. Não é por aí. Quero dizer a V. Exa. que não compactuo. E mais do que isso, tive dignidade, porque sou daqueles que sempre querem falar a verdade, gosto de não causar constrangimento, mas fui um dos mais veementes na nossa bancada e exigi que a executiva do partido estabelecesse critérios para que Deputados se integrassem à Bancada do PMDB. Quero aproveitar a oportunidade para dizer, porque não quero que interpretem diferentemente algumas atitudes e algumas falas minhas nesta Casa. Apareceu, recentemente, uma nota num jornal - aliás, eu nem a entendi direito - que se referia a uma discussão entre mim e o Deputado Miguel Martini. Mas o que quis dizer e repito, com o maior respeito: eu, oriundo de um Poder Legislativo Municipal, disse que fui governo e fui oposição.

Quando perdi o governo, encarei a minha atitude como oposição. Fiz oposição ao Prefeito Pimenta da Veiga e ao Prefeito Patrus Ananias. Portanto, usei com dignidade a minha posição de peemedebista, que sempre procurei preservar. Disse que estava impressionado com a cultura desta Casa, mas que fazia a ressalva de que era importante, sim, que os Deputados que compõem a base do Governo... E temos o maior carinho com esses Deputados. Agora, espero que realmente os Deputados continuem fazendo oposição, porque é importante para nós.

O Deputado Paulo Pettersen (Em aparte) - Se V. Exa. permitir, talvez por questão de segundos ou até mesmo de minutos, passou despercebido, talvez não apenas a V. Exa. mas também a muitos Deputados na Casa, mas ouvi, atentamente, as colocações de alta responsabilidade do Líder do PSDB, Hely Tarquínio, quando se dirigiu àquele microfone, para dizer que é a favor do requerimento. Ao ouvir as suas palavras, de um homem de responsabilidade, tenho a certeza - ou se algum Deputado tiver dúvida, poderá recorrer às notas taquigráficas, para saber a autenticidade e o alcance de suas palavras - de que V. Exa. não teve a mesma oportunidade. Talvez o seu discurso ou suas colocações tenham sido um pouco distorcidas do brilhante discurso do Deputado Hely Tarquínio, dando apoio a essa brilhante atitude.

Esse requerimento passou pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e irá até o Presidente. Também ouvi o pronunciamento com as colocações do Deputado Sebastião Navarro Vieira, Líder do PFL, que deixa transparecer até mesmo que possa usar a má-fé. Mas não é isso. Deputado traquejado e de vivência, ele sabe perfeitamente que houve um desencontro. Como não participa da Mesa, talvez não tenha tido a informação, que sempre foi de praxe na Casa.

As colocações foram altamente positivas. Tenho essa certeza, porque esse gesto, esse requerimento e essa atitude são suprapartidários. Tenho a certeza ainda de que o sentimento de mineiridade está calcado no interior e na consciência dos respectivos Líderes. Todos têm compromisso e responsabilidade para com a sociedade mineira. Por que hoje estamos lutando para que Minas seja respeitada e venha a recuperar a sua credibilidade? Perguntaria a V. Exa. e aos demais Deputados: por que São Paulo não precisou? Em São Paulo não se precisou usar esse gesto porque o próprio Presidente da República Fernando Henrique incumbiu-se de federalizar uma dívida de cerca de US\$50.000.000.000,00 do BANESPA. Minas Gerais, quando quis fazer e atendeu à imposição do Governo Federal de estatizar o BEMGE e o Crédito Real, tomou de empréstimo aproximadamente R\$4.000.000.000,00. Para quê, Sr. Presidente e Srs. Deputados? Para vendê-lo por pouco mais de R\$600.000.000,00.

Hoje, prestei atenção às palavras, de alta responsabilidade, do Procurador Arésio Dâmaso. Minas teve as suas limitações, calcada na responsabilidade. Conduziu muito bem, talvez em outros desdobramentos, gostaria de responder aqui na Casa. Ele não teve o devido conhecimento, também alheio às suas próprias limitações, mas tenho a certeza de que, querendo ou não, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todos aqui, representantes legítimos do povo, terão, sim, uma participação não partidária e não política, mas, sim, de defender, incontinenti, os interesses do nosso Estado e de nossa soberania, para que possamos nos sobressair, o mais rápido possível, bem dessa situação em que hoje estamos mergulhados em Minas Gerais.

Não teremos condições de recuperar o prestígio de Minas se não tivermos um mesmo rumo, um mesmo norte, para o qual devemos caminhar juntos, Governo, Oposição, segmentos da sociedade. Tenho a certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que chegaremos a um final feliz, porque nunca faltou sabedoria política aos mineiros, mesmo àqueles cunhados na vida dura, na labuta. De uma coisa tenho certeza: não fugimos à responsabilidade. Pude verificar, nas palavras do Deputado Hely Tarquínio, o apoio dado ao Projeto Minas Unida Vence a Crise. Houve desencontros na maneira como foi conduzido, mas isso não configura má-fé ou vontade de ocultar algo deste Plenário, porque tudo deve ser devidamente transparente para que a sociedade possa acompanhar a atitude e o gesto dos parlamentares mineiros.

Quero, mais uma vez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, relacionar para essa convocação não só aqueles pertencentes aos partidos que dão sustentação ao Governo, mas todos os partidos de Oposição, uma vez que a responsabilidade é de todos, como muito bem afirmou o nosso companheiro Deputado Antônio Andrade. Quero agradecer a oportunidade deste aparte e espero que futuramente V. Exa. possa concedê-lo a tempo de podermos concluir nosso pensamento. Talvez seu egoísmo nos deixe, a mim e ao Deputado Antônio Andrade, um pouco deficitários em nosso pronunciamento, por não termos o tempo necessário para a conclusão do nosso raciocínio.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (Em aparte)* - Farei um pequeno aparte, Deputado, para contribuir com sua reflexão, já que considero importante que esse projeto tenha sido uma proposta, um requerimento da Mesa, que representa o conjunto dos 77 parlamentares desta Casa. Votamos esse projeto na Comissão de Fiscalização Financeira por uma deferência da Mesa, com a preocupação de envolver um maior número de companheiros nesse processo.

Quero lembrar que estava presente um Deputado da Oposição com larga experiência nesta Casa, conhecedor dos instrumentos necessários para ampliação e prorrogação do debate. Mas meu sentimento é o de que, naquele momento, o Deputado Mauro Lobo não quis protelar o debate exatamente pela preocupação com a situação vivenciada por Minas atualmente. Minas, estando em crise, torna necessária a discussão imediata, profunda, abrangente, e, por isso mesmo, o Deputado Mauro Lobo não usou, naquele momento, o expediente que é permitido a todos os parlamentares, que é o pedido de vista do processo. Se não o fez, o meu entendimento é que estávamos todos nós, Deputados presentes naquela comissão, de acordo, portanto dispensando essa reclamação que agora veio à tona no Plenário da Assembléia Legislativa.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 11/3/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.593 e 1.596, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelino de Carvalho

exonerando, a partir de 11/3/1999, Milton Nunes Mota do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 4 horas;

nomeando Régia Mara Côrtes para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15 - 4 horas.

Gabinete do Deputado Luiz Menezes

nomeando Simone Linhares de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03 - 4 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Carlos Alberto Bejani, matrícula 9653-9, no período de 1º/3/99 a 12/3/99.

Mesa da Assembléia, 10 de março de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Convite nº 99/98 - Objeto: elaboração de "clipping". - Licitante vencedora: Circuito Integrado Comunicação Ltda.

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/99

Objeto: fornecimento e instalação de sistema integrado de vigilância eletrônica nas dependências da Assembléia Legislativa.

Em 8/3/99, o Sr. Diretor-Geral autorizou alterações no edital referente à Tomada de Preços nº 1/99, ficando a reunião de início da abertura dos envelopes adiada para o dia 29/3/99, às 10 horas, na Área de Material e Patrimônio, na R. Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho.

As alterações do edital encontram-se disponíveis para os interessados no local acima indicado.

Belo Horizonte, 8 de março de 1999.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação dos Atos da Mesa da Assembléia, verificada na edição de 11/3/99, pág. 25, col. 4, onde se lê:

"Paulo Nunes Leite", leia-se:

"Paulo Leite Nunes";

onde se lê:

"Sueli Rejani", leia-se:

"Sueli Rejane Pinto Lopes".